

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

ALANNA SANTOS DE OLIVEIRA PIMENTA

**Celso Furtado e sua Compreensão do Subdesenvolvimento:
uma Análise da Evolução de seu Pensamento.**

Uberlândia- MG

2013

ALANNA SANTOS DE OLIVEIRA PIMENTA

**Celso Furtado e sua Compreensão do Subdesenvolvimento:
uma Análise da Evolução de seu Pensamento.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

UBERLÂNDIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P644c Pimenta, Alanna Santos de Oliveira, 1990 -

2013 Celso Furtado e sua compreensão do subdesenvolvimento : uma análise da evolução de seu pensamento / Alanna Santos de Oliveira Pimenta. - 2014.

115 f.

Orientador: Carlos Alves do Nascimento.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Furtado, Celso, 1920-2004 - Teses. 3. Desenvolvimento econômico - Teses. 4. Condições econômicas - Brasil - Teses. 5. Dependência - Brasil. I. Pimenta, Alanna Santos de Oliveira. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

ALANNA SANTOS DE OLIVEIRA PIMENTA

**Celso Furtado e sua Compreensão do Subdesenvolvimento:
uma Análise da Evolução de seu Pensamento.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 12 de Dezembro de 2013.

Orientador: Professor Dr. Carlos Alves do Nascimento
IE/UFU

Professor Dr. Niemeyer Almeida Filho
IE/UFU

Professor Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr
IE/UNICAMP

AGRADECIMENTO

É extremamente gratificante poder chegar à conclusão de um trabalho tão árduo como este, e olhar para trás a fim de observar todo o trajeto percorrido, trajeto este, que se iniciou muito antes de começar a graduação em Ciências Econômicas, remontando ao período da minha própria infância, quando ainda criança, motivada por minha mãe, interessei-me por mergulhar no universo da leitura.

Por isso, esta parte de agradecimento é uma grande oportunidade para reconhecer a contribuição de cada ser tão especial que direta ou indiretamente colaborou para que esse tão sonhado dia chegasse. Dadas as inúmeras personagens que corroboraram esse cenário de conquista que hoje vejo diante de mim, é bem possível, que eu possa vir a incorrer no perverso erro de me esquecer de algum nome e, por isso, já adianto meu sincero pedido de desculpas.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido todas as dádivas necessárias para que eu chegasse até aqui. A todos os seres divinos que me deram bom ânimo, força e amparo, especialmente, à minha querida mãezinha Nossa Senhora de Aparecida, por quem tenho tamanha devoção.

Aos meus amados pais, os grandes merecedores dessa vitória, por terem me colocado nesse caminho, e me oferecido todo o apoio e suporte para que eu me lançasse na jornada dos estudos. Agradeço também por terem compreendido com tanto amor e maestria o distanciamento, a correria, e a loucura que acompanham a vida de uma mestranda!

Ao meu esposo Edilson, o grande inspirador da minha opção pelo mestrado, certamente, a pessoa que mais me incentivou a ingressar na jornada rumo ao título de mestre! Agradeço também por ter me apoiado durante esse árduo caminho, pouco agradável para qualquer cônjuge.

À minha sogra e amiga que, indiretamente, contribuiu muito para que eu me tornasse mestre, por meio da sua recorrente ajuda quando eu faltei na condição de esposa, em virtude dos inúmeros afazeres impostos pelo estudo conciliado ao trabalho.

À minha querida avó Alice que sempre se mostra a maior torcedora em qualquer busca em que eu me lance, sempre otimista quanto aos resultados a serem alcançados! Na mesma perspectiva de otimismo e torcida, agradeço à minha madrinha e segunda mãe Edvânia.

Meus sinceros agradecimentos às minhas queridas primas-irmãs, Brenda e Franciele, pelo recorrente entusiasmo demonstrado em todas minhas pequenas conquistas. Estendo esse agradecimento a todos os meus familiares, aos mais próximos, e àqueles que não vejo com tanta frequência, mas que sempre me incentivaram e desejaram sucesso nas minhas escolhas.

Aos meus queridos amigos, Anna Belle e Danilo, os quais conquistei durante a graduação, e que continuam me agraciando com o privilégio de suas nobres amizades.

A todos os Professores do Instituto de Economia da UFU, em especial ao Professor Carlos, meu orientador e amigo. Se a Professora Soraia me inspirou à leitura de Furtado, o Professor Carlos foi quem “lapidou meu interesse em estado ainda bruto”! Agradeço por ter me apresentado esse autor com tanta perspicácia e, principalmente, por ter acreditado no meu trabalho. Agradeço também pela paciência e calma que ele sempre apresentou para com essa mestranda afobada e apreensiva.

Também de modo muito especial, à Professora Soraia, a qual com sua didática encantadora e paixão pelo estudo da economia brasileira e de todos os entraves ao seu desenvolvimento, me despertou o interesse para olhar as questões mais relevantes em economia, e me chamou a atenção para a leitura de autores que se dedicaram fielmente a compreensão dos problemas de cunho social e político, tal como aquele que se configura o grande objeto deste trabalho!

Agradeço à secretária do Programa de Pós-Graduação em Economia, Tatiana, que além de ser uma excelente profissional no atendimento aos alunos do programa, tornou-se uma amiga querida para mim.

Por fim, agradeço a todos os meus colegas de trabalho da Faculdade de Ciências Contábeis da UFU, em especial à Cíntia, com quem dividi grande parte de minhas angústias referentes ao mestrado, ao Professor Eurípedes que também acompanhou parte dessa jornada, ao Professor Gilberto que sempre me concedeu grande apoio à minha opção pela jornada acadêmica e se mostrou fiel incentivador, e ao Professor Ernando pelo entusiasmo esboçado com meu trabalho e, principalmente, pelo incentivo à finalização deste.

Estendo meu agradecimento aos alunos do curso de Ciências Contábeis, que compreenderam minha dedicação a esse processo, e que acompanharam as emoções desta mestranda.

Enfim, sou grata a todos que acompanharam e, de alguma forma, contribuíram para que esse momento especial chegasse!

RESUMO

Almejamos neste trabalho realizar uma espécie de síntese do pensamento de Celso Furtado no que diz respeito à sua interpretação do subdesenvolvimento e sua proposta de superação desse fenômeno. Visamos com essa tentativa identificar os traços de linearidade e/ou mudança presentes em suas ideias acerca do referido tema. Tal intento se justifica mediante os inúmeros acontecimentos que se processaram durante mais de meio século de empenho no estudo da condição subdesenvolvida despendido pelo célebre autor. Dentre eles, o que se caracteriza como um divisor temporal de seu pensamento neste trabalho refere-se ao processo de transnacionalização. Buscamos mostrar que essa nova forma que assume a globalização impõe novos limites ao desenvolvimento das economias periféricas, conforme apontou Furtado, e estes acabam por inviabilizar a proposta de superação que o autor detinha. Além disso, o sintoma de dependência, do qual as estruturas subdesenvolvidas são historicamente reféns, e que é recorrentemente explorado pelo autor, passa a ser levado aos termos dos valores culturais, tornando-se, em sua visão, ainda mais perverso à tentativa de desenvolvimento. Por fim, buscamos ainda demonstrar que apesar do processo de transnacionalização ter rompido com o ideal de superação do subdesenvolvimento de Furtado, representado pela conformação do Estado Nacional, e de tê-lo levado a denotar novos valores à dependência, a essência do subdesenvolvimento permanece a mesma em sua análise.

Palavras-chave: Celso Furtado, Subdesenvolvimento, Desenvolvimento, Dependência, Estado.

ABSTRACT

With this study, we aim at making a synthesis of Celso Furtados's thought in relation to his underdevelopment interpretation and his correspondent proposal of overcoming this phenomenon. With this attempt, we aim at identifying the features of linearity and/or change present in his ideas about the mentioned theme. This purpose is justified by the fact that uncountable events happened during more than half a century of study of the underdevelopment condition dedicated by the author. Among them, the one which can be characterized as a temporal divisor in his thought, considered in this study, is the transnationalization process. We intend to show that this new way that globalization assumes dictates new limits to peripheral economies' development, as Furtado showed, and these limits jeopardize the overcome proposal the author had. Besides that, the dependence symptom, which underdeveloped structures are historically hostages, and that is usually explored by the author, turns to be taken to cultural value terms, turning out to be, in his vision, more perverse to the development attempt. Finally, we aim at demonstrating that, although the transnationalization process has broken with Furtado's overcoming proposal of underdevelopment, represented by the National State conformation, and despite it has taken him to denote new values to dependence, the underdevelopment essence is still the same in his analyses.

Key Words: Celso Furtado, Underdevelopment, Development, Dependence, State.

SUMÁRIO:

Introdução.....	10
Capítulo 1 - Desenvolvimento vs subdesenvolvimento: o capitalismo nacional.....	14
1.1 - Introdução.....	14
1.2 - Premissas básicas do desenvolvimento.....	16
1.3 - Subdesenvolvimento e seus condicionantes históricos: o papel da tecnologia e da luta de classes.....	20
1.3.1 - Breves considerações acerca do pensamento de Furtado e sua teoria do subdesenvolvimento.....	20
1.3.2 - Furtado e sua apreensão do fenômeno do subdesenvolvimento.....	23
1.4 - As possíveis vias de superação do Subdesenvolvimento.....	43
Capítulo 2 - Os novos limites ao desenvolvimento na periferia.....	49
2.1 – Introdução.....	49
2.2 - A mecânica do processo de transnacionalização.....	50
2.3 - Os novos desafios ao desenvolvimento na periferia.....	57
Capítulo 3 - Linearidade e redirecionamento de enfoque no pensamento de Celso Furtado: o subdesenvolvimento sob a configuração de uma nova dependência.....	75
3.1 – Introdução.....	75
3.2 - Analisando os pilares do subdesenvolvimento sob as novas circunstâncias: indicativos de permanência.....	77
3.3 - A superação do subdesenvolvimento condicionada aos limites impostos pelo capitalismo transnacionalizado.....	97
Considerações finais.....	111
Referências bibliográficas.....	115

INTRODUÇÃO

Diante das misérias que assolam o mundo periférico, sejam elas de quesito econômico, social, político ou cultural, renegando às distintas nações reféns do subdesenvolvimento a possibilidade de realização integral do ser humano, e destituindo este último da liberdade de ação sobre o próprio destino, em virtude do estreitamento do horizonte de opções que se apresenta em sua trajetória subordinada de vida, emerge a tarefa substancial de se gestar uma análise detida do quadro depreciativo que se configura nessas sociedades intituladas subdesenvolvidas e, por conseguinte, de se assumir a árdua missão de elaborar proposições exequíveis que logrem dar fim à referida condição.

No Brasil, sem menor lugar à dúvida, essa tarefa foi brilhantemente assumida pelo pensador, escritor, economista, sonhador, brasileiro e nordestino, Celso Furtado. Detentor de um espírito irrequieto e inconformado com a realidade desigual e cruel que discrimina as economias periféricas das centrais, bem como a elite do povo, dentro de uma mesma sociedade, Furtado dedica a maior parte de sua vida à tentativa de apreensão das mazelas que constituem o universo subdesenvolvido, alicerçando a esse esforço a reflexão acerca de proposições práticas para superação desse problema, e demonstrando sua preocupação latente com a humanidade e seu destino.

Lançando sobre esse quadro um olhar que transcende a lógica puramente econômica, mas que vai ao encontro da sociologia, das questões políticas, e dos valores culturais, ele logra ‘descobrir’ o Brasil como ninguém até o momento havia conseguido ou pretendido, o que é formidavelmente traduzido e demonstrado em sua obra “*Formação Econômica do Brasil*” (1959), livro que se tornou leitura obrigatória nos diversos cursos superiores do país, e que foi internacionalmente aclamado e traduzido para diversas línguas.

Influenciado por diversos pensadores de renome, não se deixou prender especificamente, tampouco unicamente, à ideologia de nenhum, revelando sua independência teórica. Embora tenha por diversas ocasiões tomado de empréstimo reflexões de Karl Marx, Schumpeter, Kalecki, Adam Smith, Ricardo, Myrdal, Hegel, Weber, Engels, entre tantos outros, Furtado mostrou-se fidedignamente comprometido a adequar qualquer ideia ou análise às necessidades requeridas pela apreensão da realidade subdesenvolvida, revelando, outrossim, a urgência de um olhar singular sobre

a condição periférica, desvencilhado dos modelos elaborados exclusivamente para a interpretação das sociedades cêntricas.

Nem mesmo a cassação de seus direitos políticos em abril de 1964 que o mantém exilado por alguns arduos anos é capaz de abalar sua alma insubjugável, e de retirá-lo de sua formidável missão. Dentro ou fora do país, ele continuou sua trajetória de interpretação das causas do subdesenvolvimento, denunciando a condição ultrajante de dependência que historicamente, e persistentemente, assolava as estruturas periféricas; e apostando fervorosamente em sua superação pela racionalidade substantiva, de início, mais contundentemente traduzida em seu instrumental superior, o Estado, e, posteriormente, de forma mais veemente em sua manifestação coletiva, embasada em um desejo transformador e de afirmação nacionalista de toda a sociedade.

Nesse aspecto, cabe ressaltar sua perda de otimismo na conformação do Estado Nacional como via de superação do subdesenvolvimento nas estruturas periféricas, o que, antes de mais nada, revela a complexidade das novas circunstâncias impostas pelo capital transnacionalizado. Essa constatação torna-se eminente em suas obras que remontam ao final da década de 60 em diante. Logo, o processo de globalização da forma como se processa no último quartel do século XX é tomado como marco "divisor de águas" do pensamento Furtadiano, da forma como o analisaremos neste trabalho, e em conformidade com o que já havia sido observado em Sampaio Jr. (2008):

Até o final da década de 60, Furtado acreditou que o subdesenvolvimento pudesse ser substituído pelo desenvolvimento capitalista nacional. A partir de então, com a constatação de que a emergência de um "capitalismo posnacional" solapava as bases do regime central de acumulação, passou a propugnar a viabilidade do desenvolvimento nos marcos de uma economia mundial interdependente. (Sampaio Jr., 2008, p.1-2)

Portanto, diante da suma importância deste célebre autor, bem como da relevância e urgência de se apreender as causas do subdesenvolvimento e de se ponderar as possíveis soluções para essa mazela, visamos com este trabalho empreender uma espécie de síntese de seu pensamento com respeito ao tema, empregando como marco divisor temporal de suas ideias o processo de transnacionalização, o qual impôs significativas mudanças ao funcionamento dos sistemas nacionais tal como se desenvolviam até meados da década de 60, como bem observou o autor.

Logo, almejamos por meio da leitura de Furtado dedicarmos-nos a esse processo de síntese, e empreender em seguida uma análise comparativa de suas ideias expostas

nas obras anteriores ao período de transnacionalização vis-à-vis as que remontam ao referido processo, a fim de identificar os traços de continuidade no pensamento do autor, bem como os possíveis indicativos de redirecionamento de enfoque ou adaptação de conceitos/ideias.

Para tanto, realizamos uma escolha deliberada por algumas bibliografias que consideramos cruciais para a apreensão de sua teoria do subdesenvolvimento, e utilizamos, em grau bastante reduzido, leituras de outros autores que visassem à interpretação de sua obra, ou mesmo que tecessem homenagens ou críticas ao pensamento de Furtado.

Assim, após esta Introdução, teremos o Capítulo 1 deste trabalho, no qual inicialmente discorreremos de forma sucinta acerca de sua concepção de desenvolvimento, ou seja, o que Furtado entende pelo termo e de que forma este se configura como a antítese do subdesenvolvimento. Em seguida, dentro do mesmo capítulo, dissertaremos sobre a apreensão do autor com respeito a esse último elemento, objeto central de nossa análise, com base na leitura de suas obras publicadas até meados da década de 60 (período pré-transnacionalização). Por fim, pretendemos apresentar um esboço de sua proposição de superação da condição subdesenvolvida tendo em vista o referencial temporal supramencionado.

No Capítulo 2, delinearemos alguns aspectos mais gerais do processo de transnacionalização, o qual constitui o marco divisor temporal deste trabalho no tocante ao pensamento do autor. Desse modo, os condicionantes que propiciaram essa nova forma de globalização, bem como sua lógica e forma de atuação serão devidamente tratados ao início do capítulo. Em seguida, empreenderemos, com base na leitura da obra de Furtado, uma análise dos efeitos desta proeminência do capital transnacionalizado sobre as economias subdesenvolvidas, demonstrando de que forma esse acontecimento viria a dismantelar os esforços de superação da condição subdesenvolvida e impor novos limites ao desenvolvimento.

No Capítulo 3, dissertaremos sobre a visão de subdesenvolvimento do autor diante das novas circunstâncias impostas pelo processo de transnacionalização. Desse modo, empregaremos uma análise comparativa de suas ideias sobre o tema nesta nova fase do capitalismo vis-à-vis o período que antecede tal momento. Logo, por vezes voltaremos aos seus conceitos e definições que constituem os pilares de sua teoria do subdesenvolvimento apresentados no primeiro capítulo, a fim de estabelecer as requeridas comparações conceituais.

Em seguida, ainda dentro do mesmo capítulo, realizaremos o mesmo processo de análise comparativa com respeito a sua proposta de superação, visando assim identificar novamente indicativos de permanência e/ou redirecionamento de enfoque, ou mesmo de adaptação de conceitos/ideias, diante das novas limitações ao processo de desenvolvimento na periferia decorrentes da transnacionalização do capital.

Por fim, teremos as Considerações Finais deste trabalho.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO VS SUBDESENVOLVIMENTO: O CAPITALISMO NACIONAL

Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento.

Celso Furtado, "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento" (1961)

1.1 Introdução

Neste capítulo visamos empreender uma análise do pensamento de Celso Furtado com base em suas obras publicadas até meados da década de 60, no que tange sua interpretação do fenômeno do subdesenvolvimento e sua proposta de superação.

Para tanto, buscamos capturar, em alguma medida, a essência do pensamento do autor no que diz respeito à sua concepção de subdesenvolvimento, por meio de uma tentativa de síntese das principais ideias expostas em suas obras e que abarcam a construção dos pilares sobre os quais se sustenta sua teoria.

Entendemos que a análise empreendida pelo autor não deixa espaço para que se isole o estudo do subdesenvolvimento de sua apreensão do desenvolvimento, pois ainda que considerados fenômenos distintos, ele os compreende como intimamente conexos e interdependentes.

Por essa razão, faz-se necessário a apresentação de algumas considerações gerais sobre a interpretação do desenvolvimento para o autor, embasada em sua observação das transformações ocorridas no continente europeu com o surgimento de um núcleo industrial no século XIX, demonstrando assim, que a obra de Furtado nos deixa clara sua recorrência ao emprego de recursos analíticos comparativos, bem como sua afinidade pelo método histórico¹.

¹Em Bresser-Pereira e Rego (2001) há uma excelente análise acerca do método de análise furtadiano.

Com respeito aos condicionantes históricos que marcam o período em que as obras em análise foram produzidas, cabe-nos ressaltar que o pensamento do autor guarda relação com o contexto de formação do Estado capitalista no Brasil (período de 1930 a 1960), bem como com a posterior crise de acumulação e consolidação das bases da estrutura econômica capitalista que se processa no início dos anos 60.

Dessa forma, o pensamento de Furtado exposto nas obras em que nos propusemos a analisar neste capítulo deve ser compreendido levando-se em consideração a realidade histórica que permeou a elaboração de seu trabalho. Assim, entendemos que sua interpretação do subdesenvolvimento, bem como sua proposta de superação, estão intimamente relacionadas ao contexto do processo de industrialização empreendido no Brasil dos anos 30 até seu esgotamento na década de 60, o qual coincide com a própria constituição das bases materiais do Estado no país, e, posteriormente, com o cenário de reversão do crescimento acelerado.

Cumpramos destacar que o período que abarca o desenvolvimento das obras analisadas neste capítulo é marcado pelo ideal nacional desenvolvimentista o qual concebia o processo de industrialização apoiado e planejado pelo aparelho Estatal como meio para superação do subdesenvolvimento.

Desse modo, na obra de Furtado, deparamo-nos recorrentemente com a essência das ideias características do nacional desenvolvimentismo, de forma que sua posição otimista na conformação do Estado Nacional como via de superação dos entraves ao desenvolvimento é persistentemente demonstrada em suas obras iniciais, e permanece até momentos imediatamente posteriores ao golpe de 64, tendo sido revelado o ápice desse otimismo na obra *A Pré Revolução Brasileira* publicada em 1962.

A convicção de que a industrialização seria capaz de promover o efetivo desenvolvimento das economias periféricas, quando planejada e orientada pelo Estado, esteve presente nas teorias da Cepal durante o período e, por conseguinte, no pensamento de Furtado, um de seus principais expoentes.

O esgotamento do processo de substituição de importações no Brasil acompanhado de profundas tensões sociais, da incapacidade de resolução do problema do desemprego, e de surtos inflacionários, desperta uma revisão crítica por parte de Furtado, e de diversos outros autores, acerca da real potencialidade do processo de industrialização para reverter o problema do subdesenvolvimento.

Desse modo, a síntese que tentaremos realizar da concepção de Furtado acerca da questão do subdesenvolvimento incorpora as ideias do autor antes e após esta sua revisão crítica com o esgotamento da industrialização substitutiva de importações.

Entendemos que o caráter fundamental do subdesenvolvimento esboçado pelo autor não se modifica em virtude da releitura que ele empreende do processo de industrialização substitutiva, tampouco se perde sua aposta na conformação do Estado Nacional como meio de superação (para o período analisado).

Todavia, admitimos que é salutar ressaltar que em seu esforço de apreensão dos fatores que levavam a que o subdesenvolvimento persistisse mesmo com a industrialização substitutiva, surgem elementos adicionais que contribuem para a continuidade da condição subdesenvolvida à medida em que limitam o processo de industrialização e de desenvolvimento, conforme sua compreensão.

O âmago de sua crítica ao referido processo reside na identificação de que esse tipo de industrialização, característico dos países periféricos, é originado de modificações externas, ou seja, não se verifica qualquer endogeneidade nas forças que estimulam o nascimento de uma estrutura industrial, uma vez que essas economias são constituídas a partir da expansão do capitalismo europeu, resultando, assim, em um prolongamento da fronteira econômica europeia.

Por conseguinte, surge uma estrutura produtiva que não condiz com as necessidades específicas da nação periférica, e que não dá condições para que se empregue a grande massa da população e, conseqüentemente, impossibilita a formação de uma faixa consumidora de dimensões relevantes. Portanto, esse fator responde pela estreiteza do mercado, e pela falta de capacidade autônoma de gerar crescimento em uma economia desse tipo.

Em síntese, entendemos que para o período das obras analisadas a natureza do subdesenvolvimento permanece a mesma em sua essência, mesmo após o referido processo de revisão crítica do autor acerca do processo de industrialização substitutiva, de tal modo que acreditamos na persistência de sua confiança no fundamento da ideologia nacional desenvolvimentista, ainda que Furtado introduza adicionalmente em seu quadro teórico forças bloqueadoras do desenvolvimento das forças produtivas, diante do cenário que delineia o esgotamento do processo de industrialização brasileira.

1.2 Premissas básicas do Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento de Celso Furtado abarca uma apreensão da articulação existente entre estrutura social e econômica. Isso porque sua interpretação do referido termo concebe três dimensões assumidas por este. A primeira está intimamente ligada ao incremento de produtividade decorrente da incorporação de novas técnicas ao sistema produtivo, a segunda à satisfação das necessidades elementares da população, e a terceira à execução de objetivos a que se propõe a coletividade.

A teoria do desenvolvimento do autor passa por uma análise das condições que propiciaram a condição desenvolvida de algumas economias no sistema capitalista mundial, configurando seu plano analítico histórico de observação, e por um estudo dos elementos socioculturais que determinam o grau de evolução de uma determinada sociedade.

Denotando um caráter contínuo, suas obras, desde as iniciais às finais, expõem as transformações na estrutura econômica e social originadas com o surgimento e expansão do primeiro núcleo industrial na Europa, colocando em evidência os condicionantes históricos que constituem os pilares da conformação do desenvolvimento nos países pioneiros na experiência da revolução nos métodos produtivos.

A forma como se processaram os incrementos de produtividade nessas economias tem origem na criatividade humana orientada a um determinado fim. A natureza desse processo inventivo é elemento que permite distinguir o processo de desenvolvimento industrial ocorrido no centro do que se logrou na periferia. A forma como foi utilizado o excedente conformado por esse movimento foi fator determinante da evolução dessas economias.

A análise histórica empregada pelo autor permite depreender que os frutos que se originavam dos incrementos de produtividade resultantes da atividade inventiva foram socialmente distribuídos entre as diferentes camadas da coletividade, o que permitiu um processo de homogeneização social, que é a característica fundamental do desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento na acepção a que se referiu o autor está diretamente relacionado à incorporação da massa da população ao processo de evolução material da sociedade, não há como atribuir a uma nação o referido termo se esta não apresenta uma tendência a uma absorção da coletividade no âmbito do usufruto das benesses

propiciadas pela criatividade humana. Desse modo, Furtado propõe a seguinte definição para o supramencionado conceito em *Dialética do Desenvolvimento* (1964):

[...] cabe definir o desenvolvimento econômico como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente de introdução de inovações tecnológicas (Furtado, 1964, p.29).

Esse processo virtuoso de articulação de interesses de camadas tão distintas faz-se possível através de uma combinação entre inovação das técnicas e difusão do progresso tecnológico. Esse movimento foi identificado pelo autor no desenvolvimento das sociedades centrais, e teve como expressão fidedigna a autêntica luta de classes. O enfrentamento das forças, aparentemente, antagônicas culminou na possibilidade de se sistematizar a acumulação no desenvolvimento das forças produtivas com a dos objetos de consumo, traduzindo-se na mais perfeita sintonia entre a racionalidade instrumental e a substantiva.

A descrição feita no parágrafo acima traduz de forma fidedigna a configuração do desenvolvimento nas sociedades centrais, e a desarticulação entre os dois eixos supramencionados do processo de acumulação é o que caracteriza as estruturas denominadas subdesenvolvidas na interpretação do autor.

A tentativa de superação do subdesenvolvimento requereria um esforço intenso de reprodução das condições que propiciaram a articulação entre inovação técnica e homogeneização social tal como verificado nas economias centrais. Dado que os elementos e circunstâncias indispensáveis a essa combinação bem sucedida não se verificavam de forma espontânea na periferia, far-se-ia fundamental a atuação orientadora do Estado para induzir ao processo de modificação desejada que conformaria a condição desenvolvida.

Uma vez que o desenvolvimento, na interpretação de Furtado, tem como premissa básica o alargamento do horizonte de possibilidades que se apresentam a uma determinada nação, sua exequibilidade está condicionada ao grau de autonomia de que dispõe uma determinada sociedade sobre os rumos da própria economia.

É nesse aspecto que a capacidade de autodeterminação detida pelo país torna-se um elemento basilar de sua teoria do desenvolvimento. Portanto, a situação de dependência posiciona-se na contramão do processo evolutivo tanto das bases materiais

quanto culturais de uma nação, e é a tentativa de eliminação dessa variável perversa que deve configurar-se na agenda nacional desenvolvimentista de qualquer economia.

A construção das bases materiais de caráter independente de uma estrutura produtiva que abarque a elaboração dos bens indispensáveis a uma determinada sociedade, unificada ao movimento de amplificação da possibilidade de consumo e de homogeneização de condições dignas de vivência ao conjunto da população é a política básica que deveria orientar o processo de desenvolvimento industrial em qualquer economia, a qualquer tempo.

Resulta dessa constatação a confiança que o autor dispõe em suas obras iniciais no processo de industrialização que tem início nas economias subdesenvolvidas. Posteriormente, os entraves que levam ao esgotamento do referido processo na década de 60, bem como o novo cenário que se conforma com vistas às novas necessidades de valorização do capital, que constitui o processo de globalização, coloca a visão de desenvolvimento do autor em um plano majoritariamente cultural.

Sua compreensão de que a dependência mais perversa encontrava-se na dimensão dos hábitos e valores, levou-o a dedicar atenção especial ao desenvolvimento alicerçado sobre a preponderância dos fins. Dessa forma, o autor visa a ratificar que a evolução no nível de vida material desacompanhada do progresso no padrão cultural não é suficiente para dar cabo à superação do subdesenvolvimento: “Com efeito, a experiência tem demonstrado amplamente que a elevação do nível de vida material não se faz acompanhar necessariamente de melhora nos padrões de vida cultural, reproduzindo-se via de regra a estratificação social existente no passado” (Furtado, 1998, p. 69).

Assim, sua concepção de desenvolvimento passa a dispor ênfase considerável à noção de preservação da identidade cultural de cada nação:

Quando nos referimos à nossa identidade cultural, o que temos em conta é a coerência de nosso sistema de valores, do duplo ponto de vista sincrônico e diacrônico. Esse é o círculo maior que deve abarcar a política de desenvolvimento, tanto econômica como social. Somente uma clara percepção da identidade pode instilar sentido e direção a nosso esforço permanente de renovação do presente e construção do futuro. Sem isso, estaremos submetidos à lógica dos instrumentos, que se torna tanto mais peremptória quanto tende a nela prevalecer a dimensão tecnológica. (Furtado, 1998, p.72).

A independência cultural é um dos pilares fundamentais sobre os quais se assentam o desenvolvimento. Isso demonstra sua preocupação com o sistema de valores

da sociedade, e traduz sua constatação de que desenvolver-se pressupõe muito mais do que o alargamento das bases materiais produtivas, mas requer um esforço crescente de identificar as necessidades físicas, intelectuais, e morais da sociedade a fim de atendê-las de forma crescente.

Desse modo, a interpretação do primeiro tipo mencionado de necessidades implica também na tentativa de mensuração dos efeitos que sua satisfação pode ter sobre a dimensão ambiental. A preservação do sistema natural, ou seja, do meio ambiente que cerca a humanidade é condição *si ne qua non* para o desenvolvimento global. Isso porque o desperdício e a depredação de recursos que serão necessários às gerações futuras estão na contramão do processo evolutivo desenvolvimentista que é apresentado nas obras do autor (especialmente nas que foram publicadas no transcorrer do processo de globalização).

Assim sua visão humanitária do desenvolvimento pode ser evidenciada no seguinte trecho:

A partir de duas ideias-força – prioridade para a satisfação das necessidades fundamentais explicitadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no quadro de um desenvolvimento orientado para estimular a iniciativa pessoal e a solidariedade, e responsabilidade internacional pelo desgaste do patrimônio natural –, é possível desenhar o modelo de desenvolvimento a ser progressivamente implantado no próximo século. (Furtado, 1992, p.79).

Independente dos elementos que vão ganhando maior ou menor destaque em seu esforço de teorização do desenvolvimento, é *mister* notar que a conformação deste último pressupõe a eliminação de quaisquer tipos de dependência que acometam as sociedades, bem como o reconhecimento de que a evolução no meio material que configura o aperfeiçoamento das técnicas produtivas deve ser necessariamente condicionada às necessidades específicas da nação, de forma a conduzir a um latente processo de homogeneização social, ainda que este não seja ao nível da abundância das formas sofisticadas de consumo.

1.3 Subdesenvolvimento e seus condicionantes históricos: o papel da tecnologia e da luta de classes

1.3.1 Breves Considerações acerca do Pensamento de Furtado e sua Teoria do Subdesenvolvimento

Em seu notório esforço de compreensão das sociedades subdesenvolvidas, Furtado sustentou sua análise no enfoque instrumental dialético e na observação histórico-estrutural das economias, buscando ao máximo capturar as especificidades características de cada uma delas. Portanto, o autor não empreendeu interpretações generalistas para chegar a conclusões particulares, mas buscou nas singularidades que eram específicas às distintas sociedades o elemento-chave que pudesse diferenciar desenvolvimento de subdesenvolvimento.

Seu pensamento é dotado do método de reflexão estruturalista das economias centrais e periféricas. Ainda que empreendido pioneiramente por Prebisch, conforme logrou observar Mallorquin (2005), Furtado é quem se debruça inicialmente sobre o esforço de explicitar as características do método histórico-estruturalista atribuindo-lhe caráter teórico específico, e evidenciando que centro e periferia além de se comportarem de formas distintas durante os ciclos, também fazem parte de um mesmo todo histórico² e, é a partir dessa aceção que o autor recorre persistentemente a uma espécie de confronto entre as duas realidades a fim de apreender o que é específico a cada uma.

Para Tavares (2000), sua visão do subdesenvolvimento representa um verdadeiro avanço sobre a questão da dicotomia atraso/modernização, bem como sobre a aceção “etapista” que se propagava nos centros de pensamento hegemônico e no debate acadêmico e político.

Por meio de suas observações pautadas nos acontecimentos históricos e de sua sagacidade em elencar as nítidas diferenças que permitem distinguir as economias desenvolvidas das subdesenvolvidas, Furtado engaja-se na criação de tipos ideais estilizados a partir de seu método de confrontação das realidades, conforme observa Barbosa (2010):

² O tempo e a historicidade são contemplados por Furtado dentro de uma perspectiva cíclica. Há que se notar que existem duas formas de se considerar o tempo na história: uma forma diacrônica, e outra sincrônica. A primeira diz respeito a uma sucessão de fatos observados mediante uma determinada cronologia, por conseguinte, há uma característica de linearidade nos acontecimentos. Já a segunda, refere-se à tentativa de lançar um olhar sobre distintas épocas, práticas sociais ou políticas, por meio de um recorte temporal, permitindo, assim, inclusive, uma análise pormenorizada dos elementos que constituem o momento estudado, sem prescindir de aspectos cronológicos ou de sua evolução. Um bom exemplo de sincronia e diacronia é apresentado em Furtado (1980) com respeito à forma de divisão social do trabalho. Dissertando sobre a forma sincrônica de divisão social do trabalho ele afirma: "[...] temos a especialização dos elementos do grupo na sua forma simples: as tarefas individuais cobrem a produção de um bem final em sua totalidade. Caçar, pescar, plantar e colher são exemplos desse tipo de tarefa" (Furtado, 1980, p.53). Já em relação à forma diacrônica ele revela: " Mas se o caçador, o pescador ou plantador utilizam instrumentos produzidos por outras pessoas, a divisão do trabalho adquire uma dimensão temporal: o que pesca, por exemplo, e os que produzem equipamentos para a pesca constituem uma equipe que se desdobra no tempo. Essa forma diacrônica da divisão social do trabalho abre possibilidades consideráveis à acumulação no plano das forças produtivas" (Furtado, 1980, p.53)

Percebe-se, assim, a constante criação de tipos ideais estilizados, mas que se constroem a partir das diversas experiências históricas. O estilo de exposição procura retirar o máximo do confronto – uma analogia por meio do contraste – entre estes tipos ideais não-estáticos, pois que se referem a diversas trajetórias possíveis de desenvolvimento. (Barbosa, 2010, p.152)

Outro traço de seu pensamento que merece destaque é sua aversão à análise puramente econômica. Conforme evidenciado em Furtado (1964), o autor deixa claro que a questão do subdesenvolvimento, apesar de, em geral, tratada fundamentalmente em termos econômicos, não deve se limitar a esse tipo de análise. É essencial que esse estudo se estenda aos fatores de ordem política e social, pelos quais o subdesenvolvimento se manifesta.

[...] a caracterização do subdesenvolvimento em termos estritamente econômicos, sendo tarefa mais simples, constitui o método perfeitamente legítimo com vistas a uma primeira formulação do problema. Seria, entretanto, equívoco total esperar que os economistas, usando instrumentos de análise que lhes são próprios, viessem a esgotar essa matéria, que possui importantes aspectos a serem abordados do ângulo da sociologia e da ciência política. (Furtado, 1964, p. 79)

O autor refere-se a um abandono dos métodos de análise a-histórica, dado que estes seriam pouco eficazes no objetivo proposto. Além disso, a concepção do referido fenômeno pelo autor, foge aos esquemas teóricos que concebem o desenvolvimento por etapas, segundo os quais, o subdesenvolvimento seria uma fase pela qual, necessariamente, as economias deveriam passar, a fim de posteriormente alcançarem a situação desenvolvida. O trecho abaixo deixa evidente o quanto ele considera inapropriada essa convicção:

O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Desta forma, o seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma "fase" do processo de desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. (Furtado, 1966, p.4)

Ainda, dentro dessa perspectiva, Furtado afirma:

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (Furtado, 1961, p. 181)

A maneira como o autor se dedica a analisar a questão do subdesenvolvimento revela sua perspicácia ao identificar como premissa básica, ou mesmo, ponto de partida de sua observação, que pelo simples fato de que o processo de desenvolvimento nas economias europeias ocorre em um mesmo período em que as estruturas periféricas são predominantemente pré-capitalistas e desempenham um papel de sustentáculo do processo de acumulação de capital dos países centrais, há uma impossibilidade de que as modificações econômicas e sociais ocorrida nestes se reproduzam da mesma forma naquelas economias.

Da mesma forma, primordial é seu ponto de partida da análise do subdesenvolvimento, alicerçado sobre sua noção de dependência externa e o papel subordinado na divisão internacional do trabalho, o autor constata em Furtado (1959) que o investimento em uma economia exportadora escravista trata-se de um fenômeno completamente distinto vis-à-vis o das economias industriais, o que o faz depreender desta observação que o crescimento baseado no estímulo externo não é capaz de conformar um processo de desenvolvimento autônomo e sustentado.

E, é sob essas condições, e dotado das percepções supramencionadas, que o autor constitui seu sustentáculo para o esforço de compreensão e teorização do subdesenvolvimento e suas mazelas.

1.3.2 Furtado e sua Apreensão do Fenômeno do Subdesenvolvimento

A questão do subdesenvolvimento apresentada nas primeiras obras de Celso Furtado, publicadas na década de 50, encontrava-se intimamente relacionada à posição à qual era subordinada a periferia no sistema de divisão internacional do trabalho. O caráter dependente conferido a essas economias decorria, portanto, da ausência de um sistema industrial produtivo em conjunto com a tendência à deterioração dos termos de troca, a qual desfavorecia as estruturas periféricas, em virtude da sua especialização produtiva.

Essa posição subordinada da periferia seria fruto das peculiaridades da formação histórica que acometeram as economias de tipo colonial, o que confere a relevância da dimensão histórica à análise do autor, e constituiria a ausência de autodeterminação dessas estruturas, a qual seria a principal procriadora das desigualdades típicas das sociedades subdesenvolvidas.

Levando em conta essas considerações iniciais do autor, é possível observar que o processo de industrialização constituiria, nesse contexto, as bases materiais que viabilizariam a conformação da nação. A confiança de que o desenvolvimento industrial interno seria condição *si ne qua non* para que se lograsse a defesa do emprego, do crescimento autosustentado e do rompimento com os laços de dependência externa é evidenciada em Furtado (1958):

O crescimento industrial gera, portanto, seu próprio impulso de crescimento, o qual se propaga aos demais setores da atividade econômica. Esse autodinamismo é específico da indústria, e não é por outra razão que o setor industrial funciona como força propulsora do crescimento das economias avançadas que são sistemas autônomos. (Furtado, 1958, p. 41)

Também em sua obra *Formação Econômica do Brasil (1959)*, o autor evidencia a relevância da conformação de uma estrutura industrial produtiva interna para o enfrentamento dos principais entraves colocados ao desenvolvimento das economias periféricas, e tomado por uma posição otimista prevê:

A transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século xx será a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização. Em outras palavras, as indústrias de bens de capital – particularmente as de equipamentos - terão de crescer com intensidade muito maior do que o conjunto do setor industrial. Essa nova modificação estrutural, que já se anuncia claramente nos anos cinquenta, tornará possível evitar que os efeitos das flutuações da capacidade para importar se concentrem no processo de capitalização. É essa uma condição essencial para que a política econômica se permita visar ao duplo objetivo de defesa do nível de emprego e do ritmo de crescimento. Somente assim alcançará o sistema econômico uma maior flexibilidade e estará em condições de tirar maiores vantagens do intercâmbio -externo, pois poderá mais facilmente adaptar-se às modificações da procura que se exerce nos mercados internacionais. (Furtado, 1959, p.218)

A partir do trecho acima é possível depreender que o fenômeno do subdesenvolvimento se relaciona diretamente com a exogeneidade da variável que responde pelo crescimento do país, bem como com a importância do setor externo para o processo de capitalização nas estruturas periféricas, e da relevância desse setor para o atendimento das necessidades internas. Desse modo, a industrialização responderia pela modificação desses fatores tidos como primários na conformação da condição subdesenvolvida.

Cabe salientar, tendo em vista esses fatores, que a dependência externa ligada tanto à obtenção de manufaturas, quanto ao que respeita ao processo de capitalização nas estruturas periféricas, é um dos grandes elementos basilares da conformação do subdesenvolvimento para Furtado. Essa concepção do autor é mantida nas obras que se seguem, publicadas no período de esgotamento do movimento de industrialização substitutiva.

A partir do supramencionado momento, o autor dá início a um processo de reavaliação da industrialização substitutiva e adiciona elementos que darão sustentação ao seu esforço teórico de apreensão do subdesenvolvimento, sem deixar de lado elementos fundamentais como a questão da dependência, bem como a constatação da posição subordinada da periferia condicionada pela divisão internacional do trabalho.

Desse modo, é possível observar nas obras que abarcam o período definido de análise, que dentre os elementos de maior destaque que caracterizam o subdesenvolvimento, e que são apontados recorrentemente em suas obras iniciais, figuram-se: o caráter dual das estruturas periféricas, a oferta elástica de mão de obra que corresponde a esse sistema híbrido, a dificuldade de formação de capital a partir das forças internas, a incompatibilidade entre a tecnologia empregada e a configuração do mercado de trabalho, a ausência da típica luta de classes, e a concentração da renda que resulta em uma estreiteza alarmante de mercado.

Sem diminuir a importância de nenhum dos fatores elencados, mas com o intuito de sintetizá-los, é possível destacar dois grandes atores na conformação da heterogeneidade estrutural que caracteriza o subdesenvolvimento para o autor: a tecnologia e a luta de classes. Furtado emprega uma análise comparativa destes dois elementos no que tange suas características, papel que desempenham, e circunstâncias que os permeiam, nas estruturas periféricas vis-à-vis nas economias centrais.

Isto posto, cumpre salientar que cada um dos elementos elencados no âmbito da questão do subdesenvolvimento por Furtado está colocado em suas obras não de forma isolada, mas de maneira integrada à história que os cercam, de modo que, nenhum dos conceitos e temas apresentados pelo autor são dispostos isoladamente de fatores políticos e sociais que marcam o período analisado. Todo o seu esforço de teorização e apreensão do subdesenvolvimento encontra-se intimamente ligado à observação esquemática dos acontecimentos que permeiam seu objeto de análise.

Assim, a análise que Furtado empreende do subdesenvolvimento é realizada com base em sua observação da história, levando em consideração aspectos da política e da

sociologia (além da economia), e por meio de um estudo paralelo comparativo com o desenvolvimento. É nesse sentido que o autor se debruça sobre uma análise minuciosa do processo de industrialização ocorrido na Europa³, a fim de verificar as implicações que este teve sobre o resto do mundo e, mais especificamente, sobre as economias periféricas.

Desse modo, a apreensão do subdesenvolvimento da forma como entende o autor, deve percorrer a análise de uma realidade histórica resultante do processo de inovação das técnicas que constitui uma economia de escala mundial. Assim, Furtado capta o referido fenômeno por meio de uma observação do "outro lado da moeda", ou seja, como consequência do processo resultante da Revolução Industrial, o qual se manifestou em mudanças nas relações mercantis e modificações nas estruturas sociais na Europa, atingindo também, todas as demais regiões do globo.

O advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra. (Furtado, 1961, p.178)

A Revolução Industrial teve diversas consequências sobre todas as economias do mundo. Desse modo, o subdesenvolvimento, da forma como entendido por Furtado, carece de uma análise em conjunto com a observação do processo de desenvolvimento industrial ocorrido nos países centrais, ou seja, uma observação em confronto com este último fenômeno, a fim de apreender o que é específico ao primeiro.

Em decorrência dessa observação, Furtado (1966) revela que o subdesenvolvimento deve ser captado em sua realidade histórica, a qual tem como protagonista o movimento de propagação da técnica moderna no processo de conformação de uma economia de escala mundial. Isso implica que esse fenômeno deve, necessariamente, ser compreendido de forma coetânea ao desenvolvimento, como um dos resultados da difusão da revolução da tecnologia.

O autor deixa claro que a apreensão das circunstâncias que condicionaram o processo de Revolução Industrial requer uma análise de fatores que fogem ao campo da análise estritamente econômica. As inovações originadas neste contexto têm seu ponto de partida na própria história da cultura e do pensamento Europeu, remontando à conformação do método experimental, e outros instrumentos da ciência que tiveram

³ Esse ponto tem exímio destaque na obra de Furtado, pois marca um momento de ruptura dos meios de produção e da racionalidade produtiva, bem como representa a propagação da técnica na conformação de uma economia de escala mundial.

origem na civilização européia. Desse modo, a criatividade esteve presente de forma persistente no contexto intelectual dessas sociedades.

O comércio internacional em conjunto com a nova divisão internacional do trabalho, propiciou a inserção da periferia na órbita do capitalismo pujante que se afirmava no centro. Por meio da especialização produtiva e comercial, conformaram-se trocas que geravam ganhos de produtividade intensos, sendo maiores para uns países, e menores para outros.

Importa que, para Furtado, a partir dessa divisão internacional do trabalho que se conformara, e do aprofundamento do comércio exterior, foi possível aos países periféricos adentrar na esfera das relações dinâmicas do capitalismo, mesmo com um papel bastante diferente daquele que cabia às sociedades desenvolvidas.

Ainda que o autor jamais negligencie as particularidades que concernem a cada economia, Furtado (1961) observa que, em geral, essa interação das estruturas capitalistas com os países periféricos, consubstanciou um elemento comum em todos eles: a expressão híbrida de suas economias. O termo foi utilizado no sentido de que parte delas passou a apresentar características capitalistas, e outra parte conservou elementos da estrutura preexistente.

O advento do capitalismo nas economias periféricas se deu das mais variadas formas; em alguns casos como nova linha de comércio, em outros como fonte de recursos e matérias-primas; variando também quanto aos seus impactos e grau de aprofundamento.

Todavia, Furtado observa que, em geral, esse fenômeno criou economias de caráter dual, mantendo uma distribuição funcional da renda bastante arcaica (praticamente inalterada quando comparada à que existia no sistema puramente pré-capitalista) coetaneamente à existência de hábitos de consumo sofisticados, bem como técnicas tipicamente capitalistas de produção voltadas ao atendimento dessa demanda. Furtado (1964) logra explicar as origens dessa heterogeneidade estrutural⁴:

Este tem origem quando numa economia agrícola atrasada determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores - na linguagem dos economistas - com reflexos em toda a estrutura social. (Furtado, 1964, p. 81)

⁴ A heterogeneidade estrutural que acomete as economias subdesenvolvidas está intimamente ligada à existência de um desenvolvimento desigual e combinado, no qual o capitalismo se apresenta ora de forma mais atrasada, e ora com forças produtivas mais evoluídas.

A heterogeneidade que caracteriza as estruturas periféricas constitui elemento central de sua análise do subdesenvolvimento, justamente porque a cunha capitalista de caráter moderno e desenvolvido que adentra essas economias não é capaz de absorver todo o sistema pré-capitalista preexistente, e isso se reflete negativamente sobre o mercado de trabalho e, por conseguinte, consumidor, dando origem aos obstáculos internos que se colocam ao processo de desenvolvimento industrial e econômico desses países, e conformando uma estrutura social extremamente desequilibrada:

Em síntese, a estrutura social correspondente a uma economia dual apresenta as linhas gerais seguintes: por cima está a classe dirigente, formada de vários grupos de interesses sob muitos aspectos antagônicos e incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional, com um monopólio incontestado do poder; mais abaixo, temos uma grande massa de assalariados urbanos empregados no terciário, que é mais um estrato social do que uma classe propriamente dita; segue-se a classe dos trabalhadores industriais, que não chega a representar um décimo da população ativa do país, mas constitui seu setor mais homogêneo; por último vem a massa camponesa, a cujas características já nos referimos. (Furtado, 1964, p. 85)

Desse modo, a ocorrência do fenômeno do subdesenvolvimento está intimamente ligada à heterogeneidade estrutural que predomina nas economias periféricas. Conforme observou Furtado (1964):

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária - teríamos neste caso tão somente uma economia atrasada - do que a ocorrência de um dualismo estrutural. (Furtado, 1964, p.81)

Para o autor, esse fenômeno é fruto da convivência entre o “velho” sistema de produção e o “novo” método produtivo, de forma que a tecnologia que é empregada nas estruturas periféricas não atende às suas necessidades específicas, uma vez que ela é dada, ou seja, exógena, e tem como característica fundamental a economia de mão de obra, o que não condiz com a realidade do mercado de trabalho dessas economias.

Nesse tipo de desenvolvimento, a relação insumo-capital pouco tem a ver com a disponibilidade relativa desses fatores, uma vez que está diretamente ligada ao tipo de tecnologia que se emprega no processo de produção: “Ocorre, entretanto, que a forma de organização industrial viável em determinadas condições históricas, não é independente do tipo de tecnologia a ser adotada” (Furtado, 1966, p.39).

Desse modo, nessas economias, esse fator de produção é exógeno, e impossibilita que o mercado de fatores atue como um instrumento capaz de orientar os investimentos da classe capitalista e compatibilizá-los com os interesses da coletividade.

Para Furtado (1966), a rápida integração com o comércio internacional e a oferta ilimitada de mão de obra, permitiu às economias periféricas, em um primeiro momento, modificar suas estruturas econômicas sem absorver inovações tecnológicas, e quando estas logravam ser absorvidas, isso não decorria de necessidades econômicas (tal como ocorrido na Europa), mas sim fazia parte de um simples processo de rotina.

Isso implica dizer que a incorporação de tecnologia aos processos produtivos nessas economias não tinha relação direta com a intencionalidade de se reduzir custos, por meio de elevações na produtividade, já que a obtenção dessas últimas se processavam no âmbito das relações comerciais exteriores. Desse modo, quando ocorria de se utilizar uma técnica de produção mais eficaz, via de regra, essa ação não era dotada de planejamento para tal fim, sendo caracterizada muito mais como um "acidente de percurso".

O fato de uma sociedade periférica, caracterizada por uma oferta elástica de mão de obra; empregar uma tecnologia, a qual já está dada; e que se direciona à economia do fator trabalho, resulta na persistência da estrutura arcaica de distribuição funcional da renda, bem como na baixa capacidade de elevação da poupança que apresentam esses países.

Não bastasse essa nefasta consequência, convém destacar, conforme a visão do autor, que a tecnologia a que se é referida caracteriza-se por ser reconhecidamente exigente quanto às dimensões do mercado, uma vez que ela está voltada para a produção em larga escala, e a concentração da renda não propicia uma demanda massificada.

Quando a substituição de importações adentra o setor de bens de capital, Furtado entende que os problemas mencionados tendem a agravarem-se. Dada a estreiteza do mercado, característica do modo concentrado de distribuição da renda, situações monopolísticas também se conformam nessa indústria, permitindo ao empresário industrial a elevação substancial dos preços de seus produtos, neste caso máquinas e equipamentos, ora produzidos internamente.

Assim, nota-se uma redução significativa da capacidade de investimento da economia. Soma-se a isso o fato de que o setor de bens de consumo, ao incorrer em custos mais altos de produção, repassam-nos para os preços, culminando, por

consequente, em uma redução no nível de salário real. Desse modo, configura-se um processo completamente distinto do ocorrido nas economias centrais.

Dentro das condições presentes na América Latina a regra tende a ser o monopólio ou o oligopólio e uma progressiva concentração da renda, a qual, por seu lado, ao condicionar a composição da demanda, orienta os investimentos para certas indústrias que são exatamente as de elevado coeficiente de capital e mais exigentes com respeito às dimensões do mercado. A experiência tem demonstrado, na América Latina, que esse tipo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando se esgota a fase de substituições “fáceis”, e eventualmente provoca a estagnação. (Furtado, 1966, p.39)

Outra distinção no que concerne ao processo de desenvolvimento das economias periféricas vis-à-vis o verificado nos países centrais, diz respeito ao impulso inicial das transformações econômicas ocorridas em cada país. De acordo com Furtado (1966), nas primeiras, este esteve intimamente ligado ao estímulo da demanda externa, ou seja, ao crescimento das exportações e, posteriormente, associado às necessidades de internalização produtiva que se impunham em virtude da conjuntura externa desfavorável.

Empregando sua visão analítica comparativa, Furtado observa que nas economias centrais, o marco que dá origem ao processo de industrialização está intimamente relacionado à tentativa de modificações nas estruturas de custos, a fim de que com o emprego de técnicas mais eficientes se incorra em despesas de produção relativamente menores, tornando possível uma concorrência via preços com bens oriundos de métodos produtivos menos sofisticados. Isso revela a racionalidade empresarial que marca o estopim das transformações econômicas ocorridas nessas economias.

Furtado (1966) ratifica essa distinção quanto ao caráter do fenômeno da industrialização nas economias periféricas em detrimento do ocorrido nas economias centrais. Após um longo período de integração no mercado internacional por meio da exportação de alguns poucos produtos primários, ou seja, por meio da exploração intensiva dos recursos naturais e da mão de obra, os países periféricos encontraram na diversificação uma via para recuperação do crescimento de suas economias abaladas pelo contexto da conjuntura internacional.

Desse modo, o autor entende que o desenvolvimento industrial nas economias periféricas não resultou do interesse planejado e consciente de se romper com a estrutura tradicional de divisão internacional do trabalho.

Os investimentos são orientados no sentido de diversificar a estrutura produtiva, a fim de que uma oferta de origem interna mais diversificada satisfaça os requerimentos de uma demanda que antes era atendida em proporção relativamente maior por meio de importações (Furtado, 1966, p.8)

É *mister* depreender dessa análise que, enquanto nas economias centrais o elemento dinâmico do processo de desenvolvimento industrial processa-se pelo lado da oferta, traduzido pelas inovações tecnológicas empreendidas pelos empresários industriais; nas economias periféricas, a fonte irradiadora de dinamismo encontra-se na demanda, expressa pela procura por manufaturas, e somente quando essa não pudesse ser atendida por meio do comércio internacional é que a dinamicidade passaria a atuar do outro lado.

Com isso, Furtado expõe em sua obra o caráter exógeno dos fatores que propulsionaram as modificações elencadas nas economias periféricas, uma vez que as transformações sofridas pelo sistema de valores dessas estruturas tiveram por elemento chave o atendimento a uma demanda por bens que antes eram importados até o momento em que a conjuntura externa não favoreceu mais esse tipo de ação, o que culminou no estímulo à produção interna. Dessa forma, o processo de desenvolvimento industrial nesses países não logrou ser dirigido por uma política autêntica de desenvolvimento nacional, mas resultou de uma imposição histórica advinda do cenário internacional.

Em Furtado (1962), o autor analisa os determinantes do processo de desenvolvimento industrial que tem início no Brasil nos anos 30, e observa que: "Observando, retrospectivamente os últimos três decênios, chega-se à conclusão de que o nosso desenvolvimento resultou muito mais de uma imposição histórica do que da tomada de consciência da realidade nacional pelos homens que dirigiram o país." (Furtado, 1962, p.65)

Furtado identifica que à medida que se internaliza a produção de bens de consumo por meio do processo de industrialização substitutiva (propiciada pela eliminação do supridor tradicional externo, consequência direta da restrição da capacidade para importar) conforma-se uma situação extremamente propícia à prática de altos preços e manutenção de estruturas monopolísticas, situação notavelmente distinta da que se verificou nas economias centrais quando do advento de novas técnicas produtivas.

Isto posto, Furtado (1966) observa que a natureza substitutiva de importações constitui uma das causas primárias da singularidade da industrialização nas economias periféricas. Juntamente com esta, o fato que o desenvolvimento industrial dessas economias ocorre em um período em que a tecnologia disponível é altamente dispensadora de mão de obra, também, contribui para justificar a especificidade do referido processo:

Ao contrário dos países que se desenvolveram na fase clássica, durante a qual o avanço da técnica estava intimamente relacionado com os demais fatores causantes da aceleração do processo de desenvolvimento econômico e de mudança social, no atual processo de transformação das estruturas subdesenvolvidas a tecnologia constitui fator exógeno de reduzida flexibilidade. (Furtado, 1966, p.9)

Diante do fato mencionado, torna-se impossível que a tecnologia venha a cumprir no processo de desenvolvimento industrial periférico o mesmo papel que logrou obter nas economias centrais. Aí encontra-se uma das observações mais importantes do autor que constitui um dos pilares para compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento, qual seja, que a inovação das técnicas que adentra as estruturas periféricas não corrobora para a aglutinação dos fatores de produção de forma dinâmica, mas sim provoca sérias tensões e desequilíbrios, uma vez que seu emprego requer crescente concentração da renda e, por conseguinte, exploração interna.

Com respeito à distribuição da renda, o autor salienta que por mais que avance a industrialização nessas economias, denotando um núcleo industrial complexo e dinâmico, ela pouco se altera, operando uma estrutura ocupacional muito semelhante àquela que predominava no sistema pré-capitalista: “O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência” (Furtado, 1961, p.193).

Em Furtado (1966), o autor descreve minuciosamente a situação da estrutura ocupacional nas economias periféricas que predomina antes do processo de desenvolvimento industrial, e que pouco se modifica após este, conforme mencionado no parágrafo anterior. De acordo com ele, quando a sociedade ainda se encontrava organizada no escopo de um sistema pré-capitalista agrário, era possível verificar uma relativa escassez de mão de obra.

Todavia, esse fato (o processo de desenvolvimento industrial) não ocasionou qualquer aumento no nível de salários, uma vez que havia condições de oferta ilimitada

de terra nas mãos de uma pequena parcela da população. Tinha-se, então, uma situação de terras abundantes, mas de difícil acesso a propriedade. E esse é o ponto crucial que caracteriza a distribuição da renda nesses países:

Considerado o mesmo problema do ponto de vista de suas consequências sociais, comprova-se que tal organização econômica engendra um sistema de distribuição da renda pelo qual uma fração substancial dessa renda (de 50 a 60 por cento) se concentra em mãos de uma minoria que, dificilmente, alcança 5 por cento da população. (Furtado, 1966, p59)

E é esta distribuição altamente concentrada da renda que persiste mesmo com o processo de desenvolvimento industrial que passa a ocorrer no século XX. Essa estrutura ocupacional precária e arcaica corrobora para a predominância do referido sistema híbrido, de caráter dual, mesmo nas economias subdesenvolvidas que se apresentam mais complexas, e o ponto crucial para isso é que o crescimento que se logra atingir nessas economias não incorpora toda a sociedade, ficando grande parte dela em situação muito semelhante à que prevalecia no sistema anterior.

Essa característica da distribuição da renda consubstancia a configuração de um mercado de trabalho que não consegue absorver toda a massa da população, dando origem a outro elemento de destaque na análise Furtadiana do subdesenvolvimento: a oferta elástica de mão de obra.

Cumprido salientar que a oferta elástica de mão de obra é fator primordial no estudo do subdesenvolvimento empregado por Celso Furtado. Este elemento conforma a base da heterogeneidade estrutural que permeia as sociedades periféricas, é a expressão fidedigna da distribuição arcaica da renda nesses países, e configura-se entre as razões pelas quais não se verifica uma autêntica luta de classes nessas economias, impossibilitando, por conseguinte, a elevação do nível de salários, o que delimita severamente o mercado consumidor, e inviabiliza a conformação do dinamismo típico das estruturas capitalistas modernas.

Desse modo, a análise de Furtado demonstra que o advento do capitalismo nas sociedades periféricas não logra eliminar a oferta elástica de mão de obra, mas tende a agravar essa questão. Como a atividade agrícola organizada em forma de empresas voltadas para a exportação dependia da disponibilidade do fator terra, da produtividade física do trabalho, e do salário real, bastaria que este último fosse ligeiramente mais elevado que o verificado no setor agrícola tradicional para que a disponibilidade ilimitada de “braços” se verificasse.

O setor arcaico de produção agrícola tornava-se uma espécie de “reservatório” do fator trabalho. Desse modo, podia-se verificar um sistema antigo de produção operando em uma economia que já havia sido tomada, em alguma medida, por um novo modo de organização produtiva e, mais do que isso, aquele sistema possibilitava ou mesmo condicionava, em alguma medida, a expansão deste último.

Todavia, Furtado (1966) aponta para o fato de que, apesar do nível relativamente mais elevado de salários concernentes ao setor capitalista, a participação destes no produto gerado é bastante inferior a que se verifica na agricultura pré-capitalista, o que indica que há uma maior concentração da renda a favor dos capitalistas industriais, e estes aumentarão sua participação na renda consubstanciada em detrimento do grupo vinculado ao sistema antigo de produção.

Nesse contexto, uma observação importante que o autor faz a respeito dos dois setores que passam a conviver juntos (pré-capitalista de produção, e setor capitalista moderno) é que a quantidade de investimento requerido neste último é muito maior vis-à-vis o primeiro, pois a relação capital-produto aumenta consideravelmente nesse setor. Portanto, o processo de formação de capital entre os dois setores é consideravelmente distinta, e requer um esforço muito maior de acumulação quando se trata do espaço industrial.

Assim, ele explica o rápido desenvolvimento da agricultura de exportação que se processou nos países latino-americanos:

Definindo-se investimento em um sentido limitado, como sendo formação de capital através da aplicação de recursos gerados em período produtivo anterior, o desenvolvimento da nova agricultura se fazia com base em investimentos relativamente escassos. (Furtado, 1966, p. 64).

Nesta mesma obra, Furtado explica que os investimentos requeridos pela agricultura se direcionavam à abertura de estradas, aquisição de alguns equipamentos manuais utilizados pelos trabalhadores agrícolas, e algum possível adiantamento a estes últimos. Dessa forma, ele revela que o montante principal da remuneração do fator trabalho investido diretamente na elevação da capacidade produtiva da agricultura, era obtido por meio da produção de alimentos realizada nas terras que eram incorporadas à nova atividade agrícola.

O caso das culturas permanentes presta-se melhor à análise deste processo, razão pela qual o tomaremos como exemplo. Neste caso, a formação de capital equivale à acumulação da renda imputada ao fator terra, renda essa que inexistiria caso a agricultura não se estivesse

expandindo. Destarte, a própria expansão da agricultura cria os recursos que alimentam o processo de investimento. (Furtado, 1966,p. 64).

Já com respeito ao setor industrial, o autor observa que o coeficiente de capital por unidade de mão de obra empregada é consideravelmente mais elevado que na atividade agrícola de exportação, o que, por conseguinte, sugere um volume muito maior de investimentos requerido na indústria. Dessa forma, a transferência efetiva de trabalhadores do campo para a cidade, ou seja, sua real contratação (e não só a simples procura de emprego) é relativamente pequena em virtude da alta absorção de inversões necessárias ao novo tipo de produção.

Logo, Furtado verifica uma crescente tendência à elevação da relação capital-trabalho, bem como da combinação capital-produto da economia, e chega à conclusão de que tais ocorrências no contexto de um mercado de trabalho onde os salários são altamente estacionários, revela-se como produto certo dessa articulação com a concentração da renda. Considerando que os investimentos passam a direcionarem-se para as indústrias cada vez mais exigentes quanto à dimensão do mercado, ocorre, por conseguinte, um considerável declínio da junção capital-produto.

Assim, ele assevera com respeito à crescente concentração da renda que se coloca em curso em virtude da forma como é processada a atividade industrial nas economias periféricas:

Por um lado, tende a elevar o coeficiente de capital, dando lugar a um mecanismo cumulativo pois a elevação do coeficiente de capital por unidade de emprego causa nova concentração da renda, se a taxa de salário se mantém estável. Por outro lado, tende a reduzir a taxa de crescimento, na medida em que provoca declínio na relação produto-capital, em consequência da concentração de investimentos nas indústrias de bens duráveis de consumo, com respeito às quais são maiores os obstáculos causados pelas inadequadas dimensões do mercado; como também, na medida em que provoca redução relativa dos investimentos no setor agrícola, onde a formação de capital se efetiva, em grande parte, através de absorção de mão-de-obra proveniente do setor pré-capitalista. (Furtado, 1966, p. 81).

O tipo de desenvolvimento que se processou nas economias periféricas da América Latina (de caráter dual, sustentado por uma oferta elástica de mão de obra, caracterizado pela elevada concentração da renda, e marcado por um processo de industrialização substitutiva que empregou tecnologia exógena e altamente direcionada à economia do fator trabalho), conforme apontou Furtado (1966), ainda que tenha

conseguido modificar parte da estrutura pré-existente, foi absolutamente débil para conformar sistemas autônomos com capacidade de autocrescimento.

Assim, o autor acredita que o desenvolvimento arrancado por indução externa, e caracterizado por uma tecnologia exógena à economia local, ou seja, desconsiderando as reais necessidades e singularidades desta última, não é capaz de autogerar as condições para o seu crescimento econômico e sua continuidade.

Para que houvesse ocorrido alterações na estrutura econômica e social da mesma ordem das que ocorreram nos países desenvolvidos, esse processo de desenvolvimento das economias periféricas haveria de ter logrado absorver uma parte considerável do incremento do produto dentro da economia local desde os primórdios de seu processo de formação de capital⁵.

Furtado (1961) faz uma análise histórica do processo de formação de capital das economias periféricas, e da destinação que é atribuída ao excedente conformado, considerando dois possíveis casos. Tomando-se como exemplo a situação mais simples em que o advento do capitalismo na economia subdesenvolvida manifestou-se, e limitou-se à simples existência de empresas capitalistas voltadas para o comércio exterior; coexistindo as mesmas atividades de subsistência que prevaleciam antes da entrada dessas empresas, é possível que, segundo o autor, o observador se depare com um cenário, à primeira vista, bastante semelhante com o que poderia ser descrito na primeira fase que marca o desenvolvimento industrial das economias centrais.

Na fase inicial que marca a gênese do capitalismo nessas economias prevalece uma oferta extremamente elástica de mão de obra, à medida que diversos trabalhadores foram desempregados pela adoção das máquinas, e desmantelaram-se os antigos sistemas de produção, conformando-se ali uma situação em que o nível de salários não tinha qualquer relação com a produtividade do trabalho, mas estava intimamente relacionado às condições de vida da economia local.

Tais características também são passíveis de serem reconhecidas nas estruturas subdesenvolvidas quando do surgimento do capitalismo. Contudo, Furtado chama atenção para a superficialidade dessa semelhança, uma vez que há um elemento que diferencia eximamente as duas situações: enquanto nas economias centrais, o excedente

⁵ É nesse sentido que Furtado concede tamanho destaque em suas obras à destinação que o capitalista faz do excedente, pois é esse elemento que confere dinamismo à economia capitalista, pelo menos em uma fase inicial.

que era conformado permanecia na economia local, nas estruturas periféricas este era, em sua grande parte, enviado para o exterior em forma de lucros.

Ainda assim a similitude é aparente, pois a empresa capitalista que penetra em uma região de velha colonização e estrutura arcaica não se vincula, dinamicamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não se integra na economia local. (Furtado, 1961, p. 182-183)

A parte mais dinâmica do excedente, qual seja, a que representa o consumo dos capitalistas, a destinação que estes fazem da renda, não se vinculava à economia local nas estruturas subdesenvolvidas e, portanto, não existiam nessas economias as mesmas circunstâncias que conformaram o desenvolvimento industrial nos países cêntricos.

Dando continuidade a sua análise, o autor parte para o exemplo de um caso mais complexo, em que uma economia subdesenvolvida logrou avançar um pouco no desenvolvimento industrial, ou seja, em que a chegada das firmas capitalistas estrangeiras consubstanciaram uma massa relevante de salários, dando origem a uma faixa econômica importante que possibilitou, *a posteriori*, a internalização de parte das atividades produtivas capitalistas. É possível verificar que a característica dual ainda persiste nesta situação.

Com respeito a isso, Furtado (1961) faz uma brilhante descrição desse caso: a massa de salários que foi criada pelas empresas capitalistas que adentraram esta economia foi ampla e relevante o suficiente para criar uma faixa econômica significativa, a qual à medida que foi se expandindo, foi metamorfoseando alterações importantes no sistema de valores dessa sociedade. Assim, modificações nos hábitos de consumo deram origem a uma diversificação importante da demanda, a qual passava a ser responsável pela entrada maciça de manufaturas estrangeiras.

A insustentabilidade dessa situação se conformaria quando as pressões no balanço de pagamentos causadas por esse processo já não pudessem mais ser sustentadas pelas divisas geradas pelas exportações. Desse modo, neste momento de crise estaria posto o estímulo à produção voltada para o mercado interno.

Todavia nem a internalização da produção, tampouco a complexidade que vai tomando o núcleo industrial, implicam, necessariamente, que a dinâmica do processo passe a se dar internamente:

A etapa superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este fica capacitado a produzir parte dos equipamentos requeridos pela expansão de sua capacidade produtiva. O fato de se alcançar essa etapa não implica que o elemento

dinâmico principal passe, automaticamente, a ser o núcleo industrial ligado ao mercado interno. O processo normal de desenvolvimento do núcleo industrial é ainda o da substituição de importações; destarte, o elemento dinâmico reside ainda na procura preexistente – formada, principalmente, por indução externa – e não nas inovações introduzidas nos processos produtivos, como ocorre nas economias industriais totalmente desenvolvidas. (Furtado, 1961, p.191)

Nas economias centrais, cabe salientar que os fatores de ordem econômica foram os responsáveis pelo dinamismo em um primeiro momento, todavia, posteriormente, são os elementos de caráter social que se incumbem de levar a cabo o processo de desenvolvimento, especificamente, a luta de classes.

Este elemento que cumpre papel tão relevante nas economias centrais não logra atingir nas periféricas o mesmo êxito, e assume exímio destaque na obra do autor. Em Furtado (1964) ele explica as raízes desse problema, ao analisar a estrutura da divisão em classes nas sociedades periféricas, identificando que pelo simples fato de que a terra apresenta demasiada importância nessas estruturas, em geral, elas são marcadas por uma ausência de homogeneidade e integração dentro da própria classe.

De um lado têm-se os grandes latifúndios em mãos de uma pequena minoria detentora de privilégios sociais, e de outro, os camponeses com suas pequenas propriedades agrícolas familiares, constituindo assim uma sociedade fundada na agricultura. Economias essencialmente baseadas nesse tipo de produção, caracterizadas por seus inúmeros camponeses dispersos ao longo do país, apresentam uma visível inoperância da conscientização de classes, dado o distanciamento notável que os desune.

Não bastasse isso, Furtado verifica que a chegada do capitalismo nessas economias teve um impacto muito diferenciado sobre essa população, comparado ao que ocorreu nos países centrais. Ao passo que nestes últimos, a propriedade privada dos meios de produção denotou, para os pequenos artesões que se transformaram em assalariados, um regresso econômico e social, nas sociedades agrícolas a situação que se conforma é outra: "Ali onde se introduz o regime assalariado agrícola, este surge como um grande progresso, pois quase sempre representa uma sensível melhoria do salário real com respeito à situação anterior e alcança tão somente uma fração da população agrícola" (Furtado, 1964, p.81).

Desse modo, um ponto crucial da análise do autor revela que a conscientização de classes e a pressão que ela poderia exercer sobre a distribuição dos frutos do

progresso tecnológico é visivelmente inconsistente com as características estruturais das economias periféricas, e a existência de uma oferta elástica de mão de obra apenas contribui para agravar essa questão.

Isto porque a configuração do mercado de trabalho, conforme já foi apresentada, não permite que a classe trabalhadora engendre um posicionamento de caráter consciente que saia em defesa de seus interesses, conformando uma luta por interesses divergentes, a qual se ocuparia de elencar dinamismo à economia e alimentar o processo de crescimento econômico por meio da constante necessidade de inovação que provocaria como reação do empresário capitalista.

No emprego de sua análise comparativa, Furtado (1966) observa que a urbanização ocorrida de forma concomitante ao processo de desenvolvimento industrial nas economias centrais permitiu uma estruturação da sociedade em classes antagônicas bem definidas e de caráter bastante homogêneo. Esse antagonismo de classes conseguia, per si, transformar-se em instrumento de sua própria superação.

Para o autor isso era possível porque os trabalhadores ao pressionar por melhores condições de vida, exigindo uma redistribuição da renda em favor próprio, indiretamente, ocasionavam o avanço tecnológico, o qual permitia o aumento da produtividade no conjunto da economia, sustentando assim, uma margem para os lucros dos capitalistas que mais que compensava o aumento dos salários reais. Ele acreditava ainda, que a tomada de consciência dessa situação, levava os capitalistas a institucionalizar o processo de antagonismo explicitado. A regularização do direito a greve seria um bom exemplo disto.

Quando passa à sua observação das economias periféricas, Furtado identifica que o crescimento de alguns poucos centros urbanos esteve intimamente ligado à fase mercantilista da especialização produtiva no âmbito do comércio internacional. Desse modo, pouco teve a ver com qualquer tipo de modificação na estrutura ocupacional da renda decorrente do processo de industrialização.

Dessa forma, ele percebe que a massa urbana que se conforma nessas estruturas, e que almeja melhorias de suas condições de vida, difere qualitativamente daquela verificada nas economias centrais e, portanto, não trava a mesma luta de classes verificada nestas últimas. Ocorre que nas estruturas desenvolvidas, a solução dos conflitos estava diretamente ligada à inovação das técnicas, enquanto que nas estruturas periféricas, a reversão do quadro parece ter solução eminentemente política.

As grandes massas subempregadas das cidades latino-americanas aspiram a empregos que o sistema econômico não está criando em quantidade suficiente, razão pela qual constituem um crescente problema de ordem pública. (Furtado, 1966, p.12)

O trecho supramencionado revela, também, que o autor constata um problema de formação de capital, o qual, segundo ele, merece tratamento no âmbito da esfera política, com a intervenção de um Estado forte, autônomo e centralizado, conforme será analisado no próximo item.

Mas, voltando à análise da mencionada fragilidade da consciência de classes nas estruturas periféricas, Furtado observa uma espécie de "marasmo social" que caracteriza essas economias, uma vez que nestas não se verifica a típica luta de classes que proporciona campo para o desenvolvimento das sociedades capitalistas.

Para o autor, esse fator propicia às classes dirigentes a posse de uma tendência à ascensão social crescente e um poder pouco ameaçado pela classe desprovida dos meios de produção. A competição intra-classe é a única que realmente se verifica de forma efetiva e intensa⁶.

O processo político em um país subdesenvolvido com as características indicadas tende a apresentar-se sob a forma de uma permanente luta pelo poder, entre os grupos que compõem a classe dominante, em razão da extraordinária importância que tem o controle da máquina estatal. (Furtado, 1964, p.86)

Ocorre que, o advento do capitalismo nas economias periféricas não consegue eliminar por completo o tipo de produção anterior, o que suscita uma luta entre interesses dos dirigentes agrários, e da nova classe de empresários industriais, a qual possui como denominador comum a busca pela ampliação de suas bases de dominação, ou seja, pela manutenção dos privilégios e diferenciação social.

Analisando mais detidamente o processo que deu origem à conformação dessa subdivisão dentro da classe dominante, Furtado (1966) observa que o processo de colonização das sociedades periféricas, no caso da América Latina, culminou em uma rede de núcleos urbanos que conformavam a estrutura política e administrativa desses países.

No controle dessa estrutura, a qual respondia pelos interesses da metrópole, encontravam-se uma classe representada por senhores com prerrogativas elitistas. No

⁶ Nesse sentido, o Estado torna-se instrumento fundamental para os objetivos de expansão das bases de dominação das classes dirigentes.

escopo dessa classe, pode-se dizer que esses indivíduos estavam ligados ao poder central por lealdade.

Todavia, em algumas regiões, onde o controle da metrópole era mais flexível, foi possível a instauração de atividades comerciais, que se apresentavam na forma de contrabando, as quais permitiram a formação de um conjunto de indivíduos com certo grau de poder econômico.

As atividades urbanas que potencializavam certo lucro e que não se encontravam sob o domínio dos senhores semifeudais encontravam-se sob o controle de homens muito menos leais à metrópole. Desse modo, a colonização, tal como ocorrida nessa região, permitiu a conformação de uma classe dominante composta de dois grupos distintos, embora com interesses não completamente divergentes.

Furtado evidencia em sua análise, portanto, que a luta dentro da classe dominante é a que assume real importância nessas sociedades. Nesse contexto, cumpre reiterar que o autor salienta a importância do aparelho estatal como instrumento de dominação, uma vez que “[...] o estado se configurou na época colonial como uma forte burocracia, a qual veio a constituir um dos elementos essenciais da estrutura social-urbana” (Furtado, 1966, p.54)

Na mesma obra, o autor observa que o desenvolvimento dessa estrutura burocrática que caracteriza o Estado dá origem a um novo segmento de classe média, e a influência que esse grupo apresentou dentro do aparelho estatal, institucionalizou seu poder. A força da máquina Estatal nas economias periféricas da América Latina foi de extrema importância para esta classe, através dela foi possível a transição da sociedade pré-capitalista e semi-isolada para uma integração crescente com a economia capitalista europeia.

Desse modo, depreende-se dessa análise histórica empreendida pelo autor que há pouco, ou quase nenhum, dinamismo oriundo do processo de luta de classes, pois este inexistia da forma verificada nas economias desenvolvidas, ocorrendo unicamente uma luta intra-classes: " A este fato se deve que, em muitas economias subdesenvolvidas, o setor capitalista se mantinha praticamente estacionário, alcançando aquela mesma paz social que caracteriza a velha agricultura feudal, sinônimo de estagnação[...]”(Furtado, 1964, p.82).

Dessa forma, por mais que se complexifique os processos produtivos das economias periféricas, utilizando de tecnologias modernas e propiciadoras de elevações extraordinárias de produtividade, o autor deixa claro que este não é o cerne do

problema, uma vez que as sociedades subdesenvolvidas carecem de soluções distintas para os problemas que enfrenta, dado que o avanço das técnicas não encontrará nessas estruturas o mesmo estímulo verificado nas centrais.

Isso porque, no entendimento do autor, o progresso técnico, e a constante busca por sua renovação, não têm como elemento propulsor, a pressão exercida pela classe assalariada, a qual se manifesta na luta de classes. Conforme já foi mencionado, a tecnologia é um fator dado para as economias periféricas, e à medida que a classe capitalista dessas sociedades a incorpora, negligenciando a incompatibilidade do fator técnico empregado e as características do mercado de trabalho, bem como da distribuição de renda, conformam-se problemas com projeção no plano social, e que para Furtado (1966) requerem soluções de ordem política.

Portanto, a obra de Furtado até meados da década de 60, revela problemas de quesito decididamente estruturais que caracterizam as economias como subdesenvolvidas. São eles: o caráter dual das estruturas periféricas, a oferta elástica de mão de obra característica desse primeiro elemento, a dificuldade de formação de capital, a incompatibilidade entre a tecnologia empregada e a configuração do mercado de trabalho, a ausência da típica luta de classes, e a concentração da renda que resulta em uma estreiteza alarmente de mercado e tensões sociais.

Desse modo, o subdesenvolvimento em Furtado pode ser delineado como uma estrutura social altamente precária, detentora de um padrão de distribuição de renda extremamente concentrado e excludente, e caracterizada por intensas desigualdades. Isto porque este fenômeno incorre na persistência de formas de dominação social e de uma estrutura ocupacional de origem pré-capitalista, e que se tornam condição para o desenvolvimento do setor capitalista primário-exportador, ao invés de se opor a ele.

Tais características impedem que qualquer benefício advindo do progresso técnico, diga-se de passagem, de origem externa, seja compartilhado com a grande massa da população, ficando uma grande parcela desta última alheia às benesses que se logra atingir com o desenvolvimento industrial e com a conformação do sistema econômico, e isso se reflete em um excedente estrutural de mão de obra, o qual contribui para o bloqueio à formação de um mercado interno forte e dinâmico, bem como inibi qualquer tentativa de reprodução da luta de classes tal como ocorrida nos países centrais.

Por fim, com respeito a dois elementos centrais de sua obra, a tecnologia e a luta de classes, o autor deixa claro que tanto a organização da classe trabalhadora, quanto a

assimilação da tecnologia, não são capazes de refletir a evolução do conjunto das forças produtivas nas sociedades periféricas o que culmina nos conhecidos desequilíbrios e tensões sociais que caracterizam as economias subdesenvolvidas:

Explica-se, assim, que as atuais estruturas subdesenvolvidas sejam economias pouco dinâmicas, com fortes impulsos internos à estagnação. As condições que tendem a transformar as massas trabalhadoras num fator de dinamismo só muito lentamente se configuram. A organização da massa trabalhadora, a exemplo do que ocorre com a assimilação da tecnologia, reflete critérios setoriais e não a evolução do conjunto das forças produtivas. A luta para aumentar a participação no produto não é conduzida pelas massas trabalhadoras e sim por grupos minoritários que ocupam posições estratégicas. (Furtado, 1964, p.78)

Enfim, para o período analisado, a obra de Furtado revela que a problemática do desenvolvimento encontrava-se intimamente relacionada à formação de um Estado Nação capaz de colocar fim à questão da dependência do país, orientar os investimentos internos, e criar emprego para a massa da população. É nesse contexto que no próximo item será observado que, para o autor, a superação do subdesenvolvimento requer a formulação e a implementação de uma agenda de desenvolvimento garantida pela conformação do Estado Nacional. Nesse âmbito cabe um importante papel não só ao Estado, mas aos intelectuais, e a todos que apresentam consciência crítica dos fatos.

1.4 As possíveis vias de superação do subdesenvolvimento

O esforço empreendido por Celso Furtado a fim de compreender a realidade das economias periféricas e arquitetar uma teoria para o subdesenvolvimento esteve sempre acompanhado de proposições objetivas para a superação do problema. As soluções apresentadas pelo autor são, via de regra, acompanhadas de um convite aos intelectuais, aos jovens, e a todos que se enquadram em uma posição de consciência crítica dos fatos, e que só por isso, já se encontram encarregados de empreender a luta pela autonomia sobre o destino da própria nação.

Em razão de sua organização necessariamente pluralista, os intelectuais escapam em boa medida à tendência burocratizante que predomina em toda sociedade cuja estabilidade não se apoia diretamente numa estrutura de privilégios. Cabendo-lhes interpretar os valores em todos os campos da cultura, estão os intelectuais muito bem situados para identificar aquelas aspirações que traduzem as tendências mais profundas do sentir social. (Furtado, 1964, p. 52)

Em seu ideal de conquista do desenvolvimento, Furtado parte em defesa do direito de acesso aos frutos do desenvolvimento, por parte de toda a coletividade. Para ele, esse direito só é corporificado à medida que se empreende uma verdadeira luta pela independência e autonomia das nações⁷.

Assim, o autor identifica que a superação do subdesenvolvimento está intimamente ligada à conquista da autonomia sobre os rumos do próprio país⁸. Desse modo, ele observa uma relação tênue entre o fenômeno do subdesenvolvimento e a dependência. Essa dependência está colocada pelos fatores já discutidos no item anterior, levando-se em consideração também os condicionantes históricos mencionados.

Cumprido ressaltar que, mesmo com seu processo de revisão crítica ao processo de industrialização empreendido no início da década de 60, a via de superação do subdesenvolvimento apontada por ele continua alicerçada a uma redefinição das funções do Estado, de tal forma que a este é atribuído caráter essencial na luta empreendida, pois é ele o grande instrumento dotado de racionalidade superior.

Desse modo é possível notar que sua concepção de Estado e das funções que lhe cabem, guardam relação, em alguma medida, com as propostas de Estado de bem-estar, ainda que a análise explícita na obra de Furtado revele algumas especificidades das economias subdesenvolvidas⁹, que culminam na introdução de uma dose de crescente complexidade a esse modelo.

A importância atribuída por Furtado ao Estado e às massas de caráter consciente e crítico pode ser verificada no trecho abaixo:

Trata-se, por conseguinte, de modificações profundas, decorrentes de uma redefinição das funções do Estado que somente poderá realizar-se com o apoio de movimentos políticos de grande amplitude, capazes de alterar as bases atuais das estruturas de poder. Nas condições sociais que prevalecem na região, movimentos desse tipo somente se tornarão viáveis mediante a mobilização das massas urbanas heterogêneas que estão ascendendo à consciência política e vêm servindo de base àqueles que desafiam a estrutura tradicional de poder. (Furtado, 1966, p.15)

⁷ Conforme Nabuco (2000), na concepção de Furtado, esse direito se instrumentalizaria na luta pela independência e pela autonomia das economias, bem como na equidade econômica e social, e na elaboração e implantação de um programa bem planejado de desenvolvimento econômico.

⁸ Tavares (2000) afirma ser recorrente a preocupação do autor com a construção da nação diante das formas de dominação internacional e do pacto interno de dominação. Assim, ela entende que Furtado empreendeu uma verdadeira luta pela emancipação nacional, evidenciada em grande parte de suas obras.

⁹ A esse respeito Nabuco (2000) cita a visão furtadina do subdesenvolvimento, como categoria e processo histórico, e todas as demais noções correlatas de origem cepalina, como por exemplo, a deterioração dos termos de troca, a estrutura agrária arcaica, as relações entre a monocultura exportadora e o imperialismo, e o caráter dual da estrutura produtiva e das relações de trabalho.

Cumprir notar que, na análise empreendida por Furtado, a conquista do desenvolvimento só pode realizar-se em um modelo de gestão democrático, delineado por amplo espaço para atuação das massas e pela apreensão de seus interesses por parte do Estado, e este último deve ser hábil o bastante para compreender as aspirações coletivas: “A consecução ou manutenção de um regime democrático aberto, em que as classes assalariadas podem organizar-se para lutar por objetivos próprios, deve ser considerada como condição necessária do desenvolvimento social em um país subdesenvolvido” (Furtado, 1964, p. 88)

Em Furtado (1966), o autor reforça sua concepção de que o Estado deve ser dotado de capacidade de interpretação dos fins a que se propõe a sociedade:

Toda autêntica política de desenvolvimento retira sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideias de uma coletividade. E se uma coletividade não dispõe de órgãos políticos capacitados para interpretar suas legítimas aspirações, não está aparelhada para empreender as tarefas do desenvolvimento. (Furtado, 1966, p.46)

Para tanto, a superação do subdesenvolvimento requer, na visão do autor, a participação ativa das massas heterogêneas nos processos de tomada de decisão nacional, o objetivo político imediato que se coloca para assegurar o desenvolvimento diz respeito à criação de condições para que os assalariados urbanos, bem como para que a classe camponesa, obtenham espaço no processo de formação de poder: “Hoje em dia, o comportamento da massa trabalhadora urbana e rural é de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, o que significa que esse comportamento deve incorporar-se ao processo político” (Furtado, 1964, p. 90)

Assim, um regime democrático aberto, a incorporação das massas aos processos decisórios, o papel ativo dos intelectuais, e a redefinição das funções do Estado, constituem condição *si ne qua non* para que o desenvolvimento social e econômico se processe nas estruturas periféricas.

O movimento que deve dar origem às transformações estruturais requeridas pela superação do subdesenvolvimento deve ser dirigido por uma ideologia de caráter tipicamente nacionalista que deve orientar-se pelos ideais de desenvolvimento econômico e social.

Desse modo, Furtado (1966) concebe que o núcleo ideológico desse movimento está alicerçado na afirmação nacionalista e no desejo de superar o subdesenvolvimento, de tal forma que essa luta se processa dentro de marcos políticos nacionais. Todavia, ele

admite que é somente por meio do próprio desenvolvimento que se pode conferir solidez ao referido marco.

Assim, o autor identifica nos momentos de crescimento econômico as grandes oportunidades de atuação do movimento que poderá provocar a revolução nas estruturas periféricas, uma vez que a estagnação econômica culmina no enfraquecimento do marco político, bem como na perda de capacidade de autodeterminação.

Em Furtado (1962), momento em que o autor escreve no ápice de seu otimismo quanto ao destino da economia brasileira, é possível notar que ele tem um vislumbre do que poderia ser a grande oportunidade para o empreendimento das mudanças requeridas ao desenvolvimento no Brasil:

Estamos em face de um desafio, cuja grandeza só é percebida por aqueles que têm intuição das potencialidades deste imenso país. Senhores de nosso próprio destino, poderemos optar entre consolidar as vitórias alcançadas, fechando-nos dentro da fronteira tradicional que nos legou a economia colonial, e empreender a conquista desse imenso legado territorial que hoje constitui o maior deserto econômico habitável da Terra [...] É necessário reconhecer, entretanto, que um movimento dessa envergadura e transcendência só se poderá efetivar se a liderança for assumida pelo próprio Governo Nacional. É como um programa de governo que devemos conceber esse movimento em grande escala, em busca da conquista final do Brasil, a realizar-se nos próximos decênios. (Furtado, 1962, p.116)

Dessa forma, o trecho acima permite depreender que a solução dos entraves que se colocam ao desenvolvimento das economias periféricas encontra-se na ação política, pois é dentro do marco institucional que se apresenta a tarefa de superação do subdesenvolvimento, sendo a conformação do Estado Nacional o cerne da resolução deste problema.

Tomando de exemplo o ocorrido em alguns países do continente europeu que se industrializaram posteriormente ao estouro da Revolução Industrial, Furtado identifica que a alta dose de protecionismo adotada e a redução da dependência do comércio exterior possibilitaram o desenvolvimento dessas economias. Diante disso, o autor se coloca claramente a favor da consolidação de um sistema econômico nacional independente e da conformação de centros nacionais de decisão, identificando nessas ações as condições básicas para a superação do subdesenvolvimento.

A via de acesso ao desenvolvimento na proposta de Celso Furtado traduz-se na centralização do processo decisório nas mãos do Estado. Para tanto, seria necessário que a sociedade como um todo, ou seja, seus diferentes grupos e classes se organizassem em

torno de um objetivo comum, unidos pelo ideal de nacionalismo, com vistas à conformação de um projeto nacional.

O ideal implícito neste projeto, na concepção do autor, seria a conquista de autonomia, ou seja, o descarte da dependência estrangeira. Assim, haveria que ser construída uma ideologia alinhada aos interesses da economia nacional, e caberia à burocracia estatal o cumprimento dos fins propostos pela coletividade.

Nesse sentido, o autor deixa claro em sua obra que qualquer ação política orientada à superação do subdesenvolvimento deve atacar os fatores primários que são peculiares a essa condição, tais como o efeito demonstração e o controle da organização da produção. O primeiro requereria um processo de arregimentação mental das massas, livrando-as de qualquer influência externa.

Assim, o autor descreve esse processo de modificação da racionalidade coletiva a favor de um projeto nacional como uma espécie de “arregimentação mental da população”:

Por um lado, concebe-se uma ação orientada no sentido de modificar as expectativas da população através de rígido condicionamento das correntes de opinião. [...] Para obter uma efetiva arregimentação mental da população seria necessário reduzir substancialmente a mobilidade social, interromper o processo de urbanização e isolar o mais possível as massas de influências exteriores. (Furtado, 1966, p. 15)

Por meio dessa medida lograr-se-ia suprimir a pressão sobre novas formas de consumo que se inscrevem no quadro das técnicas produtivas que dispensam mão de obra. Essa conjuntura permitiria assim, a adequação do processo de desenvolvimento industrial e econômico às singularidades apresentadas pela economia em questão, como o caso da oferta elástica do fator trabalho, bem como culminaria em ganhos sociais.

Neste contexto, é justamente a falta de preparação ideológica que torna esse processo tão complicado na concepção do autor. Em Furtado (1966), ele admite que a falta de conteúdo ideológico apresenta-se como o principal traço dos movimentos de massas heterogêneas surgidos na América Latina, o que explicaria, por conseguinte, sua rápida transcendência ao populismo.

Desse modo, Furtado coloca em evidência a outra alternativa, qual seja, o controle da organização da produção pelo Estado centralizado e autônomo. Neste ponto, o que o autor sugere é que se organize o processo produtivo de forma racional, de modo a compatibilizar a incorporação de novas técnicas ao interesse social. Portanto, ele se coloca claramente a favor do abandono da ideologia de *laissez-faire*.

A redefinição das funções do Estado que essa atitude requer só é possível com o apoio de movimentos políticos de grande magnitude, comandados pelos intelectuais e indivíduos de consciência política, visando a modificar as bases das estruturas de poder, e unidos pelo ideal de afirmação nacionalista e pelo desejo de superação do subdesenvolvimento.

O desenvolvimento econômico, nas difíceis condições que enfrenta presentemente a América Latina, requer uma atitude cooperativa de grandes massas de população e a participação ativa de importantes setores dessa população. É por esta razão que as tarefas mais difíceis são de caráter político e não técnico. Uma difícil ação política deverá ser realizada, e isto somente será possível com apoio nos atuais centros do poder político nacional. Ao contrário do que se pretende veicular, o princípio de nacionalidade é vital na atual fase do desenvolvimento latino-americano. Toda autêntica fase do desenvolvimento retira a sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideias de uma coletividade. (Furtado, 1966, p. 46)

Em síntese, neste primeiro período abarcado de análise, qual seja, até meados da década de 60, Furtado acreditava em uma solução traçada no marco político, dentro de diretrizes internas, sendo a conformação do Estado Nacional sua proposta eminente, a qual somente seria possível com o apoio das grandes massas unidas pelo objetivo comum de consecução de um projeto nacional.

CAPÍTULO 2:

OS NOVOS LIMITES AO DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA

O que existe de novo na globalização atual é que ela se faz pela desestruturação dos sistemas produtivos existentes em benefício das grandes empresas que planejam seus investimentos em escala internacional. Assim, a indústria automotora que se instalou no Brasil há meio século em função das perspectivas de crescimento do mercado interno se vem reestruturando em nível dos processos produtivos num espaço multinacional. Do ponto de vista das empresas, isso apresenta vantagens evidentes, a começar por economias de escala de produção resultantes da terceirização que permite dividir com outras empresas os riscos de prejuízos causados pela maior instabilidade da demanda efetiva decorrente da globalização.

Celso Furtado, "Brasil: Opções Futuras" (1999a)

2.1 Introdução

Ao final da década de 60, o movimento de afirmação hegemônica dos Estados Unidos acompanhado pela predominância internacional da grande empresa estruturada em oligopólios constitui as bases do processo denominado transnacionalização. A partir desse novo contexto, onde a firma internacionalizada dispõe de autonomia exacerbada frente aos centros nacionais de decisão, o raio de manobra da política econômica e social do Estado diminui consideravelmente.

Ocorre um verdadeiro dismantelamento da forma que assumia o desenvolvimento na fase imediatamente anterior do capitalismo. A desarticulação do processo de inovação tecnológica do movimento de reivindicação por melhores condições de vida do grupo assalariado, bem como a constituição de um sistema altamente excludente, evidenciado pela rápida e crescente concentração da renda, são apenas alguns dos efeitos provocados por essa nova configuração do capital.

Desse modo, reforçam-se antigos entraves ao desenvolvimento na periferia do sistema capitalista, bem como surgem novas dificuldades que decorrem principalmente

da perda do controle do Estado sobre os rumos da própria economia, em detrimento da crescente dominação das grandes firmas transnacionais.

Assim, conforme verifica Furtado (1992), há uma verdadeira interrupção ao que vinha sendo construído nas estruturas periféricas no período em que estas se fecharam para si mesmas na gênese de seu próprio mercado interno. E, é este cenário que constitui um “divisor de águas” para as apostas e conjecturas do pensamento furtadiano com respeito às soluções e perspectivas que se apresentam ao subdesenvolvimento.

2.2 A Mecânica do Processo de Transnacionalização

A tomada de hegemonia internacional pelas grandes empresas, processo conhecido como transnacionalização, deve ser entendida mediante uma observação detida da evolução capitalista e da configuração da relação periferia-centro, ou seja, subdesenvolvimento-desenvolvimento. Desse modo, a análise da expressão que tomou o capitalismo no século XIX e na primeira metade do XX torna-se fundamental para a apreensão do fenômeno mencionado.

Segundo Furtado, a forma como evolui o capitalismo industrial possui como característica básica a irradiação de dinamismo proveniente da articulação de duas forças distintas: a introdução de inovações e a pressão por melhores condições de vida por parte da classe assalariada. Esse processo interativo, verificado no centro do sistema, permitiu por um longo período a conciliação de elevados patamares de utilização da capacidade produtiva com redução crescente das desigualdades sociais. Essa era teve como característica, também, a atuação decisiva do Estado amparada por sua participação crescente no controle do sistema econômico das distintas nações.

Todavia, esse cenário descrito no parágrafo anterior começa a desfazer-se já no fim da Guerra Fria. A partir de então, a bem sucedida relação entre inovação e difusão das técnicas começa a desmanchar-se, em virtude do claro deslocamento das forças sociais para uma posição subalterna, bem como pelo claro rompimento com as antigas funções que cabiam ao Estado nacional. Passa-se, então, a uma fase de crescente autonomia e expansão de poder nas “mãos” das grandes empresas atuantes em cenário internacional.

A promessa de mudança de rumos do processo histórico, anunciada com o fim da Guerra Fria, frustrou-se cabalmente. A velha utopia de um futuro radioso com a hegemonia, no plano político, das massas trabalhadoras, herdada da aurora da ideologia socialista, tende a

cumprir-se perversamente em benefício de estruturas empresariais transnacionais. A forma original de dominação que havia prevalecido nos primórdios do capitalismo industrial ressurgiu tutelado por uma estrutura de poder transnacional. Empresas que têm o domínio da criatividade tecnológica operam crescentemente fora do controle das estruturas de poder nacionais (Furtado, 2002, p.50).

De posse do controle da inovação e operando fora do raio de supervisão dos centros nacionais de decisão, essas firmas provocaram uma verdadeira atrofia das funções estatais, modificando consideravelmente as estruturas tradicionais de poder. Todavia, convém reiterar que o próprio contexto de desenvolvimento orientado pelo capitalismo nacionalista constituiu as bases para a ascensão dessa nova relação de dominação.

A fim de identificar as origens do processo de transnacionalização, Furtado busca sustentação no plano analítico histórico, partindo de um estudo do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Já de início, ele identifica como característica fundamental desse sistema (capitalista) a centralização das decisões no âmbito nacional, e aponta, a partir dessa constatação, para as consequências que esse modelo teve sobre o condicionamento dos fatores que viriam a impulsionar o processo de dominação global da grande firma:

Por outro lado, a nova forma assumida pelo capitalismo – maior centralização de decisões no plano nacional – facilita a concentração do poder econômico e a emergência de grandes empresas. Os mercados internacionais tendem a ser controlados por grupos de empresas cartelizadas em graus diversos (Furtado, 1974, p.25).

Desse modo, Furtado procede a uma análise minuciosa das variáveis condicionantes do processo de transnacionalização, denominado por ele, a terceira fase da história da evolução do capitalismo. Sua identificação dos elementos que conformaram as condições ideais para o domínio global das grandes empresas passa por três dimensões: 1) o movimento de afirmação hegemônica dos Estados Unidos, 2) o contexto de capitalismo pós-cíclico e, 3) a integração das economias nacionais no centro.

No que diz respeito à terceira dimensão, foi o movimento de capitais no escopo desse espaço econômico unificado que possibilitou a inserção de grandes empresas em todos os subsistemas nacionais e permitiu a abrangência das estruturas oligopolísticas no âmbito destes. E nesse contexto o autor afirma: “No plano interno os estados nacionais ampliaram a sua atuação para reconstruir as infraestruturas, modernizar as

instituições, intensificar a capitalização, ampliar a força de trabalho, etc. Tudo isso contribuiu, evidentemente, para reforçar a posição das grandes empresas dentro de cada país” (Furtado, 1974, p. 37)

Ainda sobre o processo de integração dos mercados nacionais, o autor afirma:

O processo de integração dos mercados nacionais – processo que operou como principal motor do forte crescimento do período 1948-73 – não conduziu propriamente à formação de um sistema econômico global e, sim, a um conjunto de grandes subsistemas, cujas relações mútuas estão longe de simétricas. A amplitude da integração pode ser aferida pelo fato de que o intercâmbio comercial entre as economias capitalistas desenvolvidas cresceu com intensidade duas vezes maior do que o produto agregado dessas economias. (Furtado, 1992, p. 14).

Com respeito à segunda dimensão, o autor identifica que foi no quadro do capitalismo instaurado na fase de consolidação dos sistemas nacionais que surgiram as condições adequadas à gênese da grande empresa como centro de decisão determinante para as atividades econômicas de diversos setores: “A grande empresa requer um grau de coordenação das decisões econômicas muito mais avançado do que aquele que corresponde aos mercados atomizados” (Furtado, 1974, p. 29), e prossegue: “Essa maior coordenação foi inicialmente alcançada mediante a tutela do sistema bancário ou diretamente de órgãos do governo”.

Em sua obra *Em Busca de Novo Modelo* (2002) o autor apresenta a seguinte reflexão acerca do capitalismo nacionalista que vinha se conformando, e que acabou propiciando o terreno ao desenvolvimento das firmas transnacionais:

Durante muito tempo a sociedade civil, particularmente ali onde floresceram as organizações sindicais, desempenhou o papel de contrapeso do poder do capital, o qual foi se metamorfoseando em poder financeiro. Esse processo evolutivo, baseado num equilíbrio de forças, levou a modificações importantes na distribuição da renda social, sem contudo afetar de forma significativa o conteúdo das estruturas produtivas. Foi de grande importância o papel desempenhado pelo Estado nacional na configuração das sociedades capitalistas modernas. Esse processo evolutivo abriu espaço para a concentração do poder econômico e para a emergência das estruturas transnacionais. (Furtado, 2002, p.51)

No que tange à primeira dimensão, Furtado constata que o ponto de partida para apreensão do processo de transnacionalização constitui-se na observação do movimento de afirmação da hegemonia norte-americana. Para o autor, o fenômeno está intimamente ligado à projeção transnacional do capitalismo americano originado no desfecho da Segunda Guerra Mundial.

Em 1966, em sua obra *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, o autor já advertia sobre a posição de tutela mundial conferida aos Estados Unidos e já previa a dominação e atuação das transnacionais de origem americana:

Convocadas para atuar na América Latina com uma série de privilégios, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos e com a cobertura político-militar desse país, as grandes empresas norte-americanas terão necessariamente que transformar-se em um superpoder em qualquer país latino-americano. Cabendo-lhes grande parte das decisões básicas com respeito à orientação dos investimentos, à localização das atividades econômicas, à orientação da tecnologia, ao financiamento da pesquisa e ao grau de integração das economias nacionais, é perfeitamente claro que os centros de decisão representados pelos atuais estados nacionais passarão a plano cada vez mais secundário (Furtado, 1966, p. 44).

Ocorre que, o processo de integração das economias centrais apresentou-se sob formas distintas e, no caso específico dos Estados Unidos, observou-se uma tendência marcante à descentralização de parte de seu sistema de produção, o que pode ser traduzido como o início do movimento de transnacionalização de suas empresas. Tal situação encontrou respaldo no fato de que a taxa de rentabilidade dos investimentos produtivos dentro do país encontrava-se em notório declínio.

As vantagens auferidas pelas empresas estadunidenses instaladas em outros países decorriam tanto do aumento das exportações que propiciavam às suas respectivas matrizes, quanto dos ganhos de se concorrer internamente naquele mercado em questão. Desse processo resultou um aumento considerável da demanda por dólares no mercado mundial, sobrevalorizando intensamente essa moeda.

A afirmação hegemônica dos Estados Unidos e sua posição de tutela no contexto econômico mundial, certamente foram coroadas com o reconhecimento do dólar como moeda global, o que só foi possível graças ao deslocamento de sua Balança Comercial que passou a consubstanciar um expressivo volume de liquidez no mercado financeiro internacional, e também em decorrência do abandono do padrão ouro: “O fato de que a emissão de dólar seja privilégio dos Estados Unidos, constitui prova irrefutável de que esse país exerce com exclusividade a tutela do conjunto do sistema capitalista” (Furtado, 1974, p. 41).

Desse modo, a posição privilegiada de poder emitir moeda forçada, independente dos resultados apresentados em sua Balança Comercial, conferiu aos Estados Unidos uma verdadeira vantagem sobre quaisquer outras economias, o que lhes delegou o papel de reconhecida liderança no sistema monetário internacional.

Furtado compreende que a posição de tutela do sistema econômico conferida aos norte-americanos, certamente, está ligada ao fato de que eles não apresentaram um projeto delineado por interesses puramente nacionais, mas se disseram em defesa da civilização ocidental, o que por muitas nações foi entendido como um esquema de proteção ao sistema capitalista. Conformou-se, desse modo, nas palavras do autor, “uma superestrutura política a nível muito alto”, e conforme ressaltou, com o objetivo explícito de eliminar quaisquer barreiras entre os países, mantidas pelos Estados Nacionais.

Além disso, o autor identifica que a atuação da economia estadunidense no contexto da liberalização do comércio internacional fundamentou-se sobre o crivo da racionalidade. O protecionismo nos países periféricos foi permitido, ao passo que nas economias centrais havia um persistente convite à integração dos mercados.

Além de levar em conta as especificidades que caracterizam a história da afirmação hegemônica dos Estados Unidos a fim de apreender o processo de transnacionalização, Furtado empreende uma análise da gênese das estruturas oligopolísticas que o ajuda a compreender essa nova configuração do capitalismo.

O surgimento das estruturas oligopolísticas no quadro de repulsão aos monopólios, em vista da defesa do interesse público, foi um grande determinante do sistema de coordenação transnacionalizada iniciado pela economia estadunidense. O oligopólio permitiu a obtenção de lucros excepcionais a partir da possibilidade de administração de preços que ele detinha, fato que resultou em um grande volume de recursos financeiros que puderam ser empregados em um processo de diversificação do ramo de atividades e, posteriormente, expansão geográfica, por meio da unificação dos sistemas econômicos dos países centrais.

Esse processo de diversificação conferiu poder ainda maior às grandes empresas, as quais além de poderem diluir riscos e incertezas ligados aos ciclos da atividade econômica, obtiveram vantagem de ordem financeira, tendo em vista que o excesso de liquidez em um determinado setor podia ser utilizado em outro de caráter mais dinâmico. Resulta disso, no entendimento do autor:

Ora, esse tipo de coordenação pode ser obtida através de instituições financeiras, por definição muito mais flexíveis. Esse processo evolutivo tende, portanto, a levar a uma coordenação financeira, através de instituições bancárias e semelhantes, e a uma coordenação oligopólica, no plano operacional. (Furtado, 1974, p. 32)

No que diz respeito à prerrogativa que esses oligopólios detêm de administrar seus preços, Furtado observa que a operação em diversos países corroborou para o desenvolvimento de técnicas sofisticadas de manipulação dos valores de suas mercadorias e serviços, os condicionando a fatores ora relacionados à política fiscal da economia onde se hospedou, ora ligados a questões cambiais, ou mesmo à configuração do mercado de trabalho, etc.

Essa flexibilidade de coordenação detida pelas transnacionais constitui caráter específico desse tipo de organização produtiva, e configura-se no traço mais marcante do processo de globalização que se configura na segunda metade do século XX¹⁰. Da forma como entendido pelo autor, ocorre uma precarização do papel do Estado perante a autonomia dessas firmas, e uma espécie de afirmação destas como unidades superiores de regulação da atividade econômica.

Além das vantagens de controle e administração de preços, da prerrogativa de realocação da estrutura produtiva, e da possibilidade de obtenção de capital humano a baixo custo, as transnacionais contam também com o benefício de poderem se organizar de forma a incorrer em economias de escala de produção provenientes da terceirização que propicia a diluição de riscos de prejuízos oriundos de instabilidades da demanda efetiva em virtude da globalização.

Isto posto, fica evidente que o processo de transnacionalização ratifica o poder das grandes firmas frente às autoridades nacionais e, também, mediante a classe assalariada, conforme delinea Furtado:

A globalização aumenta consideravelmente o poder das grandes empresas em suas negociações com as autoridades locais e, em particular, com os assalariados que emprega. Daí o declínio do poder sindical que se observa por todas as partes e não apenas nos países subdesenvolvidos (Furtado, 1999b, p.12).

Sintetizando os elementos de que deriva a dominação em âmbito mundial das estruturas oligopolísticas representadas pelas grandes empresas pode-se apreender da observação do autor que o processo histórico que abriu a possibilidade de tutela e afirmação hegemônica dos Estados Unidos culminou na conformação de um sistema básico de comunicação, em que os interesses da economia norte-americana, bem como das demais pertencentes ao sistema econômico cêntrico, foram colocados e

¹⁰ Sobre a globalização, Furtado (1999) afirma que se trata de um processo antigo anterior à própria Revolução Industrial. Todavia, o autor entende que ela sofre uma importante mutação na segunda metade do século XX com a emergência dos grupos transnacionais.

reconhecidos, dando origem a um horizonte de possibilidades para relações econômicas extremamente vantajosas, e esse fato foi rapidamente percebido pela grande firma capitalista. Isso denota a notória capacidade de atuação dessas organizações no plano internacional.

É esse um fato de considerável importância, pois vem revelar a capacidade que têm as grandes empresas de adaptar-se a distintas formas de organização social. Trata-se de simples indicação de virtualidade, pois o comportamento das grandes empresas é tudo menos ideologicamente neutro. (Furtado, 1974, p.60)

Analisando de forma específica, o controle do poder está nas “mãos” das grandes empresas oligopolizadas. Assim, o acesso ao imenso mercado das economias centrais integradas, e com alto poder de consumo, é propriedade das transnacionais, e dentro deste, essas firmas detêm enorme liberdade de ação.

No trecho abaixo, Furtado explica a origem desse poder conferido às transnacionais:

Na medida em que as economias ganharam em estabilidade, a ação do Estado no plano social pôde ampliar-se. Mas, como tanto a estabilidade e a expansão dessas economias dependem, fundamentalmente, das transações internacionais, e estas estão sob o controle das grandes empresas, as relações dos estados nacionais com estas últimas tenderam a ser relações de poder. Em primeiro lugar, a grande empresa controla a inovação – a introdução de novos processos e novos produtos – dentro das economias nacionais, certamente o principal instrumento de expansão internacional. Em segundo lugar, elas são responsáveis por grande parte das transações internacionais e detêm praticamente a iniciativa nesse terreno; em terceiro lugar, operam internacionalmente sob orientação que escapa em grande parte à ação isolada de qualquer governo, e em quarto, mantêm uma grande liquidez fora do controle dos bancos centrais e têm fácil acesso ao mercado financeiro internacional. (Furtado, 1974, p. 35)

Conforme o autor deixa claro, as transnacionais não só constituem o centro irradiador de novas formas de consumo, detendo o controle sobre a inovação, como também são as principais representantes no campo das relações comerciais exteriores, bem como dispõem de considerável volume de recursos líquidos, em virtude de seu acesso privilegiado ao mercado financeiro internacional.

Assim, ele conclui sobre a globalização¹¹ que se processa a partir do final da década de 60 e a forma como os países se inserem dentro dela: “Esse processo traduz a

¹¹ Além disso, Furtado distingue a globalização produtiva da financeira. Segundo o autor, a primeira existe há mais tempo e é decorrência da própria evolução das técnicas, ao passo que a segunda decorre da

prevalência das empresas transnacionais na alocação dos recursos produtivos, decorrência da importância crescente do fator tecnológico na orientação dos investimentos e da concentração do poder militar em escala planetária” (Furtado, 1999b, p. 22).

Furtado compreende que o processo de globalização que se coloca em curso difere qualitativamente do que se conhecia por esse fenômeno nos primórdios da Revolução Industrial, na medida em que antes o dinamismo advinha de políticas econômicas, ao passo que o que se verifica a partir dos anos 70 é uma desestruturação dos sistemas produtivos existentes em prol das empresas transnacionais.

Destarte, a globalização tal como se processa no último quartel do século XX culmina em uma abrupta redução da distância temporal e espacial que circunscreve as relações cotidianas dos indivíduos (comércio, comunicação, cultura, etc), bem como corrobora a destituição das fronteiras nacionais.

No primeiro caso, há que se destacar uma crescente tendência à interconexão dos fatos tidos em âmbito local aos acontecimentos globais, dados os vínculos de conexão e interdependência que são conformados entre as distintas sociedades. Já no segundo, cumpre ressaltar a dissolução dos limites que separam e distinguem as diversas nações, tanto em termos de comércio, capital e informação, quanto de ideias, normas, valores e culturas, rompendo, assim, com a substância de identidade nacional, que permite o pertencimento dos povos às suas respectivas origens.

Logo, comprimiu-se o desejo de afirmação nacionalista das distintas sociedades, cedendo lugar a uma ideologia de pertencimento aos padrões globais, ou seja, à cultura que é disseminada mundialmente (cumpre ressaltar a hegemonia do arquétipo norte-americano), o que implica, necessariamente, em uma verdadeira readaptação nas funções que cabem ao Estado, e revisão do seu grau de autonomia, culminando em uma nova forma de organização política. Tudo isso tendo como elemento primário causal o processo de dominação do capital transnacionalizado, oriundo do movimento de proeminência política dos Estados Unidos com o fim do último conflito mundial.

2.3 Os Novos Desafios ao Desenvolvimento na Periferia

Conforme já foi mencionado anteriormente, Furtado identificou que o dinamismo da economia capitalista derivou basicamente da interação entre inovação das

pressão que se conforma em torno da simplificação dos sistemas monetários a partir de três polos de dominação: Estados Unidos, Japão e Eurozona.

técnicas e pressão de grupos assalariados por socialização dos frutos oriundos do incremento de produtividade proveniente do avanço tecnológico. Essa articulação virtuosa tornou possível que se compatibilizasse o desenvolvimento econômico com um contínuo movimento de homogeneização social.

Com o processo de globalização, da forma assumida ao final da década de 60, o autor verifica um rompimento com a virtuosa articulação entre progresso técnico e atuação das forças sociais em prol de melhores condições de vida. Em suas palavras:

O processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro (Furtado, 1998, p. 29).

A dinâmica que marcou o processo de evolução do capitalismo anteriormente esteve fortemente associada à expansão e ao fortalecimento do mercado interno. Assim, o desenvolvimento da sociedade capitalista foi marcado pela dialética do conflito (a luta de classes) e pelo protecionismo. Conforme podemos depreender do trecho acima, esse motor propulsor de dinamismo se perde com o processo de transnacionalização e, disso resulta uma espécie de retorno à fase inicial da história do sistema capitalista caracterizada pelo predomínio do comércio exterior como força motriz do desenvolvimento econômico.

Decorre desse processo que a engrenagem do capitalismo sustentada pela proteção aos mercados internos se perde. Dado que o poder, nesse novo cenário, significa tecnologia de ponta, as empresas transnacionais tomam a frente da dominação em âmbito mundial. Nesse contexto, não há qualquer espaço para solidariedade social sustentada por políticas econômicas, e acrescenta-se a isso a perda de um quadro favorável para os movimentos de reivindicação. Nas palavras de Furtado: “Os operários, os trabalhadores têm pânico de perder o emprego porque a resposta da tecnologia é poupar empregos, é anular postos de trabalho” (Furtado, 1999a, p.88).

Em meados da década de 60, o autor já conjecturava com respeito à possibilidade de domínio das estruturas oligopolísticas internacionalizadas e fazia algumas projeções sobre seus efeitos na periferia:

Se se reduz a capacidade de controle dos governos nacionais, permitindo-se que as grandes empresas norte-americanas atuem com

mais liberdade do que já gozam, é de se esperar que tenda a acentuar-se a concentração de atividades econômicas em certas subáreas, agravando as disparidades de níveis de vida entre grupos sociais e áreas geográficas. O resultado último seria um aumento real ou potencial das tensões sociais na América Latina” (Furtado, 1966, p.45).

Desse modo, o que observa Furtado diante do cenário de globalização que se conforma no final da década de 60 é que a possibilidade de introdução de racionalidade à atividade política com o fim de constituir transformações em direção a uma sociedade desenvolvida socialmente torna-se um desafio de monta muito maior que anteriormente se colocava.

É fundamental ter em conta que a tomada de poder mundial pelas transnacionais transforma a racionalidade econômica, a qual passa a independe de fatores políticos pré-determinados. Assim, esse elemento, que antes era definido pela macroeconomia no escopo do espaço econômico nacional, passa a ser indefinido em virtude da imbricação das múltiplas e distintas economias em âmbito global. Isso denota uma substituição da visão macroeconômica pelo enfoque dos mercados, o que implica, necessariamente, em uma significativa redução do raio de manobra das políticas públicas.

Furtado também denota que os avanços no sistema econômico mundial no sentido de fortalecimento das grandes firmas em conjunto com as instituições financeiras internacionalizadas não se fez acompanhar da conformação de uma superestrutura política que pudesse regular esse processo.

Nesse sentido o que Furtado coloca é que, sob condições ideais, a racionalidade macroeconômica que orienta as decisões políticas emerge do antagonismo de classes, pressupondo uma determinada estrutura de poder. Esta última é detentora de um projeto orientado a um fim, e este deveria representar uma conciliação dos interesses coletivos da sociedade. Desse modo, lograr-se-ia articular a acumulação de capital à socialização de seus frutos.

A partir do momento em que o sistema econômico desvencilha-se dessa lógica de funcionamento, ou seja, que ele perde a capacidade de submeter os meios aos fins e, por conseguinte, a racionalidade instrumental à substantiva, ele procede à perda de sua possibilidade de geração autossustentada de crescimento e desenvolvimento. Em âmbito mundial, é isso o que ocorre com a evolução abrupta da transnacionalização desacompanhada da constituição de uma superestrutura política que promova a ordenação do conjunto da economia em escala global.

De posse desse argumento, Furtado identifica que o sistema de poder dos Estados nacionais passa por um processo de reestruturação, compreendendo nesse sentido uma verdadeira modificação das funções que cabem ao aparelho estatal. Assim, a distribuição da renda passa a ser determinada pela grande empresa transnacionalizada, uma vez que esta é quem detém o controle do sistema de produção.

Uma chave para perscrutar o futuro da civilização globalizada está exatamente neste ponto: o dinamismo, mas também a instabilidade do sistema capitalista fundam-se no controle da acumulação por uma minoria que exerce o comando político. É a predominância dessas forças que está na raiz da tendência à concentração da renda, e também das crises de insuficiência de demanda efetiva e de desemprego estrutural. (Furtado, 1999a, p.12).

De um modo geral, ou seja, tanto na periferia quanto no centro, o movimento de transnacionalização culminou em uma redução considerável da participação dos assalariados na distribuição da renda. Assim, a principal característica da nova configuração que assume o capital traduz-se nas tensões sociais, as quais são produto da exclusão de parcelas crescentes da população do processo de desenvolvimento.

Esse fator decorre tanto da orientação que assume a inovação tecnológica (cada vez mais poupadora do fator trabalho), mas principalmente da possibilidade de exploração de mão de obra mal remunerada nas economias subdesenvolvidas. Desse modo, Furtado entende que: “A globalização em escala planetária das atividades produtivas leva necessariamente à grande concentração da renda, contrapartida do processo de exclusão social a que fizemos referência” (Furtado, 1998, p. 33).

Essa abundância de mão de obra barata que se encontra disponível na periferia é um dos elementos que permite às transnacionais uma elevação tão abrupta de sua competitividade nos seus mercados de origem. Desse modo, pode-se caracterizar o cenário de transnacionalização como um processo de realocação das atividades produtivas que corrobora para a concentração da renda em escala mundial, onde os interesses das grandes firmas são colocados à frente da vontade nacional.

É interessante notar que a forma que assume o movimento de globalização tem sua lógica pautada na necessidade de se anular os entraves à valorização do capital, ou seja, de se permitir uma espécie de integração dos recursos dispersos ao longo do globo terrestre em um só processo de produção. A intensificação da acumulação nos países centrais começava a ter como contrapartida a elevação dos custos do trabalho e dos encargos sociais, bem como a depredação maciça dos recursos naturais, daí a

transnacionalização ser a saída perfeita para o dilema que enfrentavam essas economias¹².

Analisando as modificações que caracterizam esse novo cenário global, Furtado também identifica que o processo de integração do espaço econômico internacional no centro do sistema culminou em um substancial aumento do produto gerado nesses países. Por conseguinte, o autor percebe que há um expressivo aumento da lacuna que separa as estruturas periféricas das centrais, e faz uma constatação extremamente relevante no que diz respeito à relação centro-periferia. Ele observa que os laços comerciais que ligavam essas economias tendem a se metamorfosear puramente em operações internas das grandes empresas.

Em Furtado (1974) o autor explica que o comércio internacional já não pode mais ser compreendido da mesma forma que anteriormente, qual seja, composto de transações entre “unidades econômicas integradas em distintas economias nacionais”:

[...] a partir do momento que se postula a existência de um sistema econômico nacional, dentro do qual os recursos produtivos possuem um “custo de oportunidade”, dado pelo melhor uso que deles se pode fazer, a opção entre produzir para o mercado externo e importar o bem A, deve ter uma solução ótima. (Furtado, 1974, p. 52).

Como o movimento de transnacionalização rompe com a ideia de sistema econômico nacional, as decisões passam a ser tomadas pela grande firma. Nesse contexto, o autor salienta o fato de que o custo de mão de obra para essas empresas, em termos de um produto qualquer que elas produzem, não passa de um simples dado.

Tudo decorre do fato de que a grande empresa toma decisões levando em conta um marco mais amplo que o país onde está hospedada, ou de sua economia de origem. Nas palavras do autor: “A grande empresa que exporta capital e técnica dos Estados Unidos para o México e instala neste país uma fábrica cuja produção se destina ao mercado americano [...] toma decisões a partir de um marco que supera a economia norte-americana considerada em sentido estrito” (Furtado, 1974, p. 53)

No centro do sistema capitalista, Furtado observa que o processo de transnacionalização culminou em uma crescente tendência a apoiar o dinamismo da produção sobre artigos supérfluos, de tal forma que grande parte do que é produzido nesses países não corresponde de fato às verdadeiras necessidades da coletividade, o que se traduz em uma real geração de desperdício. Resulta desse movimento de difusão

¹² Disso pode-se ressaltar um outro importante efeito da transnacionalização sobre as estruturas periféricas, a pressão pela utilização de seus recursos ecológicos.

de formas de consumo sofisticadas um notável descaso com as fontes primárias de recursos que permitem a produção desses bens.

A depredação dos recursos naturais configura-se entre as mais notáveis consequências das formas de consumo que se impõem em escala global propiciadas pela atuação da grande empresa transnacional no processo de difusão de valores e hábitos sofisticados. Desse modo, o autor entende que: “[...]é inerente a essa civilização um processo depredador, já o sabíamos há muito tempo: as fontes de energia em que se funda o estilo de vida que ela estimula caminham para a exaustão, eleva-se a temperatura em nosso ecúmeno e é progressivo o empobrecimento da biosfera” (Furtado, 1998, p. 63).

Aprofundando sua análise dos efeitos da transnacionalização especificamente sobre as economias subdesenvolvidas, Furtado parte da constatação de que, dadas as características que lhes são próprias e a forma como procederam a seu processo de industrialização, as estruturas periféricas esbarraram em diversos entraves à continuidade de seu desenvolvimento industrial, muitos deles característicos da falta de capital, da dificuldade de acesso à tecnologia de ponta, ou da estreiteza do mercado. Nesse contexto, a atuação das transnacionais em solo subdesenvolvido, tornou possível a continuidade do processo apontado, contornando¹³ os referidos obstáculos.

O autor deixa clara a distinção desse processo de industrialização coordenado pelas transnacionais nos países periféricos vis-à-vis o ocorrido nas suas economias de origem. Ele ressalta mais uma vez, como é de praxe em seu método analítico, as diferenças qualitativas¹⁴ que distinguem um processo do outro, apontando para o motor de dinamismo correspondente a cada um dos casos.

Em Furtado (1981), o autor coloca que as consequências da internacionalização do capital sobre a periferia podem ser desdobradas em duas fases: na primeira as firmas transnacionais visam a adentrar a industrialização substitutiva ocupando espaços antes

¹³ O uso do termo "contornar" para se referir aos obstáculos que se impõem ao processo de desenvolvimento industrial nas economias periféricas revela-se fundamental dentro da concepção furtadiana, uma vez que, para Furtado, a atuação das transnacionais nas estruturas subdesenvolvidas, a fim de dar continuidade à revolução das técnicas, não culmina na resolução de problemas de cunho estrutural que se apresentam nesses países, portanto, não permite a superação dos obstáculos ao progresso social e econômico da sociedade, apenas "dribla" alguns entraves que se colocavam à continuidade do movimento de internalização da produção industrial.

¹⁴ A fonte dinâmica nas estruturas centrais derivava tanto da incorporação de tecnologia aos processos produtivos, quanto da elevação progressiva dos salários reais na economia. Por outro lado, nos países periféricos o motor propulsor do processo de desenvolvimento industrial era dirigido pelo mimetismo cultural que se enraizou nessas sociedades: “Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos” (Furtado, 1974, p. 45)

pertencentes às empresas locais, ou consolidando novos, e em um segundo momento, essas corporações empreendem esforços no sentido de reabrir essas economias para o mercado internacional.

Esse processo de reabertura interrompe o esforço de consolidação de um parque produtivo nacional que conferia relativa autonomia ao país subdesenvolvido no que respeita ao atendimento de sua própria demanda. Apesar de o autor identificar problemas com o processo de industrialização substitutiva, ele não deixa de reconhecer que foi essa a fase em que as economias periféricas mais lograram obter crescimento econômico e deterem algum grau de independência.

Desse modo, é notório que para o autor, o processo de globalização que entra em curso a partir do final da década de 60 representa um verdadeiro retrocesso com respeito a algumas conquistas que estavam se consolidando, e torna quase que irrealizável a construção de sistemas econômicos nacionais autônomos. Essa situação seria decorrência, portanto, de se delegar o controle da produção à lógica da firma e se aprofundar ainda mais em um processo de dependência cultural, financeira e tecnológica.

Com respeito ao referido processo de dependência cultural, Furtado (1982) explica de forma minuciosa como se processa a intensificação dessa perversa perda de identidade nacional e submissão ao processo de mimetização dos padrões de consumo. O autor destaca que as transnacionais lograram contornar a estreiteza do mercado interno que começava a se apresentar nas estruturas periféricas emperrando o processo de industrialização, mas, por outro lado, essa atitude conferiu-lhes a possibilidade de disseminar o estilo de demanda concernente ao centro do sistema e, especialmente, aos Estados Unidos.

Se é verdade que as transnacionais tiveram de realizar um esforço de adaptação a mercados estreitos e ainda em formação, não o é menos que elas em seu natural empenho em maximizar a rentabilidade de seus investimentos tudo fizeram para que os mercados em que se instalavam se adaptassem o mais possível aos padrões de consumo que prevaleciam nos países centrais. Vimos que nestes as empresas transnacionais operaram no sentido de homogeneizar os mercados nacionais, pois isso lhes permitia maximizar as vantagens derivadas das economias de escala e do controle da inovação. Nos países periféricos a homogeneização era condição necessária para o uso da tecnologia e/ou equipamentos amortizados. (Furtado, 1982, p. 122).

Conforme o trecho acima apresenta, a homogeneização dos padrões de consumo é uma condição fundamental à atuação das transnacionais. Todavia, dado o baixo grau

de acumulação que se apresenta nos países subdesenvolvidos, o esforço dessas firmas nesse sentido requer a estratificação do mercado, isso explica porque o autor aponta para a perda da capacidade de submissão da racionalidade instrumental à substantiva, denotando a ausência do esforço de apreensão das necessidades coletivas, e da consequente formulação de políticas que atendam aos interesses sociais do conjunto da população.

Em última instância foram as economias periféricas que se adaptaram às exigências da racionalidade econômica das transnacionais, o que conduziu uma marcada divergência entre os resultados da acumulação e os objetivos de melhoria das condições de vida da massa da população, com que acenavam as políticas de desenvolvimento. (Furtado, 1982, p.122).

É nesse contexto, qual seja, por meio da tentativa de contornar o problema da estreiteza do mercado interno, colocando em curso um ensaio de homogeneização dos padrões de consumo globais, que Furtado assinala que o processo de transnacionalização corrobora para o movimento de concentração da renda e, consequente, aprofundamento da heterogeneidade social nos países periféricos.

Além do problema da dimensão do mercado, as transnacionais contornam dois outros entraves que se colocam em função do estilo de desenvolvimento que se processa nas economias periféricas: a insuficiência de recursos financeiros e de meios de pagamento no exterior.

Em contrapartida, essa resolução paliativa desses problemas culmina na persistência e no agravamento do desajuste estrutural do balanço de pagamentos. Furtado observa que: "Os recursos do exterior são postos pelo sistema bancário à disposição das empresas, que assim podem prosseguir pela pista que já vinham trilhando." (Furtado, 1982, p.124). Nesse contexto, o autor pondera: "Como persiste o mesmo estilo de desenvolvimento, a insuficiência de poupança interna e a pressão no balanço de pagamentos continuam a agravar-se." (Furtado, 1982, p.124).

Logo, o endividamento externo crescente nos países periféricos configura-se como um marco fundamental do processo de transnacionalização. Além disso, cumpre ressaltar que esse traço reforça consideravelmente a condição dependente da economia em questão, mitigando suas possibilidades de desenvolvimento, à medida que se fecha seu horizonte de possibilidades de ação, em função da perda de autonomia sobre os próprios rumos do país.

Com respeito ao endividamento externo alarmante em que passam a incorrer as economias periféricas, Furtado aponta para a correspondente internacionalização de seus circuitos monetários, financeiros e comerciais:

Sempre que o serviço da dívida externa aumenta mais que o valor das exportações, os recursos financeiros obtidos no exterior tendem a assumir a forma de créditos compensatórios. Ora, o crescimento da dívida, nestas condições, pode ter o mesmo efeito que o aumento de reservas monetárias, gerando liquidez em moeda local sem contrapartida real. Para limitar o impacto inflacionário dessa injeção de liquidez os Bancos Centrais emitem títulos suficientemente atrativos para serem absorvidos pelo mercado local de capitais. Como o próprio serviço da dívida interna é atendido com novos títulos, a massa destes tende a crescer. A partir de certo ponto a possibilidade dos Bancos Centrais de levar adiante uma autêntica política de Mercado Aberto se reduz ou desaparece. Ademais, para que os Bancos e/ou empresas possam captar recursos financeiros no exterior - recursos que são em grande parte utilizados pelos Bancos Centrais em operações compensatórias - faz-se necessário manter taxas de juros mais elevadas do que as que prevalecem no mercado financeiro internacional. Por último, a política de câmbio tem que seguir uma rigorosa indexação, para que a taxa de juros seja real, e deve ter em conta que toda depreciação da moeda acarreta custos financeiros adicionais para as empresas endividadas no exterior. (Furtado, 1980, p.128)

A partir do trecho supracitado é possível verificar uma minuciosa descrição dos efeitos do endividamento externo sobre a política monetária e cambial do país, e a identificação, no âmbito dessas relações, da tendência perversa à perda de autonomia das autoridades monetárias e de "redução do alcance dos instrumentos de política econômica" (Furtado, 1980, p.128), outros dois produtos da transnacionalização.

Isso posto, a redução do raio de manobra das políticas econômicas, em função da perda de autonomia do Estado, decorre, para o autor, tanto da articulação dos amplos segmentos do aparelho produtivo sob a coordenação de grandes firmas multinacionais, quanto da internacionalização dos circuitos monetários e financeiros, traduzidos pelo endividamento externo. O resultado evidente é a perda de comando do sistema econômico, conforme colocado nos parágrafos anteriores.

Diante dos mencionados frutos da nova globalização sobre as economias subdesenvolvidas, cabe, porém, ressaltar que Furtado se dedica a uma análise do processo de transnacionalização que transcende o âmbito estrito de seus efeitos sobre as economias periféricas. Assim, ele não só observa suas consequências no centro, como também averigua os aspectos que permeiam a nova relação deste com a periferia:

A evolução do sistema capitalista, no último quarto de século, caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população.[...] A integração do centro permitiu intensificar a taxa de crescimento econômico, o que responde, em grande parte, pela ampliação do fosso que o separa da periferia. Por outro lado, a intensidade de crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro. (Furtado, 1974, p. 46)

Diante dos efeitos apresentados, o autor verifica que a crescente disparidade que se acentua com a transnacionalização tende a agravar a descontinuidade estrutural no âmbito do sistema capitalista. Desse modo, ele chega à conclusão de que o predomínio das grandes empresas no controle do sistema econômico e no direcionamento do progresso técnico rumo à produção em massa interrompe o processo de constituição dos Estados nacionais que se encontrava em andamento nas sociedades subdesenvolvidas.

As grandes empresas operam nas economias periféricas tendo em “mãos” dois trunfos: a possibilidade de administração de preços que é característica das estruturas oligopolísticas internacionalizadas, e a possibilidade de incorporar à economia do centro fatores de produção e matérias-primas de baixo custo e alta disponibilidade nos países subdesenvolvidos.

Se observarmos o quadro que vimos de esboçar de outro ângulo, vemos que a grande empresa, ao organizar um sistema produtivo que se estende do centro à periferia, consegue, na realidade, incorporar à economia do centro os recursos de mão de obra barata da periferia. Com efeito: uma grande empresa que orienta seus investimentos para a periferia está em condições de aumentar sua capacidade competitiva graças à utilização de uma mão de obra mais barata, em termos do produto que lança nos mercados. A situação é similar à das empresas que utilizam imigrantes temporários, pagando a estes salários muito mais baixos do que os que prevalecem no país. (Furtado, 1974, p.50).

Assim, é nítido que essas corporações possuem como máxima a expansão, e para tal propósito elas se dispõem em partes distintas do sistema capitalista, desde as áreas centrais às regiões periféricas, conforme melhor lhes aprouver e atender aos seus interesses.

Nas economias subdesenvolvidas, o que se observa em razão dessa lógica perversa da grande firma internacionalizada pode ser traduzido pelo trecho abaixo o qual trata especificamente do caso brasileiro:

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente à tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional. (Furtado, 1992, p. 35).

Conforme evidencia o trecho supracitado, o controle da atividade produtiva pelas firmas transnacionais culmina em diversas tensões inter-regionais, além de elevar ao extremo as rivalidades empresarias e corroborar para a acentuação do quadro de miséria. Disso resulta, na percepção do autor, o agravamento das dificuldades que se colocam à conformação de um sistema econômico nacional autônomo, pré-requisito para o desenvolvimento de um país.

O autor entende que a tendência à concentração da renda é uma característica peculiar à economia brasileira muito antes do período de transnacionalização. A precariedade do investimento no fator humano sempre foi uma marca histórica do desenvolvimento desse país. Assim, conformou-se uma sociedade caracterizada por altas desigualdades sociais e uma forte tendência ao consumismo, onde uma maioria se sacrifica diariamente em detrimento de um pequeno grupo que satisfaz necessidades de toda ordem ao nível da abundância.

Todavia, há que se destacar nesse contexto, que o processo de transnacionalização agrava as questões colocadas no parágrafo anterior no que concerne às disparidades sociais e à tendência ao consumismo. Tendo em mente que a inclinação ao consumo nas sociedades subdesenvolvidas, via de regra, é acompanhada de uma quase que inexistência de poupança; o que explica a dificuldade de formação de capital para investimentos e a propensão ao endividamento externo; a forma que assume a globalização a partir do final da década de 60 corrobora para a continuidade desse estilo de desenvolvimento fundado na dependência e na exploração interna.

O que merece notório destaque no pensamento de Furtado com respeito à atuação das transnacionais nas economias periféricas é sua contundente percepção de que a ação dessas firmas “tende a criar estruturas econômicas com respeito às quais dificilmente se pode pensar a partir do conceito de sistema econômico nacional¹⁵” (Furtado, 1974, p. 54).

15 É nesse ponto que reside sua perda de otimismo na conformação do Estado Nação na realidade subdesenvolvida.

Isso porque, conforme já foi falado, o escopo de atuação do Estado torna-se nitidamente delimitado com a atuação dessas firmas. Dentro das próprias economias desenvolvidas, a ação coordenadora do Estado sofre modificação com a atuação internacional das grandes empresas. Para o autor, ainda que seja veemente que entre os anos de 1930 e 1960 um grau de coordenação interna de inspiração tipicamente keynesiana tenha se revelado predominante nas estruturas centrais, garantindo a estabilidade interna, há que se reconhecer que ocorre uma transformação de caráter qualitativo visando à adaptação aos interesses e necessidades das grandes corporações estruturadas em oligopólios¹⁶.

Portanto, conforme já foi dito, o grau de manobra dos governos reduz-se consideravelmente nesse novo contexto. Assim, se um determinado Estado decide modificar os rumos da política econômica interna do país, seja fiscal, monetária, ou social, ele certamente sofrerá pressões de outros Estados, de instituições e órgãos multilaterais, e das grandes empresas internacionais, na medida em que a ação tomada afete a mecânica de funcionamento do capital globalizado.

Nas palavras do autor: "Por todas as partes a evolução se fez no sentido de um maior imbricamento com as finanças internacionais e de esvaziamento do Estado em sua capacidade de controle e direção da economia." (Furtado, 1982, p.128). Na concepção de Furtado, isso decorre da articulação entre os sistemas monetários com o exterior e do condicionamento das finanças do Estado ao sistema financeiro, inclusive o externo, que culminaram em uma redução abrupta da operacionalidade dos Bancos Centrais.

Segundo o autor, a nova ordem econômica que surge do processo de globalização que entra em curso no último quartel do século XX delega aos sistemas monetários das economias subdesenvolvidas o papel coadjuvante de repasse local das informações consubstanciadas na economia mundial, dada a perda de autonomia das autoridades monetárias nacionais.

Nesse sentido, o segundo vetor que caracteriza o processo de globalização que se conforma na segunda metade do século XX, qual seja, o setor financeiro, contribui para uma perda ainda maior da capacidade de governança dos Estados Nacionais. O crescente fluxo de recursos líquidos que se apresentam disponíveis no cenário mundial,

¹⁶ Nas palavras do autor: "A experiência tem demonstrado que a margem de manobra de que gozam os estados, para atuar no plano econômico, é relativamente estreita". (Furtado, 1974, p. 56)

majoritariamente em dólares, não está sobre o controle do aparelho estatal, tampouco de qualquer órgão ou agência multilateral.

Nesse quadro, o sistema monetário e financeiro das distintas nações passa a ser dominado pela lógica e interesse do capital especulativo. Cumpre destacar que este último possui como traço fundamental o seu caráter de curto prazo, de tal forma que ele está sempre pronto para migrar a qualquer sinal de possível perda de sua valorização, uma vez que não demonstra qualquer vínculo com a economia em questão, e se guia essencialmente pela especulação.

A doutrina monetarista, que constitui a vértebra desse processo de internacionalização do sistema financeiro, apresenta a transição para uma economia onde opere com plenitude a lei dos mercados como uma forma superior de organização econômica, e preconiza a adoção, ou de um sistema de unificação das moedas, ou de taxas de câmbios flutuantes, com vistas a fazer com que todos os circuitos econômicos derivem sua lógica de um mercado muito maior, o global.

Furtado (1982) medita sobre os efeitos desse monetarismo sobre as estruturas periféricas:

As implicações para as economias periféricas desse "supermonetarismo" não chegaram a ser propriamente explicitadas. Mas não pode haver dúvida de que o que está por trás da internacionalização dos circuitos monetários e financeiros é bem distinto se se trata de um país de economia dominante, cujas autoridades monetárias podem influir na liquidez internacional, ou de simples economias periféricas. (Furtado, 1982, p.130).

Dando prosseguimento a sua observação das consequências do processo de transnacionalização para a periferia do globo, Furtado chama atenção para a importância das economias subdesenvolvidas como condicionante do movimento de evolução do capitalismo globalizado, já que, conforme já verificado pelo autor, os países periféricos, além de constituírem uma importante fonte de recursos não-renováveis para as grandes empresas, e um relevante mercado para seus produtos, possuem um substancial volume de mão de obra disponível pronto para ser explorado por essas corporações.

Em detrimento do relativamente alto grau de coordenação interna verificado nos países centrais, nas estruturas periféricas as burocracias estatais possuem considerável dificuldade para coordenar suas economias no plano interno, em virtude das relações que estão sendo articuladas com o cenário internacional no contexto da grande firma.

Mesmo nos países centrais, percebe-se o surgimento de dificuldades no processo de coordenação interna. Esses obstáculos tomam dimensão e complexidade muito maiores nas estruturas periféricas: “Essa debilidade do Estado, como instrumento de direção e coordenação das atividades econômicas, em função de algo que se possa definir como o interesse da coletividade local, passa a ser um fator significativo no processo evolutivo” (Furtado, 1974, p.61)

Furtado observa, de um lado, a inoperância do Estado em questões fundamentais e, por outro, sua importância para o provimento de serviços básicos, na garantia de ordem jurídica, e no processo de arregimentação e controle da classe trabalhadora. Assim: “O crescimento do aparelho estatal é inevitável, e a necessidade de aperfeiçoamento de seus quadros superiores passa a ser uma exigência das grandes empresas que investem no país” (Furtado, 1974, p.61).

Desse modo, estaria se conformando nas estruturas periféricas uma situação de relativa “autonomia” do aparelho estatal, resultante do processo de internacionalização do controle das atividades econômicas nesses países. Todavia, é fundamental ter em conta que toda e qualquer ação tomada por esse Estado é orientada essencialmente pelos interesses externos concernentes às grandes empresas, daí a superficialidade do termo “autônomo” na caracterização desse aparelho burocrático.

Frequentemente esse aparelho é controlado de fora do país, mas por toda parte ele está sujeito a ser empolgado por grupos surgidos do processo político interno, o qual varia de lugar para lugar e, com as circunstâncias, dentro de um país, mas em toda parte está marcado pelo instrumento de impotência que resulta da dependência em que se encontram as atividades econômicas fundamentais de centros de decisão externos ao país. (Furtado, 1974, p.62)

Essa relativa autonomia do aparelho burocrático estatal nas sociedades da periferia é condicionada pela própria evolução do sistema capitalista. À medida que as grandes empresas oligopolizadas assumem papel dominante estratégico no cenário mundial, o velho tipo de colonialismo se faz desnecessário. Desse modo, a atuação direta dos países centrais sobre a administração dessas estruturas torna-se obsoleta e indesejada, tendo em vista que as corporações transnacionais vão assumindo o controle.

Cumprir destacar os papéis que são relegados aos distintos capitais (estatal, privado nacional, e internacional) dentro desse novo quadro de globalização. Os setores mais dinâmicos vão sendo tomados pela firma transnacional, e a lógica da mimetização dos estilos de vida do centro nas estruturas periféricas viabiliza isso, uma vez que a demanda por bens altamente sofisticados, pressupõe a existência de uma tecnologia que

não está livremente ao alcance das sociedades subdesenvolvidas, dado que não há um grau de acumulação e de desenvolvimento das forças produtivas condizentes com essas técnicas.

Desse modo, é evidente que o controle da tecnologia pelas firmas de origem cêntrica coloca essas corporações em uma posição extremamente vantajosa, já que elas possuem a vanguarda do progresso tecnológico e a maior parte do capital técnico requerido na produção dos bens já se encontra amortizada.

Às firmas locais ficam delegados os setores primários e de semimanufaturados, marcados principalmente pela produção de *commodities* agrícolas e minerais, denotando uma espécie de especialização produtiva em produtos básicos. Furtado entende que esse tipo de perfil comercial é nocivo a qualquer economia que vise a priorizar a modernização dos padrões de consumo¹⁷ negligenciando sua dependência tecnológica, pois o âmago desse movimento de mimetização está na tecnologia que se conforma no setor industrial do centro do sistema capitalista.

Quanto ao capital estatal, na concepção do autor, ele se torna uma espécie de socializador de perdas na periferia: “O Estado situa-se de preferência ali onde a rotação do capital é mais lenta e as exigências de escala na fase inicial são maiores” (Furtado, 1981, p.46). É certo que desse processo surge um movimento auspicioso de acumulação. Todavia, Furtado ressalta que o controle de parte do capital e de suas benesses pelo aparelho estatal desemboca, via de regra, em uma articulação com as empresas estrangeiras controladoras da tecnologia que comanda o cenário de globalização.

Além da modificação no quadro de atuação do Estado diante desse processo de dominação mundial da grande firma, deve-se ressaltar o crescente reforço da tendência à concentração do poder e da riqueza que é produto da transnacionalização. Essa propensão não só reproduz problemas já antigos do subdesenvolvimento como os agrava severamente.

O perfil oligárquico do poder, a exclusão social e política, a dificuldade de conscientização de um grupo em torno dos ideais nacionais de desenvolvimento, a precariedade das condições de trabalho, a tendência estacionária dos salários, e a forte concentração regional constituem apenas algumas das mazelas do subdesenvolvimento

¹⁷ Esse termo será devidamente explicado no próximo capítulo. Por ora, ele deve ser compreendido como uma espécie de tentativa de reprodução dos padrões de consumo das economias centrais por determinados grupos dominantes das economias periféricas, negligenciando o grau de acumulação alcançado e de desenvolvimento das forças produtivas.

que tendem a se agravar com o cenário de transnacionalização. Assim, ele conclui com respeito às grandes firmas transnacionais:

[Estas últimas] debilitam progressivamente os Estados nacionais, suporte das forças que operam no sentido de reduzir as desigualdades sociais. Prevalece a doutrina de que a estrutura social é legitimada pela aceitação de riscos. Presenciamos um processo de concentração de renda e poder sob o comando de grandes empresas desligadas de compromissos com a sociedade civil. O agravamento das tensões sociais leva a pensar que pode estar se preparando uma crise de grandes dimensões, cuja natureza nos escapa. Ainda não sabemos como enfrentá-la (Furtado, 2002, p.9-10).

Traçados alguns entraves ao desenvolvimento na periferia que antecedem o processo de transnacionalização, mas que se agravam em virtude dele, cumpre ressaltar as novas dificuldades que são acrescentadas em sua decorrência. Ora, chega-se a conclusão de que boa parte dos problemas mencionadas já existiam, todavia, é *mister* reconhecer que o Estado possuía algum controle sobre eles. O aparelho estatal lograva autonomia para desenvolver uma agenda nacional que visasse à erradicação das más formações estruturais que reproduziam o subdesenvolvimento.

No novo contexto, conforme verifica Furtado, e utilizando de suas próprias palavras, “o Estado é um trambolho”. Daí, o ressurgimento das ideias de caráter liberal, o apreço pela liberalização do sistema comercial e financeiro, e o estímulo à proposta de tomar das “mãos” do aparelho estatal qualquer controle sobre a economia, muitas vezes traduzida na lógica das privatizações.

Isso significa deixar ao Estado o papel que lhe cabe, o que nesse cenário, apresenta-se como um roteiro de mero coadjuvante. Só lhe é conferido poder e autonomia no que respeita ao atendimento de necessidades básicas que de alguma forma condicionem a atuação das grandes firmas. É nesse sentido que o desafio que se coloca à superação do subdesenvolvimento pelas economias periféricas se torna consideravelmente maior.

O que deve ser entendido é que existem algumas debilidades estruturais que caracterizam as economias periféricas que não permitem a reprodução automática do desenvolvimento da forma como ocorrido nas estruturas centrais. Disso decorria a necessidade de um amplo apoio e atuação do Estado para conformar alguns elementos que pareciam imprescindíveis à superação do subdesenvolvimento. Um bom exemplo é o caso da superoferta de mão de obra. A partir do momento que a economia passa ao

controle da grande firma internacional, rompe-se com a possibilidade de erradicar o problema do desemprego estrutural.

Isso porque submetida à lógica das grandes firmas, as quais são autônomas para determinar o preço pago ao fator trabalho, e que, via de regra, empregam técnicas produtivas cada vez mais poupadoras do capital humano, reforça-se a tendência à manutenção de um reservatório de mão de obra, extremamente marginalizado, o qual contribui para a própria continuação do processo, mediante sua tradução em uma forma de inibição ao movimento social.

A grande dificuldade que se coloca às economias periféricas no quadro supramencionado diz respeito à capacidade desse sistema no que tange à criação de emprego, pois “se o sistema maximiza vantagens tecnológicas não terá muitas possibilidades de criar empregos” (Furtado, 1999b, p. 94). Nesse contexto, em que grande parte da sociedade vive à margem do desenvolvimento, e à mercê da lógica da firma, Furtado chama atenção para seu principal produto: a exclusão social.

O quadro de exclusão social que se configura no cenário de transnacionalização é marcado pela ausência no âmbito econômico do elemento de solidariedade social, que decorre do desmantelamento do marco político nacional e dá lugar a uma racionalidade que não leva em conta os interesses da sociedade, negligenciando, assim, os aspectos sociais desse contexto. O trecho abaixo demonstra a indignação do autor nesse sentido:

Quando comecei a estudar economia, a solidariedade social tinha reconhecida importância porque todos estavam de acordo para desenvolver o Brasil. E desenvolver o Brasil era desenvolver o mercado interno. Hoje em dia, o que é desenvolver o Brasil? É desenvolver as empresas transnacionais que estão instaladas aqui? Elas estão crescendo, mas que parâmetros, que enquadramento são utilizados? Como é possível definir a racionalidade se a economia se internacionalizou, se não há mais o marco nacional? São assuntos que os economistas devem pensar (Furtado, 1999b, p. 96).

Esse trecho apresenta o grande produto do processo de globalização, da forma que se configura a partir do final da década de 60, a perda da identidade nacional. Essa notória desconfiguração do nacionalismo caracteriza a desconstrução, o rompimento com o que se conquistava nas sociedades subdesenvolvidas no período em que essas se fecharam para si mesmas.

Conforme observou Furtado com respeito aos pré-requisitos ao desenvolvimento nos limites da periferia:

Se o objetivo estratégico é conciliar uma taxa de crescimento econômico elevada com absorção do desemprego e desconcentração

da renda, temos de reconhecer que a orientação dos investimentos não pode subordinar-se à racionalidade das empresas transnacionais. Devemos partir do conceito de rentabilidade social¹⁸ a fim de que sejam levados em conta os valores substantivos que exprimem os interesses da coletividade em seu conjunto (Furtado, 1999a, p. 14).

O que se pode depreender do trecho acima é que uma sociedade marcada pela heterogeneidade estrutural, como ocorre nas economias subdesenvolvidas, não pode lograr superar essa condição deixada à racionalidade dos mercados, tal como acontece no mais recente processo de globalização. A lógica que prevalece nesse cenário não conduz a investimentos estratégicos para o país em questão, uma vez que se agrava a dissonância entre interesse social e objetivos da grande firma. Assim, conclui-se com base na obra de Furtado:

A globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Isso nos leva a concluir que países com grande potencial de recursos naturais e acentuadas disparidades sociais - como o Brasil - são os que mais sofrerão com a globalização. [...] Para escapar a essa disjuntiva temos que voltar à ideia de projeto nacional, recuperando para o mercado interno o centro dinâmico da economia. A maior dificuldade está em reverter o processo de concentração de renda, o que somente será feito mediante uma grande mobilização social (Furtado, 1998, p.15).

Enfim, apreende-se do trecho supracitado que a maior dificuldade que se coloca aos países periféricos em desenvolvimento diz respeito à reversão do processo de concentração da renda, e à possibilidade de retomar a ideia de projeto nacional. Assim, o subdesenvolvimento deve agora ser considerado a partir desse novo contexto. Esse é o divisor temporal do pensamento Furtadiano no que tange aos desafios que se colocam à superação dessa mazela.

¹⁸ Em Furtado (1999) o autor concebe a seguinte definição ao conceito de rentabilidade social: " [...] se refere à ordenação das decisões econômicas no quadro dos sistemas políticas nacionais" (Furtado, 1999, p. 13).

CAPÍTULO 3:

LINEARIDADE E REDIRECIONAMENTO DE ENFOQUE NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: O SUBDESENVOLVIMENTO SOB A CONFIGURAÇÃO DE UMA NOVA DEPENDÊNCIA

Temos que preparar a nova geração para enfrentar grandes desafios, pois se trata de, por um lado, preservar a herança histórica da unidade nacional, e, por outro, continuar a construção de uma sociedade democrática aberta às relações externas. Como as possibilidades de crescimento do mercado interno são grandes, há espaço para uma colaboração positiva da tecnologia controlada por grupos estrangeiros. Numa palavra, podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se se transformar em uma sociedade mais justa e preservar a sua independência política.

Celso Furtado, "Brasil: Opções Futuras" (1999)

3.1 Introdução

Diante do novo cenário de globalização que se configura a partir do final da década de 60, e das consequências que a ação transnacional apresenta sobre as distintas economias, especialmente sobre as periféricas, visamos neste capítulo empreender uma análise comparativa do pensamento de Furtado a respeito das questões ligadas ao subdesenvolvimento, bem como de sua proposta de superação, tomando por base o que ele delineava em suas obras anteriores ao referido processo.

O que propomos nesse sentido é uma tentativa de síntese de seu pensamento com respeito às referidas questões para o período marcado pela transnacionalização, aliada a um esforço de identificação dos traços de linearidade e descontinuidades característicos de quem escreveu em meio a um verdadeiro "turbilhão" de mudanças na conjuntura econômica, social e política mundial dentro de mais de meio século, ou seja, tempo suficiente para que muitas ideias fossem amadurecidas, novos elementos introduzidos na análise, velhos conceitos aprimorados, e que alguma teoria precisasse de ajustamentos, em virtude de uma possível ruptura com a situação que se tinha no

cenário anterior, mas sem que nada disso resultasse em que o amálgama do objeto de análise perdesse seu eixo sustentador.

Logo, o que defendemos neste capítulo trata-se da hipótese de que a essência do subdesenvolvimento, da forma como analisada pelo autor, não é acometida por modificações que alterem significativamente seus pilares conceituais, conservando não só os elementos que caracterizam a condição subdesenvolvida, mas também as principais mazelas que decorrem dessa situação. Isso não impede, porém, que novas variáveis sejam elencadas nesse quadro teórico que traduz o esforço de sua interpretação desse fenômeno, ou que haja um redirecionamento de enfoque, ou mesmo que se proceda a um aprimoramento do que se entende por alguns dos principais determinantes/agravantes, tal como ocorre com sua apreensão do sintoma de dependência.

Já com respeito à sua proposta de superação para o subdesenvolvimento, o que verificamos é que, muito embora Furtado conserve alguns traços do que propunha em suas obras que antecedem o período de transnacionalização, é possível notar que ele faz uma revisão no que concerne à conquista de autonomia pelo Estado Nação, dado que a conformação deste, e sua atuação segundo o ideal nacional-desenvolvimentista, já não se faz possível dentro do contorno do novo marco do capitalismo globalizado. Todavia, cabe ressaltar que a contribuição do aparelho estatal para a construção de uma sociedade plenamente desenvolvida não deixa de ser basilar na concepção furtadiana.

O desenvolvimento continua, assim, sendo um sonho possível às nações periféricas, traduzido em um cenário onde prevalece a homogeneização social, a erradicação da pobreza, a crescente tendência ao investimento no fator humano, o respeito à criatividade, a preservação da identidade cultural do país, e o alcance de relativa dose de independência tecnológica. Contudo, é inegável que ele se encontra limitado às novas circunstâncias impostas pelo capital, a um novo tipo de atuação do Estado, e a um grau restrito de autonomia sobre os rumos do próprio destino. E é dentro desse contexto que Furtado aposta com tanta paixão na proeminência de uma racionalidade substantiva coletiva dotada de solidariedade e orientada ao ideal comum de superação das mazelas do subdesenvolvimento, e na constituição de uma liderança política criativa.

3.2 Analisando os Pilares do Subdesenvolvimento sob as Novas Circunstâncias: Indicativos de Permanência

Analisando as ideias de Furtado acerca do subdesenvolvimento e suas mazelas para o período que compreende o processo de transnacionalização é possível perceber alguns traços de linearidade em seu pensamento, principalmente, no que diz respeito à essência de sua teoria. Os pilares que a constituem não sofrem modificações relevantes, mas pode-se dizer que alguns elementos recebem maior ênfase e que há a introdução de variáveis relativamente novas em seu quadro analítico.

Sua abordagem ao estudo do subdesenvolvimento mantém-se praticamente estática, conservando seu método histórico-estruturalista, e empregando sua visão do “todo” aliada a uma análise particular. De tal modo que ele permanece com a brilhante capacidade de transitar da história mundial para os fatos peculiares a cada nação, com a mesma engenhosidade demonstrada em obras anteriores.

Furtado mantém sua interpretação dos “dois lados de uma mesma moeda”, ao reforçar seu posicionamento de que desenvolvimento e subdesenvolvimento, apesar de situações distintas, são resultantes de um mesmo impulso inicial e tendem a reforçarem-se de forma mútua. Tendo em vista essa concepção, ele reafirma: “A rigor, o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, ou melhor, é uma das formas que historicamente assumiu o progresso técnico” (Furtado, 1992, p. 47).

Prosseguindo com esse raciocínio, o qual é perfeitamente compatível com suas ideias que remontam ao período de pré-transnacionalização, ele parte de grandes fatos históricos para constituir uma base de sustentação para sua teoria. Um desses acontecimentos que conformam o ponto de partida de sua análise refere-se à divisão internacional do trabalho.

Essa análise do contexto histórico mundial para fundamentação de suas ideias trata-se de um recurso que ele já empregava em obras que remontam ao período que antecede os anos 70. A divisão internacional do trabalho, o surgimento e expansão de um núcleo industrial, e de um modo geral, a gênese do capitalismo, são elementos que constituem as bases históricas para seu esforço de composição de uma teoria para o subdesenvolvimento.

Em suas obras coetâneas ao capitalismo transnacional, Furtado demonstra que a divisão internacional do trabalho merece uma análise minuciosa em virtude das

profundas transformações sociais que ela provoca no centro do sistema, e à modernização das formas de vida na periferia: “Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial” (Furtado, 1976, p.28).

Para ele, é a partir do aprofundamento das relações de intercâmbio exterior que são criadas as condições para que ocorra um processo de “transformação imitativa de segmentos da cultura material” nos países periféricos sem, a priori, ser acompanhada de grandes transmutações sobre suas estruturas sociais. Desse modo, como resultado da introdução de uma cunha capitalista nas relações comerciais da periferia, tem-se a conformação de arranjos híbridos¹⁹, os quais constituem um traço característico das sociedades subdesenvolvidas.

Cumprе ressaltar que suas obras anteriores já salientavam a heterogeneidade estrutural que caracteriza as economias subdesenvolvidas e que decorria, principalmente, da exogeneidade dos fatores que incitaram as transformações fundamentais na estrutura social e produtiva dessas sociedades. O que surge como um elemento típico de suas obras ulteriores é sua referência a um processo de "transformação imitativa de segmentos da cultura material", mas esse fato será analisado de forma detida mais adiante.

Da mesma forma, compondo seu esquema analítico de apreensão do fenômeno do subdesenvolvimento encontra-se o surgimento de um núcleo industrial na Europa e seus efeitos sobre o resto do mundo. Segundo o autor, esse acontecimento é o “ponto de partida de um conjunto de processos que tenderão a unificar a civilização material em todo o mundo” (Furtado, 1976, p. 73).

O autor demonstra que esse processo não produz efeitos uniformes sobre todas as economias, pois a força expansionista do primeiro núcleo industrial culmina em transformações distintas nas diferentes áreas do globo. Nesse aspecto sua análise é extremamente fiel à empreendida em Furtado (1961), o que reflete o caráter contínuo de seu pensamento também nesse ponto.

Assim sendo, ele apresenta três processos de modificação social produzidos pela revolução industrial: “[...] cabe distinguir três processos de transformação social

¹⁹ É possível notar que sua aceção acerca do caráter dual que denota as economias subdesenvolvidas mantém-se ao longo do tempo.

causados pela força expansionista do primeiro núcleo industrial” (Furtado, 1976, p.73), segundo ele, o primeiro dentro da própria Europa Ocidental, o segundo em territórios de clima temperado e de baixa densidade demográfica, ou seja, para além do continente europeu, e o terceiro para a periferia.

Igualmente, cabe notar que em Furtado (1961) essa classificação em três processos já era apresentada²⁰:

O advento de um núcleo industrial na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra. A ação desse poderoso núcleo dinâmico passou a exercer três direções distintas. (Furtado, 1961, p.178)

O autor analisa que a terceira linha de expansão da economia industrial produziu efeitos distintos sobre as diversas economias da periferia, culminando em alguns casos na simples possibilidade de expansão dos mercados dos países centrais, e em outros como fonte de acesso a recursos e matérias-primas. Todavia, ele ressalta um efeito comum a todas essas sociedades: a fraca presença de modificações profundas nas estruturas sociais, e a predominância da modernização dos estilos de vida, constituindo estruturas híbridas, marcadas pela manutenção de formas arcaicas de dominação social conciliada a uma verdadeira difusão de novos valores culturais.

Contudo, muito raramente essas modificações conduziam ao abandono das formas tradicionais de dominação social, sendo mesmo frequente que as reforçassem mediante a concentração da propriedade da terra e o agravamento da instabilidade dos rendimentos monetários dos pequenos agricultores que se integravam nos circuitos comerciais. (Furtado, 1976, p. 77)

Diante disso, é possível verificar que sua concepção da polaridade periferia-centro para apreensão da evolução do capitalismo no mundo passa pelo entendimento de que a região periférica configurou-se como simples expansão da fronteira europeia: “Assim, parte substancial do que se veio a conhecer como comércio “internacional” teve sua origem nas atividades *extramuros* do núcleo industrial inicial, do qual irradiou a força transformadora que engendrou a estrutura centro-periferia” (Furtado, 1976, p. 77).

²⁰ As três direções referiam-se, da mesma forma, 1) à expansão dentro da própria Europa Ocidental, 2) para os países portadores de características similares situados além da fronteira europeia e, 3) para as outras regiões de natureza pré-capitalista.

Nesse ponto reside uma das premissas básicas para a interpretação do subdesenvolvimento na acepção furtadiana, qual seja, a de que as modificações que acometem a estrutura econômica na periferia têm um significado, e um ponto de partida, muito distintos quando comparados às ocorridas nas economias centrais, revelando o caráter passivo das primeiras ante as transformações que se processavam no centro do sistema mundial.

Com isso, o autor faz um alerta importante: “uma vez que o atraso relativo alcança certo ponto, o processo de industrialização sofre importantes modificações qualitativas. Já não se orienta ele para formar um sistema econômico nacional e sim para completar o sistema econômico internacional” (Furtado, 1974, p. 25).

Resulta disso que nas regiões onde o desenvolvimento logrou ser consubstanciado, Furtado verifica que houve a presença de uma política deliberadamente concebida a esse fim, ou seja, propositada, dirigida, pela finalidade de constituição de um Estado autônomo e independente. Já nas estruturas periféricas, não houve um planejamento consentido voltado para essa proposta.

Desse modo, incessantemente, o autor aponta para a exogeneidade dos fatores que levaram à internalização do processo produtivo industrial no Brasil e em outras economias periféricas da América Latina, evidenciando a ausência de interesse consciente de se romper com a tradicional divisão internacional do trabalho:

Algumas indústrias surgem integradas a certas atividades exportadoras, e outras como complemento de atividades importadoras. De uma forma ou de outra, elas ampliam o grau de integração do sistema econômico internacional. Nas fases de crise deste último, procura-se reduzir o conteúdo das importações de certas atividades industriais, o que leva, ocasionalmente, à instalação de indústrias integradoras do sistema econômico no nível nacional. Dessa forma, por um processo inverso, através de um esforço para reduzir a instabilidade resultante da forma de inserção na economia internacional, vem a tomar forma um sistema industrial com um maior ou menor grau de integração. (Furtado, 1974, p.25)

Aprofundando sua análise acerca do impulso dinamizador das economias periféricas vis-à-vis das estruturas centrais, Furtado detecta que o estímulo primário de dinamismo das sociedades subdesenvolvidas não resultava do desenvolvimento das forças produtivas, mas advinha das transformações em que incorriam os países do centro:

Durante o período de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, vale dizer, na fase formativa deste, o impulso primário dinamizador das economias da periferia não tinha origem no

desenvolvimento de suas forças produtivas. Este impulso nascia da força gravitacional exercida pelo centro, graças à qual ocorria a realocação de recursos, a intensificação do uso destes, a modernização. Tudo se passava como se a expansão do núcleo industrial provocasse modificações na conformação estrutural de certas regiões que com ele iam entrando em contato. (Furtado, 1976, p.80)

A identificação de que o núcleo dinâmico do desenvolvimento nas estruturas periféricas residia na indução externa, e não nas inovações introduzidas ao processo produtivo, pode ser encontrada em sua obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), e é reproduzida em obras ulteriores, corroborando para um perfil regular de suas ideias no que tange sua teorização de subdesenvolvimento:

Nas estruturas subdesenvolvidas mais complexas – onde já existe um núcleo industrial ligado ao mercado interno – podem surgir reações cumulativas, tendentes a provocar transformações estruturais no sistema. *O fator dinâmico básico continua a ser a procura externa*; a diferença está em que a ação desta é multiplicada internamente. (Furtado, 1961, p. 189-190)

E prossegue:

A etapa superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este fica capacitado a produzir parte dos equipamentos requeridos pela expansão de sua capacidade produtiva. O fato de se alcançar essa etapa não implica que o elemento dinâmico principal passe, automaticamente, a ser o núcleo industrial ligado ao mercado interno. O processo normal de desenvolvimento do núcleo industrial é ainda o da substituição de importações; destarte, o elemento dinâmico reside ainda na procura preexistente – formada, principalmente, por indução externa – e não nas inovações introduzidas nos processos produtivos, como ocorre nas economias industriais totalmente desenvolvidas. (Furtado, 1961, p.191)

Por conseguinte, as transformações que se processaram nas estruturas periféricas, de início, caracterizavam-se por pouca ou nenhuma modificação no sistema produtivo, uma vez que a simples realocação de recursos disponíveis, ou a intensificação de seu uso, permitiam ganhos de produtividade consideráveis dentro de um quadro de especialização produtiva.

Em contrapartida, no centro do sistema capitalista, a combinação entre transformações na estrutura social e no meio produtivo, ou seja, a interação bem sucedida entre acumulação e diversificação da demanda, conferiu uma característica marcante ao desenvolvimento das economias cêntricas:

Nas economias do centro as transformações têm lugar simultaneamente nas estruturas econômicas e na organização social: a pressão social faz a remuneração do trabalho acompanhar a elevação

da produtividade física desse trabalho, à medida que esta se traduz em aumento da renda média da coletividade. O aumento da remuneração do trabalho modifica o perfil da demanda – e por esse meio a alocação dos recursos produtivos – e condiciona a destinação do excedente – e por essa forma a orientação do progresso técnico. (Furtado, 1976, p. 81)

Conforme demonstra o trecho acima, as modificações que se processaram no desenvolvimento das economias centrais operaram tanto do lado da oferta, quanto da demanda, mostrando que houve uma virtuosa combinação entre desenvolvimento das forças produtivas e acumulação nos objetos de consumo.

Desse modo, o autor chega à conclusão de que o movimento de assimilação de novas técnicas que deu origem a incrementos de produtividade nesses países conduziu a uma elevação do bem estar social geral, por meio de um processo de homogeneização social²¹. Ressalte-se que esse último só foi possível, graças ao aumento da participação dos salários no produto, fruto da pressão exercida pela classe trabalhadora, em uma típica luta de classes.

Cumprir tomar nota de que o raciocínio apresentado nos parágrafos anteriores compete aos dois períodos que dividem o pensamento de Furtado nesse trabalho, de onde resulta a afirmação de que o autor conserva uma grande proporção da essência de sua análise acerca do subdesenvolvimento.

Sua observação acerca da combinação virtuosa entre a luta pela manutenção dos elevados lucros por parte dos empresários capitalistas e pela socialização dos frutos do progresso técnico pelo lado dos trabalhadores (conformando um processo dialético de inovação *versus* difusão das técnicas, de onde derivariam as condições de sua própria superação, bem como o dinamismo do sistema capitalista) contribui para a constatação de que há claros indícios de linearidade no desenvolvimento de suas obras, cabe:

O dinamismo da economia capitalista derivou, assim, da interação de dois processos: de um lado, a inovação técnica – a qual se traduz em elevação da produtividade e em redução da demanda de mão de obra – de outro, a expansão do mercado – que cresce junto com a massa dos salários. O peso do primeiro desses fatores (a inovação técnica) depende da ação dos empresários em seus esforços de maximização de lucros, ao passo que o peso do segundo (a expansão do mercado) reflete a pressão das forças sociais que lutam pela elevação de seus salários. (Furtado, 1998, p.29).

²¹ Em Furtado (1992) encontra-se a seguinte descrição para o conceito de homogeneização social: “O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (Furtado, 1992, p. 38)

É possível verificar que a identificação de que as economias do centro lograram conciliar modificações na estrutura social com alterações no meio produtivo já era apresentada em sua obra *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), quando o autor constatava que, na segunda fase que marca o desenvolvimento industrial desses países, os trabalhadores conseguiam pressionar por melhores condições de vida, exigindo uma redistribuição da renda em favor próprio, e isso, indiretamente, ocasionava o avanço tecnológico, permitindo o aumento da produtividade no conjunto da economia, sustentando assim, uma margem para os lucros dos capitalistas que mais que compensava o aumento dos salários reais.

Em contraste com essa articulação eficaz de inovação e difusão das técnicas, nas estruturas periféricas as transformações no meio produtivo foram induzidas de forma exógena, e muitas vezes configuraram-se na simples reordenação de recursos pré-existentes. Desse fato, Furtado (1976) depreende que a verdadeira modificação nessas sociedades se projetou no plano da conformação e utilização do excedente e, mais especificamente, no perfil da demanda interna, pois foi esse lado da economia que se encarregou de conferir dinamismo à economia desses países.

A partir dessa constatação, Furtado faz a seguinte análise acerca do subdesenvolvimento: “O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva” (Furtado, 1976, p. 81). Importa destacar nesse contexto que essa demanda altamente diversificada e indutora de dinamismo é, em contrapartida, composta por uma minoria da população com poder aquisitivo correspondente a hábitos de consumo "sofisticados", o que acaba fazendo com que sua baixa representatividade em termos numéricos provoque investimentos produtivos parcos e dispersos ao longo da cadeia produtiva, fruto da falta de "massificação" da procura, a qual por sua vez, é produto da dificuldade de incorporação da massa populacional ao mercado de trabalho.

Deve se ter em conta que o caráter exógeno do impulso às transformações econômicas e sociais ocorridas na periferia somente aparentemente merece ser compreendido no quadro do processo de intensificação do comércio exterior, nos moldes delineados pela Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo, levando-se em consideração a gênese dos elevados excedentes obtidos na esfera comercial, e o histórico de apropriação e utilização destes, o qual é de caráter fundamental para a apreensão do fenômeno do subdesenvolvimento.

Conforme o autor observa, e essa observação é comum a suas obras que antecedem o período de transnacionalização, os incrementos de produtividade em que incorrem essas economias, em um momento inicial, pouco têm a ver com a incorporação de tecnologia aos processos produtivos, mas encontram-se relacionados à intensificação de suas relações comerciais dentro de um quadro velado pela Teoria das Vantagens Comparativas, ou seja, à expansão das exportações, denotando, por conseguinte, uma notória ausência de correlação com o processo de acumulação alcançado ou com o progresso tecnológico.

O que surpreendia o autor, no entanto, não era a inserção das estruturas periféricas nesse modelo de Ricardo, uma vez que, em sua opinião, esse fato per si não era o bastante para delinear a linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Percebe-se que o que realmente interessa para Furtado é a identificação de que o que distingue um fenômeno do outro é a destinação dada ao excedente conformado:

Que países – com abundância de terras não utilizadas e a possibilidade de receber imigrantes (ou de utilizar mais intensamente uma mão de obra integrada num sistema pré-capitalista) – hajam optado pela linha de menor resistência das vantagens comparativas não é de surpreender. Afinal de contas a Inglaterra também estava optando pelas vantagens comparativas quando reduzia a pouca coisa sua agricultura e se concentrava na indústria e mesmo na produção de carvão, que em parte exportava. *O que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade.* (Furtado, 1974, p. 26)

Nesse contexto, cabe discernir que grande parte do excedente que se conforma na atividade industrial no centro é reinvestida dentro do sistema produtivo, uma vez que esse setor requer um capital em constante renovação, o que culmina em um crescimento às próprias custas, ou seja, a partir de si próprio, endógeno²². Desse modo, é possível verificar que há um processo de realimentação da acumulação orientada ao desenvolvimento das forças produtivas.

Já nas estruturas periféricas, o que o autor observa é que o incremento de produtividade que se logra alcançar por meio da intensificação do comércio internacional é revertido para o aumento da capacidade importadora do país e, uma vez que a especialização produtiva apresentada por essas economias não demanda modificações significativas nos métodos de produção, a atividade importadora orienta-

²² A não ser que a economia em questão sofra de insuficiência de demanda, observa o autor.

se especialmente para a aquisição de bens de consumo típicos de seus fornecedores, quais sejam, os países centrais.

Destarte, a forma como foi apropriado e utilizado o excedente constitui a vértebra de seu esquema analítico do fenômeno do subdesenvolvimento, tanto em suas obras anteriores ao capitalismo transnacionalizado, como nas contemporâneas a este. Furtado (1961) já constatava que qualquer similitude entre o processo de desenvolvimento industrial ocorrido no centro e o verificado na periferia era extremamente superficial, já que a parte dinâmica da renda consubstanciada nesta última (a massa de lucros) não se vinculava de maneira produtiva à economia local, e esse fato corroborava para as principais disparidades entre essas sociedades.

Em Furtado (1976) ele dá continuidade a essa constatação, e prossegue com essa linha de raciocínio afirmando que o excedente retido na periferia do sistema capitalista cumpriu papel determinante no processo de aculturação dessas economias, funcionando como vetor dos valores culturais do centro (o que corrobora a destinação improdutiva dada a esse elemento).

Nesta mesma obra, o autor faz uma classificação da apropriação do excedente em quatro tipos muito úteis para compreender a história da periferia: 1) em benefício exclusivo do centro, 2) parte do excedente apropriado por uma fração da classe dominante local, 3) parte apropriado por grupos locais, os quais o utilizam para expandir seu próprio raio de ação, e 4) uma proporção retida pelo Estado.

Segundo ele, todos os quatro tipos podem ser identificados no processo histórico das economias periféricas, tendendo ora mais para um modo, ora para outro. Mas ele reconhece que o segundo e o terceiro tipo são os que melhor delineiam o processo de desenvolvimento dessas estruturas. A apropriação de parte do excedente por uma elite local condicionou o processo de acumulação e o desenvolvimento das forças produtivas ao processo de modernização dos padrões de consumo. Já a outra forma, possibilitou a tomada de conhecimento da situação de dependência conformada e enveredou a apropriação pelo Estado.

Sintetizando os elementos basilares da teoria do subdesenvolvimento de Furtado até o momento apresentados, cabe destaque, portanto, à sua identificação no processo de conformação de um sistema econômico mundial (delineada pela sua apreensão dos papéis conformados pela divisão internacional do trabalho, e do surgimento do núcleo industrial na Europa) de um ponto de partida das principais transformações que dão origem à distinção entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, sua observação

acerca do impulso dinâmico ao processo de desenvolvimento industrial das distintas estruturas que compõem o sistema capitalista, e o movimento de apropriação e utilização do excedente no centro e na periferia.

Cumprе salientar que os elementos supramencionados encontram-se em sintonia com suas principais ideias acerca do subdesenvolvimento expostas até meados da década de 60, ressaltando-se que a apropriação do excedente dirigida pelo processo de modernização aparece como a variável detentora de maior ênfase em sua análise, de certa forma, relativamente “nova”. Ainda assim, cumpre notar que os pilares que sustentam sua teoria para as sociedades subdesenvolvidas apresentam relativa continuidade ao longo do tempo, bem como se mantêm inalterados os métodos de abordagem e análise empregados pelo autor.

Com respeito à questão da apropriação do excedente nas estruturas periféricas orientada pela tentativa de reprodução de hábitos culturais dos países centrais, apesar do autor já apresentar indícios de elementos constitutivos para uma análise das adversidades projetadas pelo efeito de demonstração²³, os quais estão implícitos em suas obras que dão início ao seu processo de revisão crítica do processo de industrialização substitutiva, é a partir da década de 70 que o autor empreenderá um emprego adaptado do conceito à situação de mimetização dirigida pelas elites das economias periféricas. Assim, ele se munirá do termo modernização dos padrões de consumo a fim de prosseguir com seu esforço teórico de apreensão do subdesenvolvimento.

Contudo, isso não é o bastante para que se reneguem os claros indicativos de regularidade em sua obra no que tange à sua apreensão do fenômeno do subdesenvolvimento. É possível verificar, inclusive, que Furtado demonstra reconhecer nas estruturas periféricas características delineadoras do perfil subdesenvolvido muito semelhantes às que ele identificava até meados da década de 60.

A questão da heterogeneidade tecnológica, sua percepção das desigualdades na produtividade do trabalho entre meio urbano e rural²⁴ contribuindo para sua visão do caráter dual das estruturas periféricas, a dificuldade de formação de capital próprio, e o problema da oferta elástica de mão de obra e do subemprego, são características que o

²³ Em Furtado (1966) o autor descreve tal efeito como sendo um efeito “pelo qual cada grupo social orienta suas expectativas com vistas a alcançar os padrões de consumo dos grupos imediatamente superiores na escala de distribuição de renda” (p.14)

²⁴ Nesse aspecto, cumpre ressaltar que esse diferencial de produtividade entre meio urbano e rural refere-se ao período que antecede a revolução tecnológica no campo.

autor continua elencando como variáveis-chave da configuração do subdesenvolvimento.

Da mesma forma, é possível notar, conforme já foi mencionada, a continuidade do seu método de observação da conjuntura histórica e econômica para chegar às suas conclusões sobre o subdesenvolvimento. O autor empreende, da mesma forma que antes, uma análise do papel das economias periféricas no contexto de divisão internacional do trabalho, desde o colonialismo até o processo histórico de conformação do capitalismo na Europa, tendo em conta este último como ponto de partida para sua análise das principais transformações que deram origem às estruturas duais da periferia.

A forma como os incrementos de produtividade tomam origem nas economias periféricas, qual seja sua origem na intensificação do comércio exterior pautado em uma especialização intensiva em exportação de produtos primários, vis-à-vis a expressão que assumem nos países cêtricos como decorrência do processo de incorporação de tecnologia, continua sendo citada pelo autor como característica elementar de distanciamento entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, mas não ponto central do problema.

E, desse modo, ele persiste em sua constatação de que o fundamental sobre a questão acima não é a origem dos incrementos de produtividade entre os dois tipos de sociedade, mas a forma como o excedente que se conforma por meio deles é utilizado:

A nossa hipótese central é a seguinte: o ponto de origem do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas no comércio internacional. [...] Certo, o excedente adicional, assim criado, pode permanecer no exterior em sua quase totalidade, o que constituía a situação típica das economias coloniais. Nos casos em que esse excedente foi parcialmente apropriado no interior, seu principal destino consistiu em financiar uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes, mediante a importação de novos artigos. Este uso particular do excedente adicional deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas (Furtado, 1974, p. 78)

Assim, em suas obras posteriores à década de 60, a interpretação da questão do subdesenvolvimento para o autor passa, necessariamente, pela tentativa de apreensão da destinação que se dá ao excedente que se consubstancia nas estruturas periféricas, elencando como traço fundamental dessa utilização a perversidade da tentativa de reprodução dos hábitos de consumo centrais na periferia, a qual configura o processo de modernização.

Isto posto, ele identifica que a acumulação improdutiva decorrente dessa forma de utilização do excedente constitui um dos pilares essenciais sobre os quais se assenta a conformação de uma estrutura subdesenvolvida. Nesse aspecto, cabe reiterar que é possível verificar que o autor já apresentava algum indício acerca da relevância das modificações nos hábitos de consumo das sociedades periféricas para a apreensão do que veio a denominar-se subdesenvolvimento.

Prova disso encontra-se em Furtado (1961) quando o autor menciona sobre os efeitos da conformação de um excedente que é apropriado internamente: “O crescimento dessa faixa monetária implicou importantes modificações nos hábitos de consumo, com a penetração de inúmeros artigos manufaturados de procedência estrangeira. *A diversificação nos hábitos de consumo teve importantes consequências para o desenvolvimento posterior da economia*” (Furtado, 1961, p. 185).

Também em Furtado (1966) é possível verificar indícios de sua preocupação com a pressão exercida no sentido de se ter acesso a novas formas de consumo, em função de sua inquietude com a desarticulação entre a tecnologia requerida e as características das estruturas periféricas, quando ele constata que qualquer política de desenvolvimento deveria passar pela finalidade de se modificar a ação de “fatores primários” da conformação do subdesenvolvimento, dentre eles, o efeito demonstração:

Qualquer política de desenvolvimento, para ter êxito, deverá modificar a ação desses fatores primários. Dentre eles, os que mais facilmente podem ser influenciados pela ação política são o efeito de demonstração e o controle da organização da produção (Furtado, 1966, p. 15).

Nesse sentido, ele afirma que esse processo exigiria uma verdadeira arregimentação mental das massas, isolando-as de quaisquer influências exteriores. E também no trecho abaixo:

“Pode-se igualmente aceitar como uma razoável hipótese de trabalho que, em razão do “efeito de demonstração” [...] a população em seu conjunto, particularmente a urbana, continuará a exercer pressão crescente para ter acesso às novas formas de consumo criadas pela assimilação da moderna tecnologia” (Furtado, 1966, p. 14).

Ainda assim, cumpre reiterar que se observa um enfoque muito maior sobre esse último elemento em suas obras que remontam à sua análise do período de transnacionalização. Portanto, embora o autor já elencasse um papel importante à questão da destinação do excedente em trabalhos anteriores, bem como já demonstrasse sua preocupação com o efeito demonstração, a partir do processo de globalização que se

configura ao final da década de 60, ele passa a atribuir maior relevância a esse assunto, e desenvolve uma análise muito mais detida desse processo²⁵.

Assim, em obras posteriores, tal como *O Mito do Desenvolvimento* (1974), o tema ganha maior ênfase em sua interpretação do subdesenvolvimento:

A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnado de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos (Furtado, 1974, p. 80).

Com isso, Furtado deixa claro que o estudo do subdesenvolvimento requer uma análise que ultrapassa o escopo estrito da produção, confirmando, mais uma vez, sua aceção da importância do plano histórico e político, e da observação conjunta entre processo produtivo e nível de circulação (utilização do excedente):

O fato de que vimos de referir – e não seria difícil comprová-lo com evidência histórica – põe a claro que, no estudo do subdesenvolvimento, não tem fundamento antepor a análise ao nível da produção, deixando em segundo plano os problemas da circulação, conforme persiste tradição do pensamento marxista. Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo da produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo da circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é mais alto), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução de estruturas sociais correspondentes (Furtado, 1974, p.80)

É nessa mesma obra que Furtado denomina o processo de adoção de padrões de consumo sofisticados, típicos das economias centrais, sem o correspondente grau de acumulação de capital necessário, e desacompanhado do progresso tecnológico adequado, como “modernização”.

Esse processo de modernização assume maior importância, quanto mais se adentra a via da industrialização. É nesse ponto que reside a especificidade do desenvolvimento industrial nas economias periféricas. O autor coloca que os bens demandados pouco têm a ver com o nível de acumulação atingido, mas traduzem fidedignamente o perfil da elite que coloca em prática a mimetização.

Desse modo, Furtado identifica um descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação nos objetos de consumo nas economias periféricas,

²⁵ Em *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), Furtado teoriza o excedente social e econômico.

evidenciando uma notável incompatibilidade entre a tecnologia requerida e o grau de acumulação de capital auferido (desequilíbrio ao nível dos fatores). Ele revela que o avanço da tendência a acumular não foi capaz de produzir transformações nas estruturas sociais que pudessem modificar a forma como é distribuída a renda, e que fosse capaz de corroborar para um processo de homogeneização social, engendrando, ao invés disso, a marginalização social e contribuindo para o reforço das formas de dominação pré-existentes. Sob essas condições, a orientação do progresso técnico contribui para a manutenção de salários ao nível de subsistência, e para a conformação de uma oferta elástica de mão de obra.

Esse último aspecto revela mais um fragmento do pensamento do autor que se mantém ao longo do tempo: o papel que a tecnologia cumpre nos países periféricos em nada se assemelha ao das economias centrais, e a incompatibilidade do emprego desta com os recursos existentes provoca sérios desequilíbrios. Em Furtado (1966) o autor salienta que as técnicas produtivas empregadas na periferia são dadas, ou seja, exógenas, e pouco têm a ver com as necessidades e características específicas dessas estruturas.

Desse modo, o autor prossegue afirmando que a inovação das técnicas que adentra as estruturas periféricas não concorre para a aglutinação dos fatores de produção de forma dinâmica, mas provoca sérias tensões e desequilíbrios, uma vez que seu emprego requer crescente concentração da renda e, por conseguinte, exploração interna.

Também em Furtado (1961), a ideia de desequilíbrio ao nível dos fatores encontra lugar em seu pensamento. Mais uma vez ele coloca como especificidade do processo de desenvolvimento industrial das economias periféricas a disponibilidade de recursos e fatores que não corresponde à combinação requerida destes pela tecnologia que está sendo absorvida. Além disso, ele acrescenta que esse fato decorre da ausência de transformações endógenas nesse sistema.

Destarte, se é verdade que os países subdesenvolvidos crescem pela simples assimilação de técnicas já conhecidas (e pela correspondente acumulação de capital), também o é que a transplantação dessas técnicas traz implícito, quase sempre, um subemprego estrutural de fatores. [...] Nesse desajustamento básico entre oferta virtual de fatores e orientação da tecnologia reside, possivelmente, o maior problema que enfrentam atualmente os países subdesenvolvidos. (Furtado, 1961, p. 91).

Assim, dando continuidade a essas ideias, em Furtado (1974), o autor identifica que o processo de modernização ao intensificar a diversificação dos padrões de

consumo, e determinar a tecnologia a ser empregada, determina o processo de distribuição de renda e agrava as tensões sociais.

Em Furtado (1992), o autor afirma que o subdesenvolvimento seria a situação em que “aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível médio de vida da população” (p.40).

Dessa forma, é possível notar que a discussão acerca da condição subdesenvolvida continua pautada no escopo da propagação do progresso tecnológico e na forma irregular com que ele se propagou entre periferia e centro: “A conformação social dos países que qualificamos de subdesenvolvidos resultaria da forma particular que neles assumiu a difusão do progresso tecnológico que moldou a civilização contemporânea” (Furtado, 1998, p. 58).

A forma como foi introduzida a tecnologia nas economias periféricas, bem como a análise de suas características essenciais, constituíram os pilares de sua teoria sobre o subdesenvolvimento, tanto no período que antecede o processo de transnacionalização, bem como durante este último. Conforme demonstrado, essa discussão não perde espaço nas obras que remontam ao final da década de 60 em diante. Todavia, Furtado aprofunda sua análise sobre a propagação do progresso técnico elevando-a aos termos do processo de modernização.

Desse modo a discussão sobre a questão tecnológica passou a inscrever-se dentro de um quadro onde o progresso técnico pode se manifestar de duas formas, na concepção do autor. Uma delas refere-se ao aumento de produtividade²⁶, ou seja, manifesta-se em processos produtivos mais eficazes. A outra está ligada à introdução de novas formas de consumo. “Assim a propagação de novas técnicas, inerente à acumulação, é antes de tudo a difusão de uma civilização que instila nas populações padrões de comportamento em transformação permanente” (Furtado, 1992, p.40).

Em Furtado (1998) o autor coloca que a teoria do subdesenvolvimento está intimamente relacionada ao estudo das más formações sociais conformadas durante o processo de difusão do progresso técnico e, procede com seu raciocínio ao afirmar que o campo de análise do referido fenômeno está no quadro das limitações colocadas à

²⁶ Com respeito à questão da produtividade, cabe chamar atenção para a distinção de Furtado acerca da produtividade social e individual. Essa distinção é importante para se ter em conta que os aumentos da produtividade social, ou seja, do conjunto do sistema em um determinado local, em virtude da repercussão generalizada (efeitos de encadeamento), tornam-se muito mais propícios a promoção da homogeneização social, ao passo que, nem sempre aumentos de produtividade individual, por exemplo, de uma firma específica, são capazes do mesmo.

periferia pela divisão internacional do trabalho que foi estabelecida com a difusão da civilização industrial.

Diante disso, o autor afirma que em algumas áreas do globo a difusão de novas técnicas deu-se sob a forma de introdução de novos produtos típicos de outros países. Esse processo constituiu um cenário de profunda heterogeneidade nessas economias, uma vez que foi criada a possibilidade de, por meio de um simples reordenamento dos recursos produtivos no quadro da especialização produtiva, incorrer em incrementos de produtividade que permitiram que um novo estilo de vida fosse introduzido na sociedade sem que se modificasse a estrutura de produção, ou mesmo sem que se desse fim a antigos métodos de dominação social, tal como a escravidão.

Cumprido notar que a questão colocada no parágrafo anterior faz parte da visão de Furtado em obras que antecedem o período de transnacionalização, no entanto, a análise passa para o escopo do conceito de modernização a partir de 70: “Em trabalhos do começo dos anos 70, chamamos de modernização a essa forma de assimilação do progresso técnico quase exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no que respeita à transformação do sistema de produção” (Furtado, 1992, p. 41).

Nessa mesma obra, *Brasil a Construção Interrompida* (1992), Furtado descreve o subdesenvolvimento como sendo resultante de um descompasso na assimilação de novas tecnologias oriundas do capitalismo industrial, e que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Ele observa que esse estilo de desenvolvimento requer como contrapartida o atraso nas técnicas produtivas, uma vez que a acumulação nos objetos de consumo (nos desejos de parte da sociedade) compete com o desenvolvimento das forças produtivas.

É que os dois métodos de penetração de modernas técnicas se apoiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento (Furtado, 1992, p. 42).

Depreende-se, portanto, que nas economias periféricas as primeiras modificações que as atingem com o surgimento e expansão de um núcleo industrial inscrevem-se no quadro dos valores dessa sociedade, e só em seguida, observa-se transformações relevantes na estrutura produtiva.

À medida que avançam na incorporação de tecnologia, agravam-se as tensões sociais decorrentes do processo de concentração da renda, bem como torna-se cada vez mais problemática a estreiteza do mercado: “A atividade industrial é *labour-saving* comparativamente à primário-exportadora, vale dizer, economiza mão de obra por unidade de produto final. Bens antes importados agora são obtidos mediante menos aplicação de mão de obra e maior de capital” (Furtado, 1992, p. 43).

Disso resulta um reforço à sua crítica ao processo de industrialização ocorrido nas economias periféricas. Em suas obras iniciais²⁷, ele apresenta a convicção de que a conformação da indústria interna poderia constituir uma solução para os problemas do subdesenvolvimento, revelados pela dependência a que o país era acometido diante de sua posição na divisão internacional do trabalho. Já no início da década de 60, ele apresenta um reposicionamento quanto à essa visão, o qual vai sendo ratificado nas obras seguintes.

Furtado discorre sobre sua revisão crítica do processo de industrialização em solo periférico em sua obra *O Capitalismo Global* (1998):

Quando, já em começos dos anos 60, tomei consciência de que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes, compreendi que muitas águas ainda teriam de correr para que emergisse uma sociedade moderna no Brasil. Defendi, então, a ideia de que era necessário aprofundar a percepção do subdesenvolvimento como um processo histórico específico, requerendo um esforço autônomo de teorização (Furtado, 1998, p. 20).

Sua crítica ao processo de industrialização, ganha notório reforço a partir da década de 70, à medida que o autor desenvolve sua análise acerca da dependência cultural. Para ele, a forma como foi conduzida, ou seja, orientada pela tendência modernizante, exigiu intensa concentração da renda, a qual foi obtida por meio do aumento da taxa de exploração interna. Por essa razão, Furtado afirma que o desenvolvimento industrial na periferia, sob as condições especificadas, em nada contribuiu, se não agravou, a heterogeneidade social que caracterizam as estruturas subdesenvolvidas.

Graças à teoria do subdesenvolvimento, sabemos que a inserção inicial no processo de difusão do progresso tecnológico pelo lado da demanda de bens finais de consumo conduz a uma conformação

²⁷As obras iniciais a que nos referimos nesse ponto tratam-se especificamente de Furtado (1958) e Furtado (1959).

estrutural que bloqueia a passagem do crescimento ao desenvolvimento. [...] Ali onde se produz o bloqueio a que nos referimos, o aumento persistente da produtividade não conduz à redução da heterogeneidade social, ou pelo menos não o faz espontaneamente dentro dos mecanismos de mercado (Furtado, 1992, p. 47).

Desse modo, convém salientar, mais uma vez, que a característica principal das inovações técnicas que são acopladas à estrutura de produção dos países periféricos, qual seja, sua alta dispensabilidade da força de trabalho, contribui para a inoperância de uma autêntica luta de classes e, por conseguinte, obstrui o encadeamento próspero entre inovação e difusão das técnicas verificado no processo de desenvolvimento ocorrido no centro do sistema capitalista.

Desse quadro, resultam, portanto, a impossibilidade de elevação dos salários, a estreiteza do mercado consumidor, a tendência à concentração da renda, e as persistentes tensões sociais correspondentes a essa situação. Isso implica afirmar que a tecnologia adotada pelos países periféricos, de caráter estritamente exógeno, cumpre o papel de atender às necessidades de uma minoria que compõe a elite concentradora do poder econômico nesses países, em sua busca desenfreada pela importação dos hábitos culturais externos. É nesse sentido que o autor afirma que: “O subdesenvolvimento, por conseguinte, é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional” (Furtado, 1992, p. 74).

Furtado mantém também sua tese de que não haveria alternativa tecnológica para atender a esse padrão de consumo, portanto, em sua visão, os bens consumidos por essa elite não podem ser produzidos senão com a tecnologia dada pelo centro. Essa ideia já estava presente em Furtado (1966) quando o autor afirmou que, ainda que muitos teóricos insistissem na existência de outras opções à disposição dos países periféricos, e que, dessa forma, seria possível reverter a situação, ele cita diversas razões pelas quais as firmas dessas economias são levadas a utilizar as técnicas oriundas exclusivamente do centro do sistema capitalista.

Cumprido destacar que o ponto central da dependência, na visão de Furtado, não está no estrito controle da produção que é passado para as empresas estrangeiras, ainda que esse fator contribua consideravelmente para agravar essa questão. Mas o que realmente a determina é a posição de “satélite cultural dos países cênicos” que as estruturas periféricas assumem sem possuir um adequado grau de acumulação, tampouco de desenvolvimento das forças produtivas.

Conforme é possível notar, o fenômeno do subdesenvolvimento em Celso Furtado está intimamente ligado à questão da dependência. Todavia, é *mister* ressaltar que ele não emprega esses dois conceitos como homônimos, pois em sua visão, o segundo é mais geral que o primeiro, de tal forma que é bem possível que uma economia seja dependente, mas não necessariamente subdesenvolvida.

Por outro lado, o subdesenvolvimento pressupõe a dependência:

Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido (Furtado, 1974, p. 87).

Assim, em uma definição mais geral, Furtado afirma que a dependência é resultante da imposição externa de determinados padrões de consumo, os quais requerem uma persistente criação de elevados excedentes, via de regra, extraídos do comércio exterior.

Contribui para a afirmação de que a modernização dos padrões de consumo não se trata de um elemento completamente novo na teoria furtadiana, a observação de que o autor já constava em *Formação Econômica do Brasil* (1959) essa situação de dependência oriunda da “criação” de novas necessidades, ou seja, da introdução de novos objetos de consumo, remontando esse processo ao período de colonização no Brasil:

Essa penetração em superfície apresentava a vantagem de que podia estender-se indefinidamente. Não se dependia de nenhum sistema coercitivo. Uma vez suscitado o interesse do silvícola, a penetração se realizava sutilmente, pois, criada a necessidade de uma nova mercadoria, estava estabelecido um vínculo de dependência do qual já não podiam desligar-se os indígenas (Furtado, 1959, p.71).

Outra característica fundamental do fenômeno da dependência é sua relação direta com a taxa de exploração interna. Nesse contexto, o processo de industrialização ocorrido nas sociedades periféricas, demonstra de forma fidedigna essa questão. A fim de reproduzir o padrão de consumo típico das estruturas centrais, fez-se necessário um volume considerável de excedente, que nesses países foi obtido por meio do processo de concentração da renda, ou seja, do aumento da taxa de exploração, traduzido na tendência estacionária dos salários ao nível de subsistência, e da manutenção de um reservatório de mão de obra que inviabilizasse qualquer oposição a esse sistema.

À medida que se avança no processo de industrialização, maior é a quantidade de capital requerida por produto. Nesse cenário, a grande empresa internacional detém uma incontestável vantagem sobre as nacionais, uma vez que a primeira possui o domínio da tecnologia empregada no centro, a qual encontra-se praticamente amortizada, e isso a torna hábil para contornar os impasses referentes à estreiteza do mercado consumidor, e outros típicos das economias periféricas. É nesse sentido que Furtado afirma: “à medida que avança o processo de industrialização na periferia, mais estreito tende a ser o controle do aparelho produtivo aí localizado, por grupos estrangeiros” (Furtado, 1974, p.89).

Todavia, o autor mostra-se convicto de que a dependência cultural não implica necessariamente em dependência produtiva (traduzida no controle da produção por empresas estrangeiras). E nesse ponto, Furtado acredita que uma burguesia local forte, ou a atuação do aparelho estatal, poderia controlar o sistema produtivo e, desse modo, reduzir as tensões características da condição dependente. Contudo, é essencial notar que o autor já não acredita que isso seja o suficiente para dar fim ao problema, uma vez que se pode levar adiante, ainda sob essas circunstâncias, o processo de reprodução dos padrões de consumo das sociedades cêntricas.

Em síntese, sua apreensão do subdesenvolvimento poder ser verificada no seguinte trecho: “O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa surgida em certas condições históricas entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (Furtado, 1974, p. 94).

Diante dos fatos mencionados, verifica-se que a questão da dependência detém exímio destaque em seu pensamento. Esse elemento já retinha substancial importância em suas obras que antecedem o período de transnacionalização, traduzido em sua análise do processo de divisão internacional do trabalho, à medida que Furtado identificava que o papel relegado às economias periféricas nesse quadro colocavam-nas na condição de dependentes.

Todavia, a dependência que chama a atenção de Furtado em suas obras ulteriores a meados de 60 é, sem lugar à dúvida, a cultural. O autor identifica que esta é a mais perversa e determinante no processo de conformação das economias subdesenvolvidas, e coloca esse elemento no centro de sua análise. Cabe, inclusive, ressaltar que ele passa a entender o conceito de dependência tecnológica dentro de um escopo mais amplo, o qual se articula a aspectos da cultura.

Logo, o desenvolvimento tecnológico se mostra dependente quando extrapola a tentativa de introdução de novas técnicas e parte para o esforço de reprodução de hábitos de consumo, estilo de vida, que não são peculiares à economia em questão, pois derivam de um padrão de acumulação e sofisticação das técnicas produtivas pertencentes a outras sociedades.

Destarte, o autor afirma:

Essas reflexões me levaram à convicção de que a permanência do subdesenvolvimento se deve à ação de fatores de natureza cultural. A adoção pelas classes dominantes dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores aos nossos explica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no comércio internacional. A variável independente é, em última instância, o fluxo de inovações nos padrões de consumo que irradia dos países de alto nível de renda. (Furtado, 1998, p. 60).

Por fim, cabe ressaltar que a teoria do subdesenvolvimento proposta por Furtado, tanto antes, como depois do período de hegemonia das transnacionais, reflete sua crítica à forma como é conduzido o processo de modificação da estrutura produtiva e social das economias periféricas, qual seja, arrancada por indução externa, e tem como resultante, o reforço da dependência externa; nas obras anteriores determinada pela posição desses países na divisão internacional do trabalho e, nas posteriores, aprofundada pela tendência à mimetização do estilo de vida oriundo do centro. Como produto fiel desse fenômeno tem-se a reprodução contínua das desigualdades sociais associada aos desequilíbrios típicos, internos e externos, que caracterizam as sociedades subdesenvolvidas, dentre eles, a inflação e os desajustes sobre o Balanço de Pagamentos.

3.3 A superação do subdesenvolvimento condicionada aos limites impostos pelo capitalismo transnacionalizado

Conforme demonstra a seção anterior, a forma que assume o processo de globalização a partir do final da década de 60 culmina no agravamento das misérias do subdesenvolvimento e em um extremo reforço da situação de dependência, ambos traduzidos na tendente concentração da renda, na ampliação da lacuna que distingue as economias periféricas das cêntricas, na persistente tentativa de reprodução do estilo de vida dos países do centro, no crescimento do exército de reserva de mão de obra no

campo e na cidade, no enfraquecimento do poder sindical dos trabalhadores, na perda da solidariedade social na esfera política, no extravio do controle sobre meios e fins pelos centros internos de decisão, bem como na ausência de submissão da racionalidade instrumental à substantiva.

Diante do novo rearranjo dos sistemas de dominação e do quesito estrutural que caracteriza os supramencionados problemas peculiares ao subdesenvolvimento, a proposta de superação de Furtado tem por base os seguintes elementos: a conformação de uma vontade política criativa, a necessidade de preservação da identidade nacional e a conciliação entre apoio à cultura e acumulação.

Desse modo, ele associa a superação da condição subdesenvolvida à conformação de uma vontade coletiva que se disponha a identificar os obstáculos ao desenvolvimento e tomar as medidas necessárias à transposição destes empregando a criatividade. Assim, ele afirma: "Mas somente uma liderança política imaginativa será capaz de conduzir as forças criativas para a reconstrução de estruturas avariadas e para a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de convivência social" (Furtado, 2002, p.33).

Sua proposta de superação reside, por conseguinte, em um processo de inclusão crescente da massa da população aos processos decisórios, para que seja empreendida, dessa forma, a vontade coletiva. Em suas palavras:

Somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse. Ora, essa vontade coletiva requer um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação. (Furtado, 2002, p.36).

A inclusão das massas no processo decisório, traduzida por um movimento de interpretação das necessidades coletivas e consecução de seus objetivos, faz parte da proposta de superação do subdesenvolvimento que Furtado apresentava no período que antecede o processo de transnacionalização, revelando, assim, um traço de linearidade do seu pensamento nesse aspecto.

Em *Dialética do Desenvolvimento* (1964) o autor mencionava a importância da inserção das massas heterogêneas nos processos de tomada de decisão nacional,

ressaltando a urgência de que fossem criadas condições para que as classes trabalhadoras urbana e rural pudessem ser inseridas no movimento de formação de poder: “Hoje em dia, o comportamento da massa trabalhadora urbana e rural é de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, o que significa que esse comportamento deve incorporar-se ao processo político” (Furtado, 1964, p. 90)

Voltando à sua proposta de superação no novo contexto do capitalismo globalizado, a aposta do autor com respeito ao empreendimento de uma vontade coletiva voltada ao fim do desenvolvimento é, portanto, condicionada à existência de uma liderança política criativa que seja capaz de submeter a racionalidade instrumental à substantiva.

Procedendo a essa análise, Furtado (2002) afirma que dois processos devem ocorrer para a superação do subdesenvolvimento: a homogeneização social e a afirmação de nossa cultura e identidade nacional. Para isso, há que se empreender uma proposta política orientada aos fins coletivos, e não pautada pelos interesses concernentes à lógica dos mercados.

Nesse aspecto caberia aos intelectuais e a todos portadores de aguçado senso crítico a tarefa de "aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventurismo político" (Furtado, 2002, p. 37). Sendo assim, corresponde a essa fração da população o papel de assimilar e traduzir as vontades coletivas.

Esse ponto também confere caráter de regularidade ao seu pensamento, pois o convite à atuação ativa dos intelectuais esteve presente em obras anteriores:

Em razão de sua organização necessariamente pluralista, os intelectuais escapam em boa medida à tendência burocratizante que predomina em toda sociedade cuja estabilidade não se apoia diretamente numa estrutura de privilégios. Cabendo-lhes interpretar os valores em todos os campos da cultura, estão os intelectuais muito bem situados para identificar aquelas aspirações que traduzem as tendências mais profundas do sentir social. (Furtado, 1964, p. 52)

Outro ponto importante do debate que envolve a superação do subdesenvolvimento em Celso Furtado refere-se à proeminência da questão cultural e da lógica de acumulação. Ele coloca que o grande desafio que envolve o desenvolvimento das economias periféricas reside na tentativa de se compatibilizar a essência de nossa cultura com as necessidades de acumulação de capital, nas palavras do autor: " Como

preservar o gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade operacional, são vetores de mensagens que distorcem nossa identidade cultural?" (Furtado, 2002, p.38).

Isso demonstra sua grande preocupação com a preservação da identidade cultural, traduzida como um elemento latente da obra do autor. Daí advém sua posição favorável a uma política que estimule a criatividade da sociedade nacional, e assim conceda espaço para que esta floresça. Para tanto, Furtado aposta em um projeto ambicioso que vise conservar a cultura local sem se "abrir mão" de uma sociedade caracterizada pela democracia aberta às relações exteriores.

Logo, ele compreende que a superação do subdesenvolvimento exige um esforço de conciliação entre acumulação e criatividade com respeito aos fins. Com isso, ele pretendia dizer que o desenvolvimento nas economias periféricas deve utilizar-se do emprego da tecnologia sem negligenciar as más formações que acometem suas estruturas (tal como a questão da superoferta de mão de obra), ou seja, respeitando as peculiaridades da nação e desvencilhando-se de toda e qualquer forma de dependência, visando, desse modo, preservar, em algum grau, a autonomia sobre os rumos do próprio país.

Para lograr tal objetivo faz-se primordial, na visão do autor, a manifestação de uma forte vontade política apoiada pela opinião pública. O exercício desse desejo de mudança deve direcionar esforços para um movimento de homogeneização social e de estímulo à criatividade interna. Portanto, verifica-se que para o autor o problema do subdesenvolvimento exige solução de caráter político, ao mesmo tempo em que se encontra condicionado à manifestação de uma racionalidade superior coletiva.

Nesse sentido, o autor destaca que a principal dificuldade para se empreender as mudanças requeridas para a superação do subdesenvolvimento reside na conformação dessa vontade política que concretizará o projeto de desenvolvimento do país. Nesse aspecto, ele se refere à dificuldade de "identificação das bases sociais de uma estrutura de poder apta a levá-lo à prática" (Furtado, 1998, p.53), revés que ele já verificava em suas obras que antecedem o período de transnacionalização.

Logo, percebe-se que os elementos que compõem sua proposta de superação, até este ponto ressaltados, não se contrapõem ao que ele propunha até meados da década de 60 e, em alguma medida, até corroboram sua análise anterior. Desse modo, cumpre levantar neste momento os aspectos que denotam modificações no seu pensamento, inserção de novas ideias, ou simples aprimoramento das remanescentes.

Nesse contexto, a leitura de suas obras coetâneas à nova configuração do capital permite a notificação de uma espécie de aprimoramento da “roupagem” do tipo de desenvolvimento a que devem aspirar os países que constituem a periferia do sistema capitalista mundial. Isso significa que o esforço para desenvolverem-se, ou seja, para superarem o subdesenvolvimento, não se deve pautar pela criação de condições que conduzam suas economias a uma configuração de vida idêntica a das estruturas centrais, uma vez que Furtado reconhece que o modelo que prevalece nestas últimas não se encontra ao alcance das primeiras.

Em sua obra *“O Mito do Desenvolvimento Econômico”* (1974), ele deixa isso muito claro ao revelar uma séria crítica à possibilidade de que as economias periféricas desfrutem do mesmo estilo de desenvolvimento auferido pelos países centrais, e denomina essa situação de mito, na medida em que ele verifica que: “[...] a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema” (Furtado, 1974, p. 75).

Assim, percebe-se que ele denota que é inerente ao capitalismo a condição de que nem todos tenham acesso a um determinado estilo de vida, sendo este privilégio de uma minoria. É importante notar que, apesar de tal conjectura soar um tanto pessimista quanto às opções que se apresentam ao desenvolvimento das economias periféricas, não reside aí o cerne da questão.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que quando Furtado revela que o desenvolvimento econômico é um mito, o que na verdade ele visa demonstrar é que a tentativa de espelhamento nos padrões das economias desenvolvidas, além de denotar traços do sintoma de dependência cultural a que se submetem os países periféricos, revelando, assim, a perda de identidade nacional característica do subdesenvolvimento, é também claramente inviável, uma vez que a evolução do capitalismo coloca em evidência a crescente tendência à concentração da renda e do fosso que separa o centro da periferia, bem como a elite da sociedade do resto da população dentro dessa última.

Além disso, a inexequibilidade dessa tentativa reside também na própria finitude dos recursos e na degradação do meio ecossistêmico, o que significa que qualquer investida nesse sentido levaria a um verdadeiro colapso da civilização terrestre, colocando em risco a sobrevivência dos seres vivos. (aspectos que ele passa a apontar com maior frequência nas obras posteriores à década de 60). Desse modo, ele afirma:

Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das mesmas formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (Furtado, 1974, p. 75).

Com base no trecho acima, é válido reiterar que não é o desenvolvimento que não se encontra ao alcance das economias periféricas, mas sim ele à similitude dos padrões que se apresentam no centro do sistema. Nesse aspecto o que ele intenta revelar é a perversidade da tentativa de reprodução na periferia dos mesmos padrões de consumo do centro, e chega, inclusive, a afirmar que essa seria uma estratégia para retirar das sociedades subdesenvolvidas a atenção para a resolução dos verdadeiros problemas que se colocam no escopo do subdesenvolvimento.

Esses problemas dizem respeito à tarefa de identificação das necessidades básicas da massa da população, ou seja, da apreensão dos interesses da coletividade, e também das “possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência”, referindo-se, nesse sentido, ao estímulo à criatividade humana.

Portanto, no tocante ao modelo de desenvolvimento que as sociedades periféricas devem almejar, o que o autor coloca é a impossibilidade de reprodução de padrões de abundância idênticos aos das economias cêntricas, e a necessidade de criação de um estilo próprio de progresso social e econômico determinado pela capacidade criativa do país e condicionado pela legitimação da cultura própria.

Essa difícil missão, na concepção de Furtado, caberia à conscientização crítica da sociedade e à consecução de uma liderança criativa, conforme já foi abordado. Cabe aqui explorar o papel do Estado dentro dessa proposta de superação permeada pelo novo universo da globalização. Nesse contexto, o que o autor propõe, a princípio, é que o aparelho burocrático dos países subdesenvolvidos “tome as rédeas” do processo de acumulação, orientando este, ou seja, estabelecendo prioridades alinhadas aos interesses da coletividade e ao atendimento de necessidades básicas, de forma a conduzir a um processo de homogeneização social (condição *si ne qua non* para o desenvolvimento).

Todavia, é interessante notar que em função da conjuntura que o autor tem diante de seus olhos, e da avaliação que ele faz da forma como tem evoluído o capitalismo, ele identifica a dificuldade de operacionalização da medida

supramencionada, o que o leva a resignar-se diante do domínio das transnacionais e prognosticar:

Contudo, as tensões sociais crescentes que engendram as atuais tendências estruturais do sistema poderão forçar muitas dessas burocracias a adotar caminhos imprevistos, inclusive o de uma preocupação efetiva com os interesses sociais e busca de formas de convivência com as grandes empresas que sejam compatíveis com uma orientação interna do processo de desenvolvimento. (Furtado, 1974, p. 68).

O trecho acima permite a apreensão de uma questão fundamental no processo de identificação dos traços de modificações no pensamento do autor: a constatação de que o fechamento da economia, a ideia de nacional desenvolvimentismo, a conformação do Estado Nacional, já não apresenta, nesse novo contexto, a mesma viabilidade que o autor verificava antes. Desse modo, a autonomia da qual deveriam lograr os Estados periféricos com vistas a superar o subdesenvolvimento, encontra-se, em algum grau, condicionada à necessária convivência com as firmas transnacionais e, por conseguinte, com a proeminência da lógica perversa dos mercados.

A substância da superação do subdesenvolvimento já não se encontra propriamente na conformação do Estado Nacional e na sua correspondente condição autônoma, mas sim na habilidade dos aparelhos burocráticos estatais de conciliar o atendimento dos interesses da coletividade (por meio de um processo de homogeneização social), com a tentativa de abertura de espaço para atuação da criatividade nacional (preservando, nesse sentido, a identidade da nação), a uma convivência adequada com o movimento de globalização que entra em curso a partir do último quartel do século XX.

Isso porque, em sua concepção, o processo de globalização é irreversível, e o fechamento da economia inviável. Logo, o que ele alvitra é que sejam estabelecidas “regras”, “freios” à atuação das grandes firmas. Sendo estas beneficiárias da possibilidade de realocação geográfica produtiva, do controle da administração de preços, e de outras vantagens, conforme já exposto no Capítulo 2, devem ser estabelecidos critérios a sua operação, principalmente em solo subdesenvolvido, onde persistem problemas estruturais que não foram superados, ou seja, deve haver uma espécie de contrapartida à operação dessas empresas, como, por exemplo, a estipulação de metas de geração de postos de trabalho.

Logo, ainda que o Estado não se apresente como o instrumento de racionalidade superior dotado de uma capacidade quase que ilimitada de ação como antes, Furtado em momento algum dizima sua importância como ferramenta capaz de impor alguma ordem ao caos que a transnacionalização consolida sob a égide dos princípios neoliberais. Por conseguinte, ele esclarece que deixadas à lógica dos mercados, as estruturas subdesenvolvidas não lograriam desenvolverem-se, tendendo, inclusive, a reforçar sua condição dependente e agravar suas tensões sociais, o que revela a importância da atuação do aparelho estatal na tarefa de superação do subdesenvolvimento.

Todavia, é crucial reiterar que esse papel fica sujeito a sérias modificações em virtude da nova lógica de atuação do capital estrangeiro que se coloca em curso a partir do final da década de 60. Em decorrência do novo cenário, o que autor tem em mente é uma tentativa de compatibilização do Estado como instrumento de superação dos problemas estruturais, com a atuação das transnacionais em solo periférico. Em suas palavras: “Não se trata de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais, e sim de orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos” (Furtado, 1999a, p.37).

Destarte, é possível depreender que o autor não mais sobrevê uma saída traçada estritamente nos limites nacionais, o que denota que ele compreende a irreversibilidade do processo de globalização que toma corpo no último quartel do século XX, e adota como solução uma espécie de estabelecimento de diretrizes e “freios” à atuação das transnacionais mediada pela lógica dos mercados, por parte do aparelho estatal, com o objetivo último de tentar submeter a racionalidade dos meios à dos fins.

Na ausência de um projeto autônomo que dê prioridade ao objetivo do bem-estar social, o crescimento econômico, sob a direção de empresas transnacionais, conduzirá inevitavelmente à concentração da renda em favor dos países criadores de novas técnicas. E pouca dúvida pode haver de que a longo prazo esse crescimento produzirá uma civilização fundada em desigualdades sociais crescentes. (Furtado, 1999a, p. 39).

Uma vez que este ponto representa certa ruptura com sua ideia original de superação do subdesenvolvimento traçada pela conformação do Estado Nacional, cabe esclarecer que ela decorre das modificações que se processam no decorrer do último quartel do século XX, de tal forma que as consequências que o processo de transnacionalização tem sobre as economias periféricas, conforme abordadas no Capítulo

2, requerem uma autêntica adequação em sua proposta anterior, orientada pelo nacional desenvolvimentismo, a qual o autor tinha em mente para periferia do sistema capitalista.

Para fins de simplificação, pode-se notificar que o Estado, que antes detinha o papel protagonista sobre seu processo de desenvolvimento, e que deveria lograr cada vez mais deliberar sobre suas próprias ações nessa “jornada”, é reduzido à atribuição de mediador dos embates que se processam no espaço econômico globalizado, cabendo a ele o propósito de buscar uma estratégia que permita a solução de problemas estruturais do subdesenvolvimento, ainda que constrangida a certos limites impostos pelo capital transnacional. É nesse sentido que ele confere tamanha relevância à composição de uma liderança política criativa.

Diante da análise apresentada, cabe, por fim, delinear as medidas concretas que Furtado apresenta em sua proposta de superação do subdesenvolvimento. Nesse contexto, há que se ressaltar que ele parece tornar muito mais clara sua orientação de desenvolvimento aos países periféricos comparativamente às suas obras que remontam ao período pré-transnacionalização.

Isso porque ele empreende uma espécie de mapeamento bastante específico dos “passos” a serem dados nos diferentes aspectos que abarcam o desenvolvimento de uma nação. Tomado pela preocupação com a pobreza alarmante, principalmente com sua manifestação sob a forma de fome endêmica, com a falta de acesso a moradia, com a baixa escolaridade, e com o modo como se inserem as economias periféricas no sistema capitalista globalizado, Furtado aponta formas de atuação em três dimensões: 1) na desconcentração patrimonial e da renda, 2) no investimento no fator humano, e 3) na ação orientada à obtenção de autonomia no campo tecnológico.

Suas obras chamam atenção para a necessidade de resolução de um dos maiores problemas que refletem o subdesenvolvimento: a pobreza. Ele relaciona esta a três dimensões: a fome endêmica, a falta de moradia, e a baixa escolaridade. Ele compreende que esse obstáculo só pode ser transposto por meio da vontade e ação política.

A superação do problema da fome exige uma solução eminentemente política que diz respeito às estruturas de dominação. Para ele não há necessidade de se elevar a oferta de alimentos, mas sim de se “habilitar” as pessoas a consumi-los, conforme bem já havia sido observado pelo economista Amartya Sen. Com respeito a sua obra “Poverty and famines” Furtado afirma:

O futuro prêmio Nobel de Economia aí já demonstrava com clareza que o problema da fome epidêmica e da pobreza endêmica que ocorrem em vastas áreas do mundo não encontra solução simples no aumento da oferta de bens essenciais nos países afetados. Isso porque, para participar da distribuição da renda, a população necessita estar habilitada por um título de propriedade ou pela inserção qualificada no sistema produtivo. Ora, há sociedades em que esse processo de habilitação está bloqueado. É o que se passa com populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter esse acesso. Da mesma forma, há populações urbanas crescentes não habilitadas ao acesso à moradia. Trata-se de uma situação estrutural que não encontra solução nos mecanismos dos mercados. (Furtado, 2002, p. 17).

Tomando por referência a teoria do “enfoque da habilitação” do economista Amartya Sen, Furtado compreende que esse entrave merece um tratamento de cunho político, uma vez que o amálgama da questão não se refere à escassez de recursos, visto que vários países subdesenvolvidos logram apresentar considerável abundância em termos de terra e alimentos, mas o verdadeiro obstáculo reside no processo de distribuição da renda social, ou seja, na dificuldade de acesso a títulos de propriedade (no caso do meio rural) e à inserção qualificada no mercado de trabalho.

É nesse contexto que Furtado recomenda uma reforma patrimonial que vise à atuação na primeira dimensão mencionada, qual seja, da desconcentração do patrimônio e da renda, a fim de que os indivíduos conquistem essa "habilitação" da qual fala Sen. Essa reestruturação do patrimônio exige, no entanto, uma política apoiada pela opinião pública e, portanto, pressupõe uma racionalidade voltada ao atendimento das necessidades coletivas, e traduzida pela solidariedade social.

Ainda nessa dimensão, no que respeita à falta de acesso a moradia, Furtado identifica a ausência de uma política de financiamento habitacional que logre dizimar o problema do déficit de habitação e, nesse sentido, ele chama atenção para a necessidade de elevação da poupança pública, por meio de uma reforma fiscal adequada, mas, principalmente, de uma moratória negociada, para que se interrompa o alto fluxo de recursos que são direcionados ao pagamento de juros da dívida externa.

Outra questão que Furtado chama atenção é para a necessidade de uma reforma tributária, com vistas a se obter um sistema fiscal mais justo, no qual os impostos incidam majoritariamente em bens supérfluos que corroboram para a modernização dos padrões de consumo e para o desperdício. Em sua opinião, o fisco agiria no sentido de

correção das desigualdades sociais. Todavia, ele observa que no caso brasileiro, a forma regressiva que este assume acaba agravando-as.

Todas essas medidas supramencionadas encontram-se no escopo da primeira dimensão, qual seja, das ações de desconcentração patrimonial e da renda, e representam um autêntico esforço em direção à condução da homogeneização social. Em sua obra "*Brasil: A Construção Interrompida*" (1992), Furtado menciona a título de exemplo da constituição do referido processo as experiências das economias da China, Taiwan e Coréia, e confere ênfase à reforma agrária empreendida nesses países:

"Assim, em uma primeira fase, tanto na Coréia do Sul como em Taiwan a preocupação com o social prevaleceu, procedendo-se a uma reforma agrária que possibilitou a plena utilização dos solos aráveis e da água de irrigação, fixação de parte da população no campo e uma distribuição o mais possível igualitária do produto da terra". (Furtado, 1992, p. 50).

Com respeito à atuação na segunda dimensão, o autor enfatiza a precariedade dos investimentos no fator humano, e nesse ponto ele destaca que essa constatação traduz-se na evidente disparidade entre os salários do operário comum e do especialista. Desse modo, ele deixa bastante claro que há uma notável carência de investimentos que promovam o bem-estar do conjunto da população, ou seja, que corroborem para a elevação do custo de reprodução das massas e para o conseguinte desenvolvimento das forças produtivas.

É *mister* notar que a situação esboçada decorre das opções que foram historicamente feitas com respeito à destinação do excedente, tomando por exemplo o caso brasileiro, Furtado (2002) demonstra com clareza que a utilização improdutiva dos incrementos de produtividade que o país logrou auferir privilegiou a concentração da renda com vistas ao empreendimento de um estilo de vida típico das economias do centro por parte de grupos minoritários que representavam a elite das sociedades periféricas, negligenciando as disparidades que distanciavam essas últimas das estruturas centrais.

Outro ponto que reside dentro deste mesmo aspecto refere-se à insuficiência de escolaridade que acomete os milhões de indivíduos na periferia. Nesse sentido, Furtado alerta para a falta de investimentos no fator humano. Portanto, ele destaca a importância do direcionamento de recursos destinados à educação. Segundo ele: "A educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por

completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores" (Furtado, 2002, p. 19).

Furtado (1992) menciona, mais uma vez, a experiência bem sucedida dos supracitados países asiáticos com respeito à forma como procederam a um movimento de valorização do fator humano no escopo da educação: "Simultaneamente, procedeu-se a intenso investimento no fator humano. Logo foi alcançada a plenitude na escolarização e a total alfabetização da população adulta" (Furtado, 1992, p.50).

Depreende-se que as ações voltadas às duas primeiras dimensões (desconcentração patrimonial e da renda, e investimento no fator humano) conduziram a sociedade à instauração da condição de homogeneização social, a qual tanto preconiza o autor. Em seguida, o que Furtado sugere são medidas que atuem no sentido de aquisição de autonomia tecnológica, permitindo modificar, em alguma medida, a forma como as sociedades subdesenvolvidas se inserem no processo de globalização que entra em curso a partir do final da década de 60.

Esse ponto traduz, portanto, a terceira dimensão. Furtado tem em mente que, apesar da homogeneização social ser uma condição necessária, isso não a torna suficiente para o desenvolvimento de uma nação, e acrescenta que para tanto se faz primordial que a economia apresente certa independência tecnológica²⁸, ou seja, grau de autonomia sobre suas técnicas produtivas e sobre a incorporação de progresso à produção.

A fim de modificar sua inserção no comércio internacional, a qual historicamente traduziu a condição de dependência que caracteriza os países subdesenvolvidos, essas economias devem elevar o nível de investimentos em pesquisa e desenvolvimento para, desse modo, auferirem a requerida autonomia tecnológica que é pressuposta pelo desenvolvimento. Todavia, essa tentativa deve ser mediada sobretudo pelas necessidades do conjunto da população, atendendo aos desígnios da coletividade, ou seja, com vistas primária ao ataque dos problemas internos da nação. Logo, essas medidas refletem o quanto se faz necessária na tentativa de superação do subdesenvolvimento "a ação orientadora do Estado dentro de uma estratégia adrede concebida" (Furtado, 1992, p.51).

As medidas alicerçadas nas três dimensões sugeridas por Furtado e a forma como devem ser conduzidas, produzem uma importante constatação, qual seja, a de que

²⁸ Nesse ponto, é importante relembrar o conceito de dependência tecnológica para o autor, já ressaltado na seção anterior.

Furtado se coloca em clara oposição à tão disseminada crença na literatura econômica de que primeiro a economia deve “crescer para depois dividir”. A resolução de problemas de cunho social que marcam as estruturas do subdesenvolvimento merece tratamento anterior às tentativas de aumento de produtividade que levem ao crescimento econômico. Isso porque para ele torna-se bastante claro que desenvolvimento não deve ser empregado como sinônimo deste último termo.

Em síntese, pode se dizer que Furtado acreditava que a superação do subdesenvolvimento estava condicionada à ocorrência de certas premissas: a conformação de estruturas sociais que estimulem a criatividade e preservem a identidade cultural da nação, a homogeneização social, a criação de formas de inibição ao processo de modernização dos padrões de consumo, o estabelecimento de diretrizes e contrapartidas à atuação das firmas transnacionais, e a conquista de considerável grau de autonomia tecnológica.

Cumprido ressaltar que no novo contexto, qual seja, de transnacionalização, para Furtado, o problema do subdesenvolvimento torna-se ainda mais dramático, uma vez que as elites apresentam-se ainda mais “aculturadas”, comprometendo, outrossim, as possibilidades de desenvolvimento sustentado em bases tipicamente internas e com vistas à resolução de problemas de cunho estrutural, o que acaba prejudicando a coerência interna dos centros de decisão.

Desse modo, o autor pensa a superação do subdesenvolvimento propondo, tanto reformas internas, tais como as mencionadas ao longo desta seção, como também adequações no âmbito externo²⁹ também, sem as quais torna-se impossível resolver a questão da dependência que acomete os países subdesenvolvidos. Essas mudanças no ambiente exterior perpassam o modo de atuação de organismos multilaterais e a própria forma de funcionamento do comércio internacional, bem como as condições de empréstimo regulamentadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

Por meio das referidas medidas, o autor acreditava que se estaria caminhando rumo ao desenvolvimento do país, uma vez que as supramencionadas premissas lograriam a erradicação das mazelas da pobreza, confeririam autonomia dos centros nacionais de decisão (isto é, dentro dos limites que a transnacionalização permite as economias alcançarem), redução da dependência externa, e submissão da racionalidade

²⁹ Os apontamentos de Furtado com respeito às modificações necessárias no cenário externo podem ser encontradas na versão original de Furtado (1982), na qual ainda constava o capítulo XII sobre a reforma na ordem mundial.

instrumental à substantiva, ou seja, condicionamento da acumulação aos desígnios da coletividade, e com vistas a atender aos interesses da mesma, corroborando assim para a satisfação de necessidades básicas do ser humano e para a valorização da criatividade com respeito aos fins.

Considerações finais

A questão do subdesenvolvimento foi analisada por Furtado com a minúcia e a perspicácia de um intelectual devotado que logrou lançar seu olhar crítico sobre todo o quadro que compunha a realidade das sociedades subdesenvolvidas, elencando, portanto, seus elementos históricos, econômicos, sociais e políticos.

Em seu esforço teórico contínuo de apreensão da condição subdesenvolvida dos países periféricos, ele se mostrou nitidamente comprometido com a tarefa de captar as singularidades de cada economia, desfazendo-se do rotineiro apelo aos modelos clássicos os quais, via de regra, podem ser aplicados aos países centrais, mas são parcamente válidos para a periferia.

Assim, ele montou seu quadro teórico levando em consideração todas as especificidades que são peculiares a essas economias, e obteve êxito considerável na explanação das más formações que as acometem.

O subdesenvolvimento, tal como entendido por ele, traduz-se na verdadeira antítese do desenvolvimento e, é, por conseguinte, coetâneo a este último. Não há como tentar explicá-lo sem tomar em conta os fatos históricos que suscitaram o progresso econômico e social nos países centrais. Por isso, desde suas obras iniciais até as últimas que ele se propôs a escrever, Furtado recorre ao seu instrumental histórico e chama atenção para o papel crucial da divisão internacional do trabalho e da Revolução Industrial.

Seu olhar sociopolítico revela o papel chave da luta de classes no desenvolvimento das diversas economias, bem como do Estado na construção do caminho que as levaram até este. A bem articulada combinação entre inovação, representada pelo progresso tecnológico e por suas consequentes benesses assumidas pelo aumento de produtividade, e difusão das técnicas, sustentáculo do processo de homogeneização social, é a base fundamental sobre a qual ele dispõe sua teoria sobre o desenvolvimento.

Sob as condições que permearam o processo histórico de formação das economias periféricas e seu posterior ingresso na órbita do capitalismo, Furtado elege o Estado como o ator principal responsável por cumprir nessas estruturas o papel indutor da difusão das técnicas, uma vez que ele reconhece desde suas primeiras obras a impossibilidade de uma luta de classes da forma como verificada nos países cêntricos.

A característica dual que acomete as sociedades subdesenvolvidas, onde parte de suas estruturas são envolvidas pela aparente modernização, e a outra (tal como a distribuição funcional da renda) mantém-se praticamente inalterada, o caráter exógeno das principais transformações sociais e econômicas que se processam nessas economias, a exogeneidade da tecnologia que alavanca o processo de industrialização periférica, e a insuficiência de capital próprio que colocam esses países em uma persistente situação de dependência externa, são elementos que o autor elenca como variáveis-chave no processo de apreensão do subdesenvolvimento em suas obras publicadas até meados da década de 60, e que são mantidos nas que ele desenvolve posteriormente.

A sua proposta de superação desse quadro residia essencialmente em sua aposta na conformação do Estado Nacional e em sua correspondente atuação nos moldes de um Estado de bem estar social. Nesse aspecto, cabe ressaltar sua convicção em uma liderança política autônoma, uma vez que ele concebe a incompatibilidade do desenvolvimento com qualquer situação de dependência.

Após o golpe de 64 que culminou em seu total exílio, o autor, embora menos otimista, uma vez que sua concepção de desenvolvimento pressupõe a existência de um cenário democrático delineado pela máxima inclusão das massas aos processos decisórios (corroborando seu posicionamento em favor da ampla participação política), não desiste de sua busca por uma agenda desenvolvimentista.

Seu olhar abrangente não o deixa se desvencilhar dos acontecimentos em âmbito mundial, e em 1966 quando ele publica sua obra *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, ele já vislumbra o movimento de afirmação hegemônica dos Estados Unidos e seus possíveis desdobramentos sobre o resto do mundo.

A partir de então, ele concentra boa parte de seu esforço teórico à apreensão do processo de transnacionalização que se coloca em curso e à forma como ele repercute sobre a periferia e seus esforços de superação do subdesenvolvimento. Diante do inestimável poder da grande firma sem fronteiras geográficas, Furtado aponta para a relevante perda de autonomia do Estado e para o rompimento com a ideia de projeto nacional que vinha sendo desenvolvida e assimilada nas sociedades periféricas na primeira metade do século XX.

Ele denota uma perversa ausência da submissão dos meios aos fins, ou seja, da racionalidade instrumental à substantiva. Além disso, ele identifica com o processo de globalização a crescente perda de solidariedade social, e tudo isso sem que ocorra a

conformação de uma superestrutura política que controle em algum grau o poder das firmas transnacionais ou influencie de forma decisiva na sua forma de atuação.

Com os novos limites impostos ao desenvolvimento das economias periféricas pelo contexto da transnacionalização, e tomando como marco divisor de seu pensamento esse último acontecimento, é possível notar, ainda assim, um notável traço de regularidade no pensamento de Furtado no que diz respeito à sua teoria do subdesenvolvimento.

O caráter dual das economias subdesenvolvidas, a exogeneidade, e acima de tudo, inadequação da tecnologia empregada na industrialização periférica, a ausência de condições para uma autêntica luta de classes (fruto da oferta elástica de mão de obra que acomete esses países), a situação de dependência financeira e tecnológica, bem como a desarticulação entre inovação e difusão das técnicas, são elementos que permanecem na abordagem ao subdesenvolvimento empreendida pelo autor, mesmo no período de transnacionalização.

Todavia, cabe ressaltar que um elemento ganha crescente ênfase no desenvolvimento das obras do autor: a mimetização dos hábitos de consumo que dirige a destinação do excedente nas economias periféricas, e que passa a representar, em sua concepção, o mais perverso tipo de dependência que pode acometer uma nação.

Embora o autor já houvesse apontado em obras anteriores ao período de transnacionalização para a importância da forma como é utilizada a massa de lucros que se conforma em um determinado país, bem como já houvesse se referido em Furtado (1959) a uma situação de dependência oriunda da criação de novas necessidades, é a partir do novo contexto globalizado que ele atribui maior relevância a esse aspecto do subdesenvolvimento, o qual se torna basilar na compreensão desse fenômeno, e desenvolve o termo “modernização dos padrões de consumo”³⁰ em Furtado (1974) para se referir a essa tendência.

Já com respeito à sua proposta de superação, diante do novo cenário e da restrição à atuação do Estado, Furtado se mostra muito menos convicto na promissora ideia de conformação do Estado Nacional, como bem mostra sua obra “Brasil a Construção Interrompida” (1992). Ele reconhece, então, a irreversibilidade do processo

³⁰ Cabe ressaltar que com o processo de transnacionalização a dependência cultural passa a ser comandada internamente pelas multinacionais, uma vez que antes ela era assegurada principalmente pelas importações.

de globalização que entra em curso na segunda metade do século XX, mais especificamente, ao final da década de 60.

Desse modo, sua aposta fervorosa em uma liderança criativa, e seu recorrente apelo ao papel dos intelectuais, mostram-se cada vez mais latentes em suas obras. Ele coloca como fundamental para a superação do subdesenvolvimento, dentro do cenário de globalização, o desejo de afirmação nacionalista e a luta pela manutenção da identidade cultural da nação, a homogeneização social, e a busca por independência tecnológica.

Para isso, ele, em momento algum, coloca de lado o importante papel do Estado no cumprimento desses objetivos e sua relevância como organizador do caos que poderia se instaurar se as economias fossem deixadas à lógica dos mercados. Embora Furtado percebesse este instrumento de racionalidade superior ter seu escopo de atuação cada vez mais delimitado em função da preponderância da grande firma, ele aposta em sua capacidade de estipular contrapartidas à atuação do capital globalizado, e de continuar promovendo em alguma medida o papel de difusor das técnicas no promissor processo dialético com a inovação, eixo sustentador do desenvolvimento.

Desse modo, a obra de Furtado apresenta uma gama considerável de aspectos lineares, principalmente, quando se leva em consideração o cenário de mudanças abruptas e consideráveis no qual ele escreveu por mais de meio século. Claro que, diante de tantas transformações que acometeram tal período, era de se esperar que algumas ideias precisassem ser readaptadas, algumas convicções revistas, bem como que determinados elementos passassem a ganhar maior ênfase em seu estudo. Todavia, é mister ressaltar que a essência do subdesenvolvimento pouco se altera mesmo diante desse novo cenário de globalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas . Formação Econômica do Brasil, Cinquenta Anos Depois. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 2010, v. 50, p. 145-162.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e Paixão em Celso Furtado. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Rego, José Marcio. (Org.). A Grande Esperança em Celso Furtado. 1ed.São Paulo: Editora 34 Ltda., 2001, v. 1, p. 19-43.

FURTADO, Celso (1958). Perspectivas da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: ISEB

_____ (1959). Formação econômica do Brasil. 11^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

_____ (1961). Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 2^a ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

_____ (1962). A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____ (1964). Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____ (1966). Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____ (1974). O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____ (1976). Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____ (1980). Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. 2^a ed. São Paulo: Nacional, 1981.

_____ (1981). Revista de Economia Política, vol 1, nº1. Janeiro-março/1981

FURTADO, Celso (1982). *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____ (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____ (1992). *Brasil: a construção interrompida*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____ (1998). *O capitalismo global*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____ (1999a). “Brasil: opções futuras”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 3, n.2, pp. 9-15, jul./dez. 1999.

_____ (1999b). *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____ (2000). “Reflexões sobre a crise brasileira”. In: *Revista de Economia Política*, v. 20, n. 4, pp. 3-7, out./dez. 2000.

_____ (2002). *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2ª ed. 140 São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MALLORQUIN, Carlos (2005). *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

NABUCO, Maria Regina. *Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado*. In: *Celso Furtado e o Brasil*. TAVARES, Maria da Conceição (Org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo*. *Revista Economia Ensaios*, v. 22, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/issue/view/236>

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. *In*: Celso Furtado e o Brasil. TAVARES, Maria da Conceição (Org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.